

Marcus Vinicius Avelar

**QUAL A SUA LETRA?
performatividade, identidades e diversidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan.

UNICAMP

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Av32q	<p>Avelar, Marcus Vinicius. Qual a sua letra? Performatividade, identidades e diversidade / Marcus Vinicius Avelar. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.</p> <p>Orientador : Kanavillil Rajagopalan. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Pragmática. 2. Performatividade. 3. Identidade. 4. Gênero. 5. Sexualidade. I. Rajagopalan, Kanavillil. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>tjj/iel</p>
-------	---

Título em inglês: What's your letter? Performativity, identities and diversity.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Pragmatics; Performativity; Identity; Gender; Sexuality.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan (orientador), Profa. Dra. Maria Viviane do Amaral Veras, Profa. Dra. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira, Prof. Dr. William Mineo Tagata (suplente), Profa. Dra. Maria Filomena Gregori (suplente).

Data da defesa: 01/12/2008.

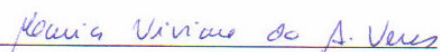
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Kanavillil Rajagopalan



Maria Viviane do Amaral Veras



Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira



William Mineo Tagata

Maria Filomena Gregori

**IEL/UNICAMP
2008**

Para

Eunice Castilho Avelar

&

José de Souza Avelar

com quem aprendi a Ser.

Tell faz parte dos meus amigos muito novos e precoces. Outra coisa da minha geração, meninos prodígio abandonados pelos pais que com vinte e três anos discutem filosofia e conhecem música erudita, escrevem muito, falam francês e alemão.

Tell além de tudo isso tem coração, tem alma, caráter, sweetness. (...)

- O que você quer da sua vida, Tell?

- Olha, eu acho que o que uma pessoa pode querer da vida eu tenho. Eu tenho amigos que eu amo e que me amam também, você, entre eles. É isso o que uma pessoa pode querer.

Tell encostou a cabeça na rede enquanto eu cantava e tocava. Os olhos dele, filmando cenas que eu nunca vi, segredos que não preciso conhecer.

Julia Reyes. *0.15. Tell*

Tell me disse uma vez que o orgulho que tinha de si mesmo o fazia lembrar do horror que tinha passado. O que me deixou triste.

Julia Reyes. *Alberto fala do horror*

Essa dissertação também é dedicada ao Tell, à sua vitória, aos nossos amigos.

AGRADECIMENTOS

É ingrata a tarefa de agradecer. Corre-se o risco de não mencionar alguém importante ou de não agradecer a essa ou àquela pessoa da maneira como se gostaria. De todo modo, como já disse Reinaldo Arenas, “la vida es riesgo o abstinencia”. Eu, uma vez mais, escolho o risco. Assim sendo, agradeço a...

Eunice Castilho Avelar & José de Souza Avelar, a mulher e o homem que mais admiro e amo, meus primeiros e eternos mestres, pela torcida constante, por me amarem incondicionalmente — e terem me ensinado a amar incondicionalmente —, por fazerem com que eu me sinta honrado em trazer o “Avelar” no nome. Também aos familiares que sempre torceram por mim, mesmo sem saber exatamente o que eu fazia nas terras quentes de Campinas.

Todos os meus amigos! Tô pra conhecer alguém que tenha amigos mais fantásticos do que os meus! Mesmo quando tudo parece cinza vocês conseguem — querendo ou não, sabendo ou não — colorir a vida.

Alexandro Paixão & Anderson Trevisan (meus sociólogos prediletos), **Carlos Emmanuel “Tucci” Fattore, Daniel Nascimento e Silva, Denérica Brás Martins, José Rubens Plates, Júlio William Curvelo Barbosa e Maria de Fátima de Almeida Baia**, pela amizade, pelo companheirismo, pelas risadas e *because when the sun shines we'll shine together*.

Marcos Lopes & Carolina Lindenberg Lemos, Lídia Lima da Silva, Nize Paraguassu, Juliana Antunes Nasser, Fábio Furtado & Ricardo Gali e Marisa Alves de Souza, pela acolhida em momentos diferentes e, sempre, especiais.

André Nogueira Xavier, pelas nossas conversas sobre tudo e todos, por ter me convencido que as línguas de sinais têm fonologia, pela amizade que atravessa cordilheiras e oceanos. **Henrique Abarca Schellini Carnevali**, amigo desde os tempos de escola, pelas provas incontestáveis de que a amizade se transforma e resiste ao tempo, à distância e às diferenças. **Julia Reyes** e seu “coração magro de mulher”, uma cronópia que me faz desejar poesia e jazz, por cantar, tocar e escrever. **Juliana Antunes Nasser**, companheira tão singular na praia, na roça ou no asfalto, pela fala, pela escuta, pela pizza de chocolate e pelo riso. **Leandro “Ael” Salebian**, o meu “Aelzinho”, que, entre outras coisas inacreditáveis, me ajudou a me proteger de mim mesmo. **Marcela Martins de Freitas**, minha irmã, pela palavra, pelo silêncio, pelo olhar que vê através de mim quando eu próprio não consigo fazer isso. **Monica Cruvinel**, por todas as “quartas-feiras” de nossas vidas, pelos preconceitos segredados, pelos abraços coálicos e, acima de tudo, por nunca ter me pedido paciência. **Suzi Oliveira de Lima**, por ter me dito que meu trabalho era importante nos momentos em que duvidei disso e — claro! — pelas coreografias transcontinentais.

E, além de tudo isso, por tantas outras razões que cada um de vocês conhece e que não cabe mencionar aqui.

Eliana Dias Barros, pela afeição que permanece. **Richard Petric**, por ter conseguido ser seu próprio Papai Noel, por ter me contado isso, por me ajudar a fazer o mesmo comigo.

Todos os que me ouviram no GEL 2008, em São José do Rio Preto. Vocês não imaginam o quanto o retorno de vocês foi importante para mim. MUITO OBRIGADO por tudo o que disseram. Procurei, nas páginas que se seguem, corresponder minimamente à alegria e à responsabilidade que os seus comentários me fizeram sentir.

Kanavillil Rajagopalan, pela possibilidade de escolher e seguir meu próprio caminho. **Angel Corbera Mori**, meu primeiro professor no IEL, por incentivar meu interesse pela lingüística antropológica e também pela participação no exame de qualificação. **Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira**, pelo carinho, pela sensibilidade de “leitora das letras minúsculas”, por questionar dicotomias. **Maria Filomena Gregori**, a Bibia, pelo curso brilhante do qual tive o privilégio de participar e que tanto contribuiu para esta pesquisa. **Maria Viviane do Amaral Veras**, “referência bibliográfica” com quem tive o prazer de dialogar, por despertar meu olhar para o novo e para o Outro. **William Mineo Tagata**, pelo diálogo que se iniciou quando eu ainda era aluno de graduação e por sempre perguntar “e o mestrado?”. Tod@s vocês, porque aceitaram compor as bancas de avaliação deste trabalho.

Meus professores e professoras da USP, por terem me ensinado o que é fazer lingüística *hardcore*, aprendizado que levo pra vida toda. Todos os que foram membros do “Grupo de Estudos de Semântica Formal” entre agosto de 2003 e junho de 2005, período em que participei do grupo e desenvolvi minha pesquisa de Iniciação Científica.

César Augusto de Assis Silva, Dina Maria Machado Andrea Martins Ferreira, Juliana Antunes Nasser e Maria Filomena Gregori, pela leitura de versões anteriores deste trabalho.

Cláudio, Miguel e Rose, da secretaria de Pós-Graduação do IEL, pela prestatividade e competência.

Todos aqueles com quem, em algum momento, compartilhei o silêncio.

Durante o mestrado contei com uma bolsa do **CNPq**, ao qual agradeço.

Words like violence
Break the silence
Come crashing in
Into my little world
Painful to me
Pierce right through me

(...)

Words are very unnecessary
They can only do harm
Vows are spoken
To be broken
Feelings are intense
Words are trivial
Pleasures remain
So does the pain
Words are meaningless
And forgettable

(...)

Enjoy the silence

Depêche Mode, *Enjoy the silence*

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo estudar – de uma perspectiva pragmático-discursiva – como são constituídas as identidades da chamada “diversidade sexual” nas *Cartilhas* do site *Mix Brasil*. A escolha do corpus justifica-se pela posição central que o referido site ocupa no engendramento (e popularização) de uma certa identidade gay e de outras identidades não heterossexuais. Os pressupostos teóricos encontram-se, sobretudo, nos últimos trabalhos de John L. Austin (e sua visão performativa da linguagem) e, também, no pensamento social contemporâneo que entende as identidades como sendo contingentes. Especificamente no campo dos estudos de gênero, Judith Butler é a referência principal. Busca-se, assim, lançar um novo olhar sobre a questão das identidades sexuais contemporâneas a partir do diálogo entre a lingüística e as demais ciências sociais. A análise do corpus mostrou que as identidades das *Cartilhas* do *Mix Brasil* são performatizadas de maneira hierárquica, numa escala que vai desde uma identidade ideal (a gay) até identidades marcadas por corpos abjetos (as travestis). Trata-se de uma estrutura aberta que, ao reinterpretar dois modelos distintos de prática sexual (aqui chamados “igualitário” e “hierárquico”), por um lado afirma a legitimidade de todas as orientações sexuais e, por outro, coloca as identidades marcadas por signos de feminilidade no local mais baixo de sua escala.

Palavras-chave: Pragmática; Performatividade; Identidade; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

This thesis aims at investigating – from a pragmatic-discursive perspective – the way identities of the so-called ‘sexual diversity’ are constituted in the *Cartilhas* of the Brazilian Internet site *Mix Brasil*. The corpus choice is justified given the centrality this site has when it comes to the engenderment (and popularization) of a certain gay identity as well as other non-heterosexual identities. The theoretical background comprises the later works of John Langshaw Austin (and his performative perspective on language), and the contemporary social thought that faces identities not as stable, but rather as contingent. As for the field of gender studies, Judith Butler is the main reference. I intend to approach the contemporary sexual identities issue from a dialogue between linguistics and other social sciences. The corpus analysis showed that the identities on *Mix Brasil* are performatized in a hierarchical fashion, on a scale that goes from an ideal identity (the gay one) to identities marked by abject bodies (the transvestites). The *Cartilhas* are organized as an open structure in which two distinct models of sexual practices (here called “egalitarian” and “hierarchical”) are reinterpreted. On the one hand, the reinterpretation occurs in such a way that all sexual orientations have their legitimacy guaranteed. On the other hand, however, those identities marked by signs of femininity are placed at the bottom of the scale.

Key words: Pragmatics; Performativity; Identity; Gender; Sexuality.

SUMÁRIO

[0]

introdução	01
[0.1] (construindo) um percurso de pesquisa	01
[0.2] desejos e promessas	03
[0.3] organização da dissertação	07
[0.4] atos de fala e atos de pesquisa	08

[1]

da construção do homossexual à mídia gay	11
[1.1] construindo o homossexual	12
[1.2] movimento homossexual	17
[1.3] “mídia gay” no brasil	21
[1.4] sobre o corpus	25
[1.5] organização do portal	29
[1.6] subseção escolhida para análise	32

[2]

promessas e atos de fala	35
[2.1] austin e a proposição da distinção performativo/constativo	36
[2.2] austin e a rejeição da distinção performativo/constativo	40
[2.3] fazendo coisas com atos de fala (e com austin também)	44
[2.4] o que fazer com os atos de fala	46

[3]

Identidades	51
[3.1] sujeitos fragmentados	52
[3.2] fazendo gênero	55
[3.3] i'm queer, i'm here	59
[3.3.1] uma autora: judith butler	61

[4]

performatizando a diversidade sexual	65
[4.1] eu, tu, eles	67
[4.2] identificando uma espécie	76
[4.3] o corpo fala. mas o quê?	79
[4.4] preto+branco, cinza ou colorido? o lugar da bissexualidade	82
[4.5] sorry... i'm not gay OU sorry, you're a homo?	86
[4.6] renascimento masculino: o que é e como se faz	92
[4.7] coisa de mulher	95
[4.8] quem são os <i>muxhe</i> ?	98
[4.9] mas por que você gosta disso mesmo?	101
[4.10] simpáticos ou antipáticos?	106

[5]

perspectivas	111
[5.1] pardais é aqui	112
[5.2] sobre essências e estratégias	117

[6]

referências	119
[6.1] referências bibliográficas	119
[6.2] referências eletrônicas	125
[6.3] bibliografia consultada	127

[0]

introdução

É pobreza demais pensar apenas com o pensamento.
Queria usar muito mais o olhar (...)

Henrique Abarca. *Confúcio o caraio mano.... meu nome agora é bobão..*

[0.1]

(construindo) um percurso de pesquisa

Esta pesquisa é fruto de um percurso que se iniciou em 2004, quando eu cursava o bacharelado em Lingüística na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Neste ano e no seguinte, freqüentei reuniões do grupo “Prisma”, ligado ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, que se propunha a ser um espaço do movimento estudantil dedicado à discussão de temas ligados à sexualidade. Embora o grupo não se apresentasse como “grupo militante gay”, a maioria absoluta de seus

membros – eu incluído – era composta por homens que se auto-identificavam como gays e tinham claro interesse em militar pelo fim da homofobia dentro da USP e, quiçá, fora dela também.

Uma das coisas que mais me chamavam a atenção nas reuniões do Prisma eram os debates – quase sempre acalorados e inevitavelmente inconclusos – em torno de uma questão que me parecia simples antes do meu ingresso no grupo: o que é ser gay? Para mim, essa questão era tranqüilamente respondida da seguinte maneira: gay é qualquer homem que se sente atraído por outro homem. Ponto final.

O curioso era notar que, embora não discordassem de mim, meus companheiros do Prisma traziam questões relacionadas à identidade gay que não se restringiam ao plano do desejo, digamos, sexual. Eram questões relativas a, por exemplo, vocabulário, vestimenta, opções de lazer, projetos pessoais, convicções religiosas etc, todas elas atravessadas por outras questões, dessa vez de gênero, classe, raça/cor e idade/geração. Questões que, para um jovem branco de classe média morador de uma metrópole que então namorava outro jovem nas mesmas condições, pareciam desprovidas de sentido. Eu entendia a vivência da minha sexualidade como a vivência gay por definição. Meus companheiros me mostraram que havia outras possibilidades.

No ano seguinte, instigado pelas discussões no Prisma, matriculei-me na disciplina “Estudos de corporalidade, gênero e sexualidade”, oferecida pelo departamento de Antropologia da FFLCH e ministrada pelo professor Júlio Assis Simões. Nesta disciplina travei contato com idéias de Claude Lévi-Strauss, Pierre Clastres, Bronislaw Malinowski e Margaret Mead. Li, também, textos de Michel Foucault, Donna Haraway, Carole Vance, Judith Butler, Marilyn Strathern. Estes últimos autores foram os que tiveram maior impacto sobre mim. Tais pensadores me mostraram que as diversas sexualidades não passavam de construções discursivas que respeitavam, instauravam, desafiavam e legitimavam normas.

Nada podia ser mais interessante para mim naquele momento.

Digo isso porque naquele primeiro semestre de 2005 eu estava em fase de conclusão da minha pesquisa de iniciação científica, um estudo sobre a função de morfemas classificadores dentro do quadro teórico da semântica formal. Em minha pesquisa de graduação estava mais do que acostumado a lidar com categorias aristotélicas, com definições positivas e estáveis sobre os fatos da língua. Aliás, não só na pesquisa de iniciação, já que a quase totalidade dos docentes do departamento de Lingüística da USP, ao menos nos anos em que lá cursei o bacharelado, eram ou formalistas ou semioticistas de linha francesa (na qual a presença do estruturalismo saussureano é bastante marcada). No meu então único curso no departamento de Antropologia, por outro lado, lia textos que me faziam questionar essa calma conceitual.

Ao concluir a graduação e decidir que seguiria os estudos em nível de mestrado, tinha duas intenções em mente: (a) estudar um tema que tivesse a ver com preocupações pessoais minhas, e não que fosse simplesmente “teoricamente interessante” e (b) desenvolver esse estudo dentro de um quadro teórico que reconhecesse que os discursos têm sujeitos e que não restringisse a língua a um mero instrumento de comunicação e/ou a significação a um fato abstrato capaz de ser descrito em termos lógico-matemáticos.

[0.2]

desejos e promessas

Em discursos médico-científicos e religiosos é bastante freqüente a indagação pela causa da homossexualidade. No meio acadêmico, ao menos quando se fala no campo das ciências humanas, a abordagem tende a ser distinta, de maneira que a busca pelas causas não costuma se colocar. Seja como for, a esmagadora maioria de trabalhos sobre sexualidade (de maneira geral) e

homossexualidade (em particular) é realizado nas disciplinas de antropologia, sociologia e história. A produção de pesquisas sobre sexualidade no campo dos estudos da linguagem é bem mais escassa. Tendo isso em mente apresento agora, *à la* Austin, o objeto de meu desejo e a promessa de alcançá-lo.

A hipótese de pesquisa é que o local privilegiado de construção da identidade gay – e de outras identidades não-heterossexuais – no Brasil contemporâneo não são o saber médico, os vários discursos religiosos e nem o movimento homossexual militante tradicional, mas sim a mídia. Esse processo começa a ocorrer a partir dos anos 1990, quando há uma grande segmentação do mercado editorial no Brasil e surge o que se pode chamar de “mídia gay”: publicações voltadas ao público homossexual masculino (que não necessariamente tinham no nu ou no intercuro sexual seu principal apelo comercial). Nesse processo de criação midiática de uma identidade gay a internet ganha papel de destaque. Os veículos de comunicação online têm visibilidade mesmo nos períodos em que a mídia impressa enfrenta grandes dificuldades, como a falta de anunciantes, por exemplo.

Dentre os vários sites gays que surgem na década de 1990, o *Mix Brasil* ocupa uma posição central para a visibilidade gay, na medida em que conecta, entre outros, pessoas, instituições e reivindicações políticas. Como se não bastasse, o site citado passa a ser hospedado num grande portal brasileiro. Entre as várias seções do *Mix Brasil*, o item *Cartilhas* é fundamental nesse processo, uma vez que tem um papel normatizador da identidade gay (e de outras identidades do público do *Mix*), ocupando um lugar superior na hierarquia do site.

Tendo elaborado a hipótese e selecionado o corpus, a proposta é estudar, a partir de uma perspectiva pragmático-discursiva, quais são as sexualidades não-heterossexuais presentes nas *Cartilhas* do *Mix*. Mais que isso, o objetivo é investigar de que maneira tais identidades são forjadas, qual a relação que estabelecem entre si – e quais os mecanismos discursivos através dos quais

isso ocorre.

A opção pela perspectiva pragmático-discursiva não pretende, de maneira alguma, ignorar estudos sobre sexualidade e gênero já realizados em outras áreas – e a bibliografia é prova disso. O que intenciono é estudar a questão a partir de um ponto de vista distinto dos usualmente empregados, embora apoiado neles.

O referencial teórico adotado é a “visão performativa da linguagem”, para usar as palavras de Ottoni (1998), encontrada nos últimos trabalhos de Austin (1970; 1998). De acordo com o pressuposto adotado aqui, a linguagem não tem uma função meramente referencial; linguagem é ação. Os sentidos não existem para além da linguagem, podendo ser por ela representados; pelo contrário, os sentidos são produzidos na e pela linguagem, sendo o material e o produto de um processo de negociação.

Busco, ainda, contribuir para a reflexão mais recente sobre a problemática da identidade (de maneira geral) e da identidade de gênero (em particular). Para que este objetivo seja alcançado, dialogo sobretudo com Butler (1997; 2006).

Obviamente, a adoção de um outro ponto de vista (neste caso, austiniano) implica, necessariamente, a instauração de um novo objeto. Se este estudo não for capaz de dar respostas a antigas perguntas, espero ao menos que ele consiga colocar novas questões.

Naturalmente, pelo que foi exposto na seção 0.1 da presente dissertação, meus objetivos não são puramente acadêmicos (se é que é possível ser puramente acadêmico). Pretendo estudar discursos sobre identidades sexuais e de gênero que sejam desviantes em relação à norma heterossexual vigente em nossa sociedade — discursos estes feitos por sujeitos que não se encaixam no “padrão”. Minhas preocupações não diferem das de Kronka quando ela diz que uma discussão de tal ordem

pode ser um caminho para tentar dissolver as classificações que insistem em reforçar uma suposta oposição entre normalidade e anormalidade no que se refere à sexualidade, e que, por esse motivo, criam estigmatizações e reforçam as já existentes. (2005:25)

A opção por desenvolver um trabalho acadêmico preocupado com a homossexualidade, institucionalmente localizado num departamento de lingüística, tem uma intenção política clara. Trata-se de uma empreitada que busca ir além dos muros da academia. Desejo apontar caminhos para a possibilidade de questionamento das classificações mais corriqueiras (e não questionadas) de sexualidade. Pretendo que minha contribuição atinja o movimento homossexual organizado, os colegas pesquisadores que abordam a sexualidade de maneira geral, os meios de comunicação e, quiçá, um público ainda mais amplo. A intenção é problematizar a validade da propagação, como se fossem verdade, de idéias cristalizadas acerca, por exemplo, de uma suposta normalidade da heterossexualidade por oposição a uma (igualmente suposta) anormalidade da homossexualidade.

Já há algum tempo, desde o último ano de graduação, tinha esse desejo, mas não acreditava sinceramente que ele pudesse ser atingido. Neste ano, no GEL de São José do Rio Preto, vi que meu desejo poderia ser realizado, ao menos em alguma medida. Os comentários feitos por alguns dos presentes, tanto logo após minha apresentação quanto posteriormente, via mensagens eletrônicas, me fizeram ver a responsabilidade que tenho por abordar um tópico considerado tabu em diversas esferas da sociedade. Evidentemente, uma dissertação de mestrado não conseguiria, sozinha, atingir tais objetivos. Gostaria, com a apresentação de comunicações em eventos (científicos ou não) e participação em discussões, de declarar publicamente que aceito debater as questões levantadas, em nenhum momento me furtando à sua dimensão

eminentemente política.

[0.3]

organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro deles, traço considerações gerais acerca das categorias “homossexual” e “homossexualidade”, buscando ver as particularidades de sua conceituação no âmbito do discurso médico-científico e também no próprio discurso do indivíduo (auto)designado homossexual. Em relação a esse último universo de discurso, mostro a importância que a mídia tem, para os movimentos homossexuais, na constituição e divulgação de uma identidade gay. O corpus é apresentado no bojo da discussão sobre a construção midiática da homossexualidade.

Os dois capítulos seguintes são essencialmente teóricos. No segundo capítulo, o objetivo é explicitar aspectos das teorias da linguagem que constituem os pressupostos teóricos desta dissertação. Assim, analiso a proposta de uma visão performativa da linguagem, tal como formulada por Austin, e algumas das chaves interpretativas a partir das quais tal proposta pode ser lida.

A seguir, no capítulo 3, apresento as teorias sobre identidade com as quais dialogo. Após introduzir a problemática da identidade tal como abordada no debate contemporâneo, comento algumas das idéias de Bruner (1990), procurando explicitar em que medida sua afirmação de que identidades se constituem como narrativas é útil à minha análise. Finalmente, investigo alguns estudos sobre gênero, com atenção especial às análises acerca da especificidade de vivências da sexualidade no Brasil. Nesse ponto da dissertação, também é interessante estudar aspectos de correntes teóricas pós-estruturalistas, buscando identificar de que maneira tais teorias podem ser úteis para a análise do corpus.

No quarto capítulo apresento as análises dos textos constantes do

corpus, realizadas a partir do referencial teórico mobilizado.

Finalmente, à guisa de conclusão, apresento as perspectivas que considero abertas por este trabalho.

Cabe aqui uma notação sobre a tradução das citações. Todas as citações presentes no corpo do texto da dissertação estão traduzidas. Procurei reproduzir traduções brasileiras dos textos consultados sempre que tais traduções estivessem disponíveis. Para os textos que ainda não contam com uma tradução brasileira publicada, providenciei traduções livres. Sempre que possível, transcrevi, em nota de fim de página, o trecho citado tal como escrito no idioma originalmente consultado.

[0.4]

atos de fala e atos de pesquisa

Antes que se passe à leitura do “desenvolvimento” do trabalho, há que se fazer algumas considerações que servem a um só tempo como advertência e manifesto.

Em uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um departamento de lingüística, como é o caso desta, é necessário que eu busque, nas falas que analisar, marcas que me permitam identificar atitudes lingüísticas (o que, na perspectiva adotada por mim, serão também atitudes sociais). Entretanto, como ficará claro nos capítulos 2 e 3, é importante que me coloque a seguinte pergunta: em que medida seria eu consciente dos atos de fala que analiso?

Minha questão é a seguinte: por um lado, sou institucionalmente solicitado a estudar materiais lingüísticos de maneira objetiva, partindo do pressuposto de que há cisão entre sujeito e objeto e que é justamente tal cisão que permite a mim, que ocupo a posição de sujeito, conhecer meu objeto.

Por outro lado, trabalho com uma proposta teórica segundo a qual a

cisão sujeito/objeto não faz tanto sentido (Austin, 1970; 1998) e, além disso, tenho outra referência (Butler, 2003) que explicita que os atores envolvidos num dado ato não necessariamente têm consciência do tipo e do alcance de seus atos.

Dito de outra forma, meu dilema é: como vou lidar com o beco sem saída em que me meti? Um trabalho desenvolvido a partir dos pressupostos teóricos adotados aqui não pode pretender esgotar seu objeto de estudo — a menos que não pretenda ser coerente. Quais serão as lacunas, tropeços, perlocuções inesperadas (e talvez até indesejadas) que deverão constar de um trabalho como o meu para que meu compromisso com Austin persista? Para melhor elaborar tais questões, permito-me duas digressões¹.

1) Freud, ao estudar as neuroses, relatou que havia tratado homens histéricos, o que contrariava o conhecimento médico de sua época e o colocava numa posição, digamos, antagônica em relação aos então representantes de tal saber. Nas cartas a Fliess, Freud comenta que não lhe agradava deixar sua teoria sem âncora. Lacan aponta, contudo, que, mesmo contrariado, Freud deixou-se levar pelos caminhos aos quais seu método o conduzia.

2) Em meu primeiro ano de graduação (quando ainda cursava filosofia), um professor disse em aula que é subindo no ombro de gigantes que conseguimos olhar mais longe — e este professor erguia altares aos tais gigantes escaláveis. Anos mais tarde (quando estava no meu último ano de lingüística), outro professor disse que, ao fazer uma dissertação, deve-se apenas dissertar — não seria o mestrado o momento de elaboração/exposição de propostas não canônicas.

¹ A primeira delas só se tornou possível graças aos comentários de Viviane Veras por ocasião do exame de qualificação, a quem agradeço.

Bem, respeitosamente desrespeito os dois professores mencionados. Opto não por subir nos ombros de um gigante, mas sim por aprender com o exemplo deixado por um homem: fazer o que se julga necessário mesmo quando somos os primeiros a questionar nossos rumos metodológicos. E faço isso numa dissertação de mestrado.

Se, como quer o poeta, a vida é mesmo risco ou abstinência, não pretendo me abster.

[1]

da construção do homossexual à mídia gay

Chegou o dia em que minhas viagens me conduziram a Pirra. Logo que coloquei os pés na cidade, tudo o que imaginava foi esquecido; Pirra tornara-se aquilo que é Pirra; e imaginei que sempre soubera que a cidade não tinha vista para o mar, escondido atrás de uma duna baixa e ondulada; que as suas ruas correm em linha reta; que as casas são reagrupadas em intervalos, não altas, e são separadas por descampados de depósitos de madeira e serrarias; que o vento move os cata-ventos das bombas hidráulicas. Daquele momento em diante, o nome Pirra evoca essa vista, essa luz, esse zumbido, esse ar no qual paira uma poeira amarelada: é evidente que significa isto e que não podia significar mais nada.

Italo Calvino. *Cidades Invisíveis*.

Nesta seção são abordadas questões que julgo relevantes para se problematizar a maneira como se constroem identidades não-heterossexuais no Brasil. Começo o percurso por comentar, partindo de uma perspectiva foucaultiana (Foucault, 2003), como o homossexual foi constituído historicamente por agentes

que não viam a si próprios como homossexuais. Depois disso, teço breves comentários sobre a tomada de voz dos homossexuais, optando por definir a si próprios e organizar-se em movimentos sociais. Privilegio o caso brasileiro, da segunda metade do século XX em diante. A terceira parada do percurso diz respeito à criação de veículos de imprensa voltados ao público gay no Brasil e uma existência, por assim dizer, midiática e auto-determinada da homossexualidade. Após isso, apresento o corpus e justifico sua escolha.

Já que é de História que se fala neste capítulo, cabe uma nota prévia. Em seu *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, Friedrich Nietzsche (1983: 58-70 [1874]) argumenta que a História está a serviço da vida, não sendo, portanto, uma ciência pura. De acordo com o filósofo, os diferentes estilos do fazer historiográfico só existem porque cada um deles tem sua própria contribuição a dar ao presente — ponto no qual se originam. Dessa forma, ao optar por um ou outro meio de contar “a História”, o que o historiador faz é apresentar e, mais importante, justificar sua própria visão do presente. Assim sendo, não pretendo apresentar “A” história nas linhas abaixo — até porque, em se concordando com Nietzsche, isso seria impossível. Pretendo, apenas, construir uma História que, sendo inevitavelmente elaborada no lugar do qual falo, sirva aos objetivos expostos na introdução a esta dissertação. Afinal, como já disse Leach (1996: 59 [1954]), “os fatos da etnografia e da história só podem parecer que estão ordenados de maneira sistemática se impusermos a esses fatos uma ficção do pensamento”.

[1.1]

construindo o “homossexual”

Ao publicar o seu agora clássico *Sexual Behavior in the Human Male*, a tese de Alfred Kinsey era que os seres humanos variam sexualmente de maneira

inclassificável. Não existiriam realidades independentes de contextos e práticas, mas tão somente construções históricas. As descrições dos fatos seriam as verdadeiras responsáveis por, ao “descrevê-los”, atribuir-lhes uma identidade (Kinsey, 1998 [1948]). Nas palavras de Kinsey (1998 [1948]),

As pessoas do sexo masculino não são divididas em duas populações descontínuas: os heterossexuais, de um lado, e os homossexuais, de outro. O mundo não está dividido em bons e maus (...) Só o espírito humano inventa categorias e se esforça por fazer corresponder os fatos a escaninhos separados. O mundo do ser vivo é, integralmente, um *continuum* em seus menores aspectos. Quanto mais cedo compreendermos que este princípio rege o comportamento sexual do homem, mais cedo chegaremos a uma compreensão sadia das realidades do sexo.

No primeiro volume de sua *História da sexualidade*, Foucault (2003) pensa o poder como uma relação de forças que estende suas redes não por meio da interdição da fala, mas através da prática do discurso. A partir desta maneira de pensar, as diversas identidades sexuais, das quais muitas vezes falamos como se fossem naturais, não são compreendidas como uma “essência” individual, e sim como resultados do engendramento de um “dispositivo da sexualidade”, um conjunto de saberes e discursos que definem nossa maneira de pensar sobre “sexo”, conjunto esse do qual o “sexo” é produto (cf. França, 2006).

Optei por citar Kinsey para explicitar que, ao falar de homossexualidade neste trabalho, não estou falando de uma realidade com existência própria, pré-discursiva. Pelo contrário, quero deixar claro que o termo “homossexual” faz parte do vocabulário moral da modernidade. Ou seja, é tão histórica e socialmente construído como qualquer outro termo, qualquer que seja a língua.

Sobre a invenção deste termo, nos diz Nunan (2003: 25):

Não há como manter a idéia de uma homossexualidade

natural e trans-histórica, com base no suposto imperativo biológico da divisão cromossômica de sexos, porque nossas crenças atuais sobre a *realidade* das diferenças de sexos foram construídas nos séculos XVIII e XIX. (grifo no original)

Compartilhando da premissa de Foucault (2003), meu objetivo aqui é mostrar como, de acordo com autores selecionados, o saber sobre o sexo e a sexualidade, notadamente a identidade “homossexual”, foi engendrada e transformada em diferentes espaços e tempos. Começamos pelos tempos citados por Nunan (2003).

Como argumentam Costa (1995) e Laqueur (2001), até o século XVIII não fazia sentido pensar a existência de dois sexos distintos, um masculino e outro feminino. A partir de uma metafísica cristã de inspiração claramente platônica, acreditava-se na existência de uma única essência humana, mais bem realizada no homem. A mulher não passaria de um homem inferior e invertido, sendo alguns de seus órgãos as contrapartes interiorizadas de órgãos masculinos (por exemplo, o útero seria o escroto e os ovários os testículos). Desnecessário dizer, tal concepção metafísica era devidamente ratificada pelo discurso científico da época.

No século XVIII (na verdade, no final dele) e início do século XIX a realidade social é bastante alterada com o Iluminismo e as revoluções burguesas. Uma nova organização das relações sociais coloca uma nova percepção das anatomias, e o discurso médico-científico vem agora afirmar a existência de dois sexos *essencialmente* distintos: o masculino e o feminino. Essa distinção dos sexos é feita tanto no plano do corpo quanto no da alma; tanto no físico quanto no moral. Acerca da concepção científica que veio a reboque da nova ordem social, diz Laqueur (2001: 21):

Só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se

tornaram politicamente importantes.

Se, no antigo regime, as mulheres eram vistas como inferiores aos homens, com o Iluminismo abre-se a possibilidade de se repensar tal fato, uma vez que homens e mulheres, sendo racionais, passam a ser iguais perante a lei. Eis aqui a importância política de marcar diferenças. O Iluminismo coloca no centro de suas reflexões não a religião, mas a razão. Dessa forma, homens e mulheres passam a ter igualdade jurídica e política — igualdade essa que se mostra incômoda àqueles que, até então, estavam no topo da criação divina. É no momento de instauração dessa igualdade jurídico-política desconfortável que a desigualdade e a oposição passam a marcar os corpos (Laqueur, 2001).

Nesse processo, os corpos são diferenciados, mas não só eles: o psiquismo também o é. As mulheres, além das peculiaridades anatômicas que lhes são características, são passivas, afetivamente superiores, naturalmente voltadas à procriação e ao cuidado com a família, célula do Estado burguês. Os homens, além de suas peculiaridades anatômicas, seriam ativos, intelectualmente superiores, naturalmente voltados às atividades produtivas da sociedade.

Dentro desse modelo de “di-sexualização” dos corpos e das mentes, o homossexual passa a existir como um invertido, um indivíduo que tem corpo de homem e “sensibilidade nervosa” de mulher. Esse híbrido inaceitável e danoso à família, à raça e à sociedade (Foucault, 2003) passa a ser arduamente estudado pela ciência, junto de outros seres também desviantes. Criam-se, assim, as dicotomias *homem e mulher, heterossexual e homossexual, normal e anormal*.

Mas será que estas dicotomias eram tão fortes a ponto de só se poder conceber o homossexual como um ser feminino em corpo masculino? Seria concebível um “homossexual desviante” em relação a essa norma? Sobre essa questão Costa (1995: 129) afirma:

O homossexual será alinhado aos velhos libidinosos,

celibatários, sífilíticos e libertinos, como a antinorma paroxística da figura do homem-pai. Desde então, a feminilidade do homossexual vai ser afirmada, a despeito de qualquer contra-exemplo empírico ou incongruência conceitual. Ele tinha que “ser feminino”, pois, não sendo feminino, não tinha como ser “invertido”. O homossexual tornou-se a prova teórica do *two-sex-model* político-moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele, estava a prova viva de que “o sexo” da mulher pode habitar o corpo de um homem. Todos os invertidos mostravam isto; todos os invertidos eram a prova disto.

Curioso ver como, a julgar pela citação acima, foi pela homossexualidade (o seu outro) que a heterossexualidade se constituiu e legitimou. Interessante notar, também, que em nenhum texto da bibliografia consultada para esta seção é ventilada a possibilidade de um corpo de mulher ser habitado pelo sexo de um homem. Parece que a homossexualidade feminina é uma invenção mais recente.

A esta altura da dissertação, pode-se pensar que o homossexual e o sodomita seriam nomes sinônimos. Não é esse o caso. Como coloca Nunan (2003), a sodomia era proibida por razões religiosas e o seu praticante, o sodomita, deveria se purificar dos seus pecados e, eventualmente, pagar o preço legal por sua prática. Uma vez abandonada a prática, o indivíduo deixava de ser considerado sodomita. Aquele que tinha desejos sodomitas mas não os punha em ato tampouco era considerado sodomita. Dito de outro modo, a categoria “sodomita” definia-se pelo ato, não pelo sujeito praticante.

Ora, não foi isso o que ocorreu com o “homossexual”. Ao se criar esta palavra, criou-se também um certo tipo de indivíduo, uma doença mental e um problema social. Nas palavras de Foucault (2003: 43-44),

O homossexual do século XIX tornou-se uma personagem:

um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (...) O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

Do século XIX em diante, a sexualidade é o fator a partir do qual a individualidade deve ser compreendida. O discurso médico transforma os *comportamentos* sexuais em *identidades* sexuais. A identidade sexual, por sua vez, torna-se peça chave da identidade social. Como aludido na epígrafe que abre este capítulo, assim como a Pirra de Calvino, uma vez visitada, passa a ser tudo o que a ela se atribui, a homossexualidade, uma vez “descrita”, passa a ser a verdade do inescapável de ser homossexual.

Até o momento, restringi-me a dissertar sobre como o homossexual foi construído historicamente por não-homossexuais. É interessante ver como se deu também a construção política do homossexual no seio de movimentos sociais organizados.

[1.2]

movimento homossexual

O diagnóstico médico comentado na seção anterior teve um efeito perlocucionário² bastante interessante: alguns dos sujeitos identificáveis como homossexuais começaram a ver a si próprios como uma categoria à parte e criar “laços de identidade, esferas de sociabilidade e, posteriormente, um movimento social calcado na identidade sexual” (França, 2006: 18).

Dessa forma, embora o foco desta dissertação não seja um estudo dos movimentos homossexuais politicamente organizados, é necessário tecer alguns

² Sobre locução, ilocução e perlocução, ver capítulo “promessas e atos de fala”, nesta dissertação.

comentários acerca deles, já que tais movimentos tiveram (e têm) importância fundamental no estabelecimento do que convencionou-se chamar “identidade gay”. Foi e é por meio desses movimentos que o homossexual deixa de ter uma existência puramente médica para ter uma existência política. Daqui em diante, salvo indicação explícita em contrário, baseio-me no histórico fornecido por Kronka (2005).

De acordo com Kronka (2005), o primeiro movimento homossexual de grande visibilidade do qual se tem notícia é o “Comitê Humanitário e Científico”, organização fundada na Alemanha em 1897. Esse movimento, que contava em seus quadros com médicos (ao que parece, exclusivamente), tinha por objetivo fornecer uma explicação genética para a homossexualidade - acabando com o estigma de que a homossexualidade seria um desvio de caráter. Ademais, também cabia alterar a constituição alemã, removendo dela as passagens que criminalizavam o homossexual. O Comitê acabou no início dos anos 1930, com a perseguição empreendida pelo então ascendente regime nazista.

Após o Comitê, outro movimento de grande vulto foi conhecido nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960; as chamadas “organizações homófilas”. Na verdade, tais organizações só começaram a ter realmente representatividade a partir do final dos anos 1960, com o fortalecimento do movimento feminista. Nas palavras de Badinter,

No final dos anos 60, paralelamente à reconsideração, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de “homossexuais”, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de “gays” (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designará uma cultura específica e positiva. (1992: 113)

Ou seja, é a partir do fortalecimento do movimento feminista que a dita normalidade heterossexual começa a ser questionada. Por outro lado, a mudança de designação (melhor seria dizer a opção por uma auto-designação) inicia o processo de forja de uma nova identidade, uma identidade *gay*. Mas o movimento feminista não foi o único evento importante para o desenvolvimento do movimento *gay* nos Estados Unidos. Em 28 de junho de 1969, em manifestação semelhante às que haviam tomado lugar no ano anterior, na França, freqüentadores do bar *Stonewall*, em Nova Iorque, decidiram fazer barricadas. O bar era constantemente vistoriado pela polícia local e seus clientes eram freqüentemente presos sem que houvesse reação contestatória à ação policial. Naquele dia, a despeito do que normalmente ocorria, os policiais foram recebidos com pedradas e garrafadas. Iniciou-se uma batalha campal que durou 5 dias seguidos e teve fim no momento em que o prefeito exigiu o término da violência policial. Por conta desse evento, as pessoas que passaram a se reconhecer como “gays” se organizaram e, em 28 de junho de 1970, acontecia em Nova Iorque a primeira parada *gay*, evento que foi copiado e recriado em diversas cidades do mundo e ocorre até hoje.

Após os acontecimentos no *Stonewall*, o movimento *gay* tomou outro rumo, agora mais distanciado do movimento feminista. Começou a construção de uma identidade *gay* positiva, que incluía a afirmação de existência de uma cultura própria. Era um movimento de bastante expressão política, que buscava o reconhecimento da legitimidade de sua existência.

O movimento que surge a partir de *Stonewall* busca legitimar a prática homossexual e a identidade *gay* na medida em que as situa na agenda liberal. A homossexualidade é localizada no corpo, corpo este que faz parte da esfera privada. Assim, lutar pelo direito de existir como *gay* é lutar pelo direito à privacidade. Há, aqui, um claro redirecionamento nos discursos engendradores da identidade homossexual. Como disse Ariés,

Doravante não são mais nem médicos nem padres que

fazem da homossexualidade uma categoria à parte, uma espécie: são os próprios homossexuais que reivindicam sua diferença, e que assim se opõem ao restante da sociedade, ao mesmo tempo em que exigem seu lugar ao sol. (1985: 82)

Até a reorientação do movimento homossexual estadunidense e sua conseqüente influência em muitos dos países capitalistas, quando falavam em “sair do armário” os homossexuais referiam-se a assumir a sexualidade para outros homossexuais e, talvez, para alguns amigos e familiares mais próximos. Ou seja, o assumir-se homossexual era algo que ocorria sobretudo na esfera privada, doméstica até. Agora, o gay “sai do armário” para ganhar as ruas (ou ao menos é isso que intenciona). O paradoxo é interessante: é uma ação pública (o sair do armário) que busca legitimar uma prática privada (a prática sexual).

Em 1978, quando é fundado o grupo *Somos*, o movimento homossexual passa a ganhar representatividade no Brasil. De acordo com Green (1999), isso se deve não à ausência de condições (como “consciência política”) para que o movimento homossexual brasileiro tivesse se organizado anteriormente, mas sim à repressão promovida pelo governo militar, em especial o Ato Institucional no. 5, que cerceava uma série de liberdades individuais (inclusive a organização em grupos).

O grupo *Somos*, formado sobretudo por profissionais liberais, chegou a contar com mais de cento e cinquenta componentes em seu auge. O grupo, que tinha por objetivo realizar reflexões sobre o aspecto político da homossexualidade, orientava-se a partir de três princípios: **a)** não afiliação a grupos políticos; **b)** “horizontalização” do poder interno (constituição de subgrupos com tarefas específicas e renovação periódica dos ocupantes dos cargos de coordenação); **c)** alcance da visibilidade (levar ao “povo” resultados de discussões e informações sobre a vivência homossexual) (McRae, 1990).

Com o passar do tempo, divergências internas e o próprio mecanismo de estruturação do grupo levam-no ao fim. De acordo com Kronka (2005), um dos

grupos criados a partir de um subgrupo do Somos é o *Grupo de Ação Lésbica-Feminista* (GALF), primeiro grupo militante lésbico brasileiro de que se tem notícia, criado em 1979.

Nesse primeiro momento de existência, as experiências do movimento homossexual brasileiro estavam bastante centradas em questões individuais e as reuniões consistiam basicamente em relatos de experiências pessoais. Após essa fase, o movimento foi ficando mais fraco até sua quase extinção. Uma nova bandeira (e um novo movimento) surge quando do advento da AIDS, então considerada o “câncer gay”. Lutar contra a disseminação da doença passa a ser o foco principal dos diversos grupos homossexuais no Brasil. Após a mudança de visão sobre a doença, quando se deixa de falar em “grupos de risco” para se falar em “comportamentos de risco”, o movimento homossexual brasileiro passa por uma nova fase de retração (Facchini, 2005; Kronka, 2005).

A partir da segunda metade da década de 1990, o movimento homossexual brasileiro ressurgiu. A luta contra a AIDS ainda tem seu peso, mas surge o interesse por se falar de outros temas, sobretudo a denúncia da violência sofrida por homossexuais e a luta pela garantia de direitos civis. O movimento está mais do que nunca preocupado em obter visibilidade – visibilidade que se dará na e pela mídia.

[1.3]

“mídia gay” no brasil

O que chamo aqui de “mídia gay” são as mídias voltadas ao público gay. De acordo com MacRae (1990), nas décadas de 1960 e 1970 mais de três dezenas de publicações voltadas ao público homossexual circulavam no Brasil. As tiragens eram bastante reduzidas, havendo casos de periódicos feitos à mão com exemplar único. A preocupação política que viria a ser o traço marcante do

movimento homossexual brasileiro a partir de fins da década de 1970 não era a tônica desses jornais, cujos textos, via de regra,

Falavam de amenidades e acontecimentos mudanos, embora também houvesse indicações culturais, reportagens, classificados, concursos de contos e poesias, roteiros de programas “gays” e textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa. (MacRae, 1990: 65)

Um dos periódicos desse grupo, aparentemente o de maior longevidade, foi *O Snob*, que circulou entre 1963 e 1969. *O Snob* não diferia muito de seus contemporâneos, mas deve-se ressaltar que foram vários dos colaboradores d'*O Snob* que viriam a fundar, já em 1976, o *Gente Gay*, tido como representante da “primeira onda de novas publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país” (Green, 1999:314).

Em 1977, ocorre um fato de grande importância para a constituição de uma mídia gay no Brasil. Winston Leyland, militante gay estadunidense, vem ao Brasil e, em sua visita, fala sobre os diversos movimentos internacionais pelos “direitos gays”. Alguns jornalistas e intelectuais gays do eixo Rio-São Paulo que tiveram contato com as idéias de Leyland resolvem iniciar uma publicação que discutisse os aspectos políticos da homossexualidade. Questões como racismo, machismo, artes e ecologia também eram abordadas (MacRae 1990; Green 1999). É desse esforço coletivo que surge o jornal *O Lampião*, cujo primeiro número data de abril de 1978. Com o objetivo, declarado no editorial de seu número 0, de negar o gueto e, assim, sair dele, o jornal inaugura novas possibilidades. A tiragem inicial d'*O Lampião* foi de dez mil exemplares, chegando ao número de quinze mil pouco após seu lançamento (Kronka, 2005). Não só a tiragem era impressionantemente alta; a distribuição também diferia – e muito – da dos periódicos que o haviam precedido. Além de ser vendido por diversos grupos militantes, *O Lampião* também chegou às bancas de revistas, ao lado de outros

títulos da imprensa dita alternativa, como *O Pasquim* – alcançando, assim, um público fora do gueto, como queriam seus colaboradores.

Muitos desses colaboradores eram as mesmas pessoas que viriam a fundar o grupo *Somos*, mencionado anteriormente. Após diversos acontecimentos, como

(...) desagregação interna marcada por rivalidades entre conselheiros paulistas e conselheiros cariocas; a perseguição da direita terrorista à imprensa alternativa em geral; o aumento do preço do papel e dos custos de produção; a falta de anunciantes; a resistência por parte de grandes distribuidoras (Kronka, 2005: 40)

o jornal chega ao fim em sua edição de número 37, publicada em junho de 1981.

Durante o restante da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, as publicações voltadas ao público homossexual, disponíveis no Brasil, consistiam basicamente em revistas com fotos de nu e sexo, a maioria das quais estrangeiras (Kronka, 2005). Em janeiro de 1995 é publicado o primeiro número da *Sui Generis*, revista carioca de circulação nacional que não publicava fotos de nu e sexo entre homens. A *Sui Generis* aparece num momento de segmentação do mercado editorial, junto com algumas outras revistas que visavam a atingir públicos específicos e discutir diferentes vivências de masculinidade³ (Monteiro, 2000). Embora não estivesse vinculada a nenhum grupo organizado, a *Sui Generis* contava em seu quadro de colaboradores com membros de movimentos gays organizados, sendo que os textos da revista tinham um caráter claramente

³ É o momento em que surgem, entre outras, as revistas *Raça*, voltada aos “negros” e a *Sentidos*, para “deficientes”. Há, ainda, publicações como *Destino*, voltada ao esoterismo e *Capricho*, dedicada a garotas adolescentes. Para o público masculino, destacam-se a *Placar*, para homens que gostam de futebol, e a *TRIP*, revista de variedades para o “homem contemporâneo”. Mais recentemente, surgiu a *TPM*, versão “para mulheres” da *TRIP*. (a sigla TPM, além do trocadilho óbvio, significa “Trip Para Mulheres”).

militante, reivindicatório. Havia, também, seções dedicadas à moda, cinema, artes e dicas de beleza. A revista tem seu último número publicado em março de 2000, deixando de ser publicada, aparentemente, por problemas financeiros. A SG Press, editora que publicava a *Sui Generis*, mantém uma outra publicação voltada ao público gay, a *Homens*, com conteúdo focado em fotos de nu e contos eróticos.

Em 1997, veio à tona aquela que é, possivelmente, a mais conhecida revista gay entre não-gays: a *G Magazine*. Apresentando no frontal de personalidades conhecidas no Brasil, a *G*, como é popularmente conhecida, conseguiu maior visibilidade que a *Sui Generis*. Por outro lado, parece que, a exemplo de sua ex-concorrente carioca, também enfrenta problemas em conseguir grandes anunciantes.

Do início de 2000 a meados de 2007, o segmento de revistas não-eróticas destinadas ao público gay passou de quase inexistente a inexistente. No período referido, além das já citadas *Homens* e *G Magazine*, também circularam *Billy* e *Über* – todas publicadas no Brasil.

Em fins de 2005, é publicado o único número da revista *Iguais*, auto-intitulada “elegantemente GLS”. Essa situação de escassez altera-se em novembro de 2007, quando o mercado editorial passa a contar com duas novas publicações: *DOM* (Editora Peixes) e *Júnior* (Editora Sapucaia). É interessante observar que ambas as revistas surgem num momento de segmentação ainda maior do mercado editorial. A *DOM* se propõe uma revista voltada a homens “mais velhos” (a partir dos 25 anos), ao passo que a *Júnior* almeja um público constituído por jovens de 15 a 25 anos.

No início de 2008, uma outra revista passa a ser publicada: a *Aimé* (Grupo Lopso Comunicação). Também voltada a um público “mais maduro”⁴, a *Aimé* se diferencia da *DOM* pelo preço e pelo peso que dá aos produtos citados

⁴ Sobre homossexualidades e idades, ver Simões (2004).

em suas páginas (todos com valor pouco acessível a larga parcela da população do país).

Deve-se dizer que, embora as bancas de jornais tenham passado longos anos sem publicações voltadas ao público gay que não tivessem no nu frontal seu principal atrativo, o mesmo não aconteceu com a internet.

[1.4]

sobre o corpus

Ao estabelecer o corpus para a pesquisa, procurei encontrar, na mídia impressa brasileira, publicações voltadas ao público homossexual masculino que não tivessem no material pornográfico seu principal apelo. Uma publicação desse gênero me interessava na medida em que afirmasse, positivamente, uma identidade gay que não estivesse exclusivamente relacionada à prática sexual, mas também a práticas sociais identitárias.

Dada a inexistência de material impresso que estivesse sendo publicado no início de 2006, voltei meus olhos à internet. Pesquisando diversos sites, identifiquei que o portal brasileiro Mix Brasil constituía o material empírico chave para a pesquisa. Este site, embora contenha seções de cunho nitidamente pornográfico, também contém outras que de pornográfico não têm nada. Mas por que escolher este site e não qualquer outro veículo de mídia? O Mix Brasil é uma organização multimídia que atua na internet, com seu portal sediado no UOL⁵, maior portal brasileiro, importantíssimo na consolidação da internet no Brasil, na mídia impressa, com a revista *Júnior*, na área de cinema e vídeo, com o *Festival Mix Brasil*, na de música, com o *Mix Music* e também na comercialização de

⁵ *Universo on line*, primeiro portal de internet brasileiro digno desse nome (um site que reúne canais os mais diversos, de História à culinária, passando por economia, esportes e viagens) e, até hoje, o maior do país. A versão eletrônica da *Folha de São Paulo* também é hospedada no UOL. Isso dá uma idéia do público alcançado por esse portal.

mercadorias voltadas ao público GLS, com o *Mercado Mundo Mix*. É assim que, no item “Quem Somos”, o portal se apresenta:

O Mix Brasil é uma organização criada em 1993 com o objetivo de estabelecer um fórum de discussões para um grupo de pessoas que chamamos gls (gays, lésbicas e simpatizantes). Sua primeira função foi realizar anualmente o Festival Mix Brasil de cinema e vídeo e posteriormente através do BBS MiX Brasil e serviço na Internet, informar e criar espaço para troca de informações em bases constantes para e dentro desse grupo.⁶

Nesta breve apresentação, nota-se a afirmação de existência de um grupo “GLS”. Ademais, também afirma-se que o objetivo do Mix Brasil é criar um espaço para trocas entre e para os membros do grupo. Ora, o fortalecimento da “homossexualidade” como traço criador de identidades pessoais e coletivas, como bem mostrou Facchini (2005), é a tônica presente no reflorescimento do Movimento Homossexual Brasileiro, ocorrido no início dos anos 1990. Em outras palavras: o Mix Brasil estava relacionado a uma onda de iniciativas de cunho claramente militante, que buscava repensar e ressignificar a identidade “homossexual”. Seus objetivos encontravam eco em diversas outras organizações não-governamentais (ONGs) que surgiam ou se reestruturavam naquele momento. Não é de se estranhar, portanto, que desde o início o Mix Brasil tenha lutado, ao lado de outras ONGs, pela formulação de políticas públicas voltadas aos GLS (como campanhas de prevenção à AIDS) e pela garantia de direitos civis a membros deste segmento. Abaixo comento brevemente a atuação do Mix Brasil em cada uma das áreas/mídias anteriormente elencadas.

De acordo com informações constantes do site oficial do Festival, o *Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo*, posteriormente rebatizado como *Festival*

⁶ <http://mixbrasil.uol.com.br/mp/quemsomos.shtml>

Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual, teve sua primeira edição após a realização do *Mix New York*, braço da edição de 1993 do *New York Lesbian and Gay Experimental Film Festival* que teve como objetivo mostrar diferentes formas de viver a sexualidade em diversos locais do mundo. Teria sido o primeiro festival de cinema gay e lésbico da América Latina, além de ser o maior do gênero. Esse festival, que tem uma edição paulistana anual, também conta com mostras itinerantes em várias cidades brasileiras. No Estado de São Paulo, cidades que já receberam filmes do Festival são, entre outras, Assis, Campinas, Guarulhos, São Carlos, São José do Rio Preto. Mas o Festival não quer atingir apenas o interior paulista; busca-se, também, atingir outras capitais brasileiras. Cidades que já sediaram mostras do festival fora do estado de São Paulo incluem: Rio de Janeiro (que, a exemplo da capital paulista, conta com uma mostra de periodicidade anual), Porto Alegre, Cuiabá, Curitiba, Brasília, João Pessoa e Porto Velho – ou seja, localidades em todas as regiões do Brasil.

Desde 2000, também se realiza, paralelamente ao festival de cinema e vídeo, o *Mix Music*, “único festival musical especialmente voltado ao público GLS”⁷. O festival conta com apresentações de bandas do circuito alternativo, de artistas gays e lésbicas (como Ângela Ro Ro e Vange Leonel), além de músicos queridos do “público GLS”, como Maria Alcina.

O *Mix Brasil* também organiza o *Mercado Mundo Mix*, feira de moda que se expandiu para áreas afins, como música, artes visuais e design. Essa grande feira, que acontece tanto em São Paulo quanto em outras capitais (exemplos são Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília), aliada a pesquisas de perfil de consumidor e usuário feitas tanto *in loco* quanto via site, foi e é peça chave no estabelecimento de um mercado voltado ao público gay, ao menos no centro-sul do Brasil.

⁷ http://www.mixbrasil.org.br/sala_release.shtml

Sobre o site, cabe dizer que, dentre as organizações brasileiras voltadas ao público GLS, o site do Mix Brasil é a que parece ter ganhado mais visibilidade. Ele fez parte do BBS (*Bulletin Board System*), sistema de comunicação via computador que antecedeu a internet, o que significa que o Mix Brasil participou de toda a história da internet no Brasil. O serviço era pago e era acessado da seguinte maneira: os usuários de computadores com modem ligavam para um número de telefone e tinham acesso a um sistema que oferecia serviços como listas de lugares gays na cidade de São Paulo e notícias. Quando esse sistema foi lançado, em 16 de agosto de 1994, havia apenas dois computadores ligados a duas linhas telefônicas (ou seja, apenas duas pessoas podiam se conectar por vez). Em outubro do mesmo ano já eram oito as linhas telefônicas e, em dezembro de 1995, era lançado o site. Em junho de 1997, o site passa a ser hospedado no UOL, ganhando ainda mais visibilidade.

Mesmo que um usuário de internet não resida ou não tenha como se deslocar até uma cidade em que seja realizada uma mostra do festival de cinema, do de música ou a feira de produtos, resta a ele a opção de ter acesso à organização por meio de seu site. O site do Mix Brasil, um verdadeiro portal, conecta pessoas, instituições, locais de lazer, arte, entretenimento, reivindicações políticas, legislação, pesquisas de mercado etc. Ou seja, o site ocupa um papel decisivo para a constituição das identidades sexuais não heterossexuais (especialmente a identidade gay) no Brasil. Por isso o site foi escolhido para constituir o corpus da presente pesquisa. Cabe, agora, comentar as diversas seções do portal, identificar a subseção escolhida para análise e justificar tal escolha.

[1.5]

organização do portal

Enumero, aqui, em ordem alfabética (tal qual aparecem em seu menu), as seções que compõem o site atualmente. Interessa-me, nessa leitura, identificar quais são as seções nas quais o site se divide e o conteúdo de cada uma delas.

Blogs. É uma seção que reúne blogs de colaboradores (há uma mulher heterossexual e nove homens gays), com posts versando sobre os mais diversos temas, em geral crônicas do cotidiano. Há, ainda um “blog da redação”, subseção com posts curtos nos quais são comunicadas as novidades do site.

Central de notícias. Seção que divulga notícias com temática que se julga interessante aos GLS, a saber, acontecimentos referentes a personalidades, conquistas de direitos em diversos países do mundo, eventos de lazer e políticos etc. Algumas das notícias mais recentes incluem: “Lésbica jamaicana consegue asilo nos Estados Unidos”, “Madonna usará Givenchy em sua nova turnê”, “Costa Rica proíbe detentos gays de receberem visita íntima” e “Argentina realiza seu primeiro Encontro de Ursos”.

Celular Mix. Seção através da qual os usuários do site podem selecionar os assuntos que mais lhe interessam e receber notícias curtas a respeito dos mesmos em seus telefones celulares. As notícias são enviadas por meio de mensagens de texto (SMS).

Cio para garotas. Seção dedicada às lésbicas. Há blogs escritos por e para mulheres, dicas de programação noturna, filmes atualmente em cartaz, notícias sobre personalidades lésbicas. Basicamente, apresenta uma mistura dos tópicos presentes em outras seções do site, mas com conteúdo voltado às mulheres que se identificam com a letra L.

Cultura GLS. Dividida em diversas subseções, a seção aborda assuntos relativos à literatura, cinema, quadrinhos, fotografia, música, teatro e

outras manifestações culturais. Os temas abordados ou têm a ver diretamente com o universo GLS (por exemplo, um filme cujo protagonista é gay) ou então estão relacionados a celebridades populares entre o público alvo do site (como o falecido ator Heath Ledger, protagonista do filme *O segredo de Brokeback Mountain*). Há, ainda, uma subseção com biografias de personalidades gays, lésbicas, bissexuais ou transgênero. Também nessa seção pode ser encontrada a subseção “Meu Nome é Ida”, espécie de coluna social alternativa, na qual Ida Feldman publica fotos tiradas nos banheiros de pessoas de alguma maneira ligadas ao público GLS – e familiares a tal público.

Festival. Traz informações sobre o festival anual de cinema e vídeo organizado pelo Mix Brasil. Apresentam-se um elenco de resenhas e trailers dos filmes selecionados para o festival, bem como a programação do evento e um link para o site oficial do mesmo.

Identidade. É composta por diversas subseções, todas tendo por objetivo colocar (e responder) questões relativas à identidade gay. É, entre todas as seções do site, a de tom mais abertamente militante. São elas: **a)** *Cartilhas*, na qual são explicados termos como “homossexual”, “gay” e “t-lover”, entre outros (será mais bem explorada na próxima seção deste capítulo); **b)** *Mídia*, onde se fala sobre visibilidade gay na mídia no Brasil e em outros lugares do mundo, especialmente Estados Unidos e Europa (recentemente, a revista “Júnior” tem sido bastante divulgada nesta subseção); **c)** *Negócios*, subseção que aborda o comércio voltado ao público gay; **d)** *Nossa Língua*, acerca de itens lexicais que são identificados como pertencentes a uma certa ‘gíria gay’; **e)** *Pesquisa*, a principal atração da subseção são as pesquisas que o site realiza desde 2004 para identificar o perfil de seus usuários (há perguntas, por exemplo, sobre frequência e local de acesso à internet, padrão de compras pela internet, orientação sexual, escolaridade e faixa etária); **f)** *Política*, subseção dedicada à divulgação de conquistas de direitos civis por gays, lésbicas e transexuais — e

políticas públicas voltadas a esse segmento, privilegiando ações tomadas em âmbito nacional; **g) Psi**, subseção na qual um psicoterapeuta responde a perguntas de usuários; **h) Trans**, subseção que traz um conjunto de notícias sobre transgêneros, travestis e drag queens.

Loja do Mix. Links para vendas de produtos os mais diversos, de celulares e notebooks a cosméticos, móveis e vibradores.

Mundo X. Seção de variedades do site, com textos sobre esportes, saúde, religião, televisão e moda. Também há uma coluna social de molde mais tradicional, voltada a personalidades do universo GLS.

Os 10 +. Seção com listas de dez itens de tópicos variados, como “10 melhores bandas”, “10 jogadores mais gostosos da Eurocopa” e “10 atores brasileiros mais bonitos”.

Pride. Seção que divulga eventos “afirmativos”, como as “paradas gays” país afora, além de grupos militantes e de apoio a gays. Há, também, informações sobre leis de proteção aos homossexuais, cursos de capacitação de advogados para atuar em direitos civis de homossexuais, denúncia de crimes de homofobia em vários lugares do mundo e apresentação de propostas de candidatos a cargos públicos, no que concerne à população GLS.

Rádio. Uma estação de rádio parcialmente interativa, na qual é possível ao usuário escolher que músicas e que entrevistas ouvir.

Roteirão. Lista extensa com opções de entretenimento voltadas ao público GLS. Estão disponíveis informações sobre as seguintes cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Constam também informações sobre agências de turismo e pacotes turísticos, como cruzeiros voltados ao público gay.

Sexo. Seção que reúne entrevistas e ensaios fotográficos com atores pornográficos, contos eróticos, fotonovelas e trechos de lançamentos de produtoras de vídeos pornográficos gays. Usuários podem enviar vídeos curtos

produzidos e estrelados por eles próprios.

Sites parceiros. Links para sites parceiros do Mix Brasil.

Troca-troca. Seção dedicada à interação entre os usuários. É possível enviar depoimentos, participar de enquetes e entrar num bate-papo virtual (há duas “salas” do Mix Brasil na seção “sexo” do bate papo do UOL).

TV Mix Brasil. Conjunto de vídeos (não pornográficos) que inclui material capturado em festas e casas noturnas, clipes musicais e trailers de filmes.

[1.6]

subseção escolhida para análise

A análise empreendida nessa pesquisa de mestrado será sobre textos selecionados da subseção *Cartilhas* da seção *Identidade*. No texto inaugural desta subseção, pode-se ler o seguinte:

O Mix inicia com essa reportagem uma série de matérias que explicarão o que significa na prática a tal diversidade sexual. As diferenças entre travestis e transexuais; o que seria um transgênero, o bissexual; as questões femininas.... O primeiro tema é homossexualidade (prática sexual) e gay (identidade)⁸.

O discurso fundador da subseção a define como neutra, explicativa. Existe uma opção pelo gênero discursivo da reportagem, que se vê como objetivo. Mais do que isso, as reportagens presentes nas “Cartilhas” não intencionam unicamente narrar eventos, mas também *explicá-los*. Configura-se, assim, um tom bastante pedagógico.

As *Cartilhas* estão no topo de uma hierarquia existente entre as definições que são nelas apresentadas e as utilizadas em outras partes do site.

⁸ http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48414.shtml

Por exemplo, ao abordar o comércio voltado ao público gay (ou ao chamado *pink money*), é do gay tal como definido nas *Cartilhas* que a subseção *Negócios* fala.

Há “reportagens” dedicadas a cada uma das letras da sigla GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais) e até a uma letra que anda um pouco em desuso, presente numa sigla já considerada ultrapassada, mas bastante presente no site como um todo: o S (simpatizantes) de GLS.

Nas “Cartilhas” do Mix, identidade e política se encontram (melhor seria dizer: não se diferenciam). As identidades são construídas com diversas contradições próprias não só ao fazer político, mas também às interpretações dadas às práticas sexuais no Brasil.

Dito de outra maneira, o Mix Brasil tem um papel fundamental na produção da identidade gay no Brasil. As *Cartilhas*, por sua vez, têm um papel normatizador dessa identidade, hierarquicamente superior a outras seções do portal. Ora, para quem buscava textos que discutissem a homossexualidade e que fossem escritos por e para gays, parece não haver corpus mais apropriado.

Antes que se chegue às análises do corpus, entretanto, é importante deixar claro a partir de que lugar tais análises serão feitas.

[2]

promessas e atos de fala

Desconfie do mais trivial, na aparência do singelo.
E examine, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceite o que é de hábito
como coisa natural (...)

Bertolt Brecht. *Nada é impossível de mudar.*

Como foi dito na introdução, busco os pressupostos teóricos deste trabalho no campo dos estudos da linguagem. Mais especificamente, em *How to do things with words* e *Performativo-Constativo*, trabalhos realizados já no final da vida de Austin. Cabe especificar o que, nesses textos, é interessante para o estudo da constituição discursiva de identidades não-heterossexuais.

[2.1]

austin e a proposição da distinção performativo / constativo

Nas seis primeiras conferências (e parte da sétima) proferidas em Harvard, em 1955, que dariam origem ao *How to do things with words*, Austin opõe duas categorias de enunciados: os constativos e os performativos. Tanto uma categoria quanto outra são mormente estudadas a partir de sentenças declarativas, *locus* privilegiado da tradição de estudos da linguagem ordinária até então.

Os constativos seriam os enunciados dos quais se pode dizer que são verdadeiros ou falsos. Um exemplo banal seria o seguinte: suponhamos que alguém profira a sentença: “Tem uma almofada em cima do sofá”. A aferição do valor de verdade desta sentença ocorreria quando alguém olhasse para o sofá e *constatasse* a presença (ou ausência) de uma almofada sobre o mesmo. Enunciados constativos teriam um valor descritivo, no máximo informativo.

Já os enunciados performativos não são passíveis de análise em termos de valor de verdade. Têm características que lhes são bastante peculiares. Ao dizer “Sim” numa cerimônia de casamento, os noivos estão efetivamente casando-se. De modo análogo, dizer “Eu batizo este navio com o nome ‘Titanic’”, numa cerimônia de nomeação de um navio, é propriamente efetuar o batismo. Tais sentenças não estariam descrevendo um estado de coisas, como ocorreria com os constativos. Tomemos o exemplo do batizado. Para que o batismo ocorra é necessário que a pessoa autorizada diga as palavras adequadas numa circunstância apropriada. Se isso não ocorrer, não se pode dizer do batismo que ele é falso, mas somente que é infeliz, malgrado. Com o seu conceito de performativo, Austin deixa claro que ao proferir uma sentença nós nem sempre estamos declarando algo. Podemos estar, na verdade, realizando uma ação.

A peculiaridade das condições de felicidade dos enunciados

performativos exige maiores considerações por parte de Austin. É pelo negativo, ao apresentar sua “doutrina das infelicidades”, que Austin elenca o que deve ocorrer para que um enunciado performativo seja bem sucedido. Há seis regras, agrupadas duas a duas. São elas:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
(B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequente. (Austin, 1990: 31)⁹

⁹ No original (Austin, 1970: 14-5), lê-se:

(A.1) There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure to include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further

(A.2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked.

(B.1) The procedure must be executed by all participants both correctly and

(B.2) completely.

(Γ.1) Where, as often, the procedure is designed for use by persons having certain thoughts or feelings, or for the inauguration of certain consequential conduct on the part of any participant, then a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feelings, and the participants must intend so to conduct themselves, and further

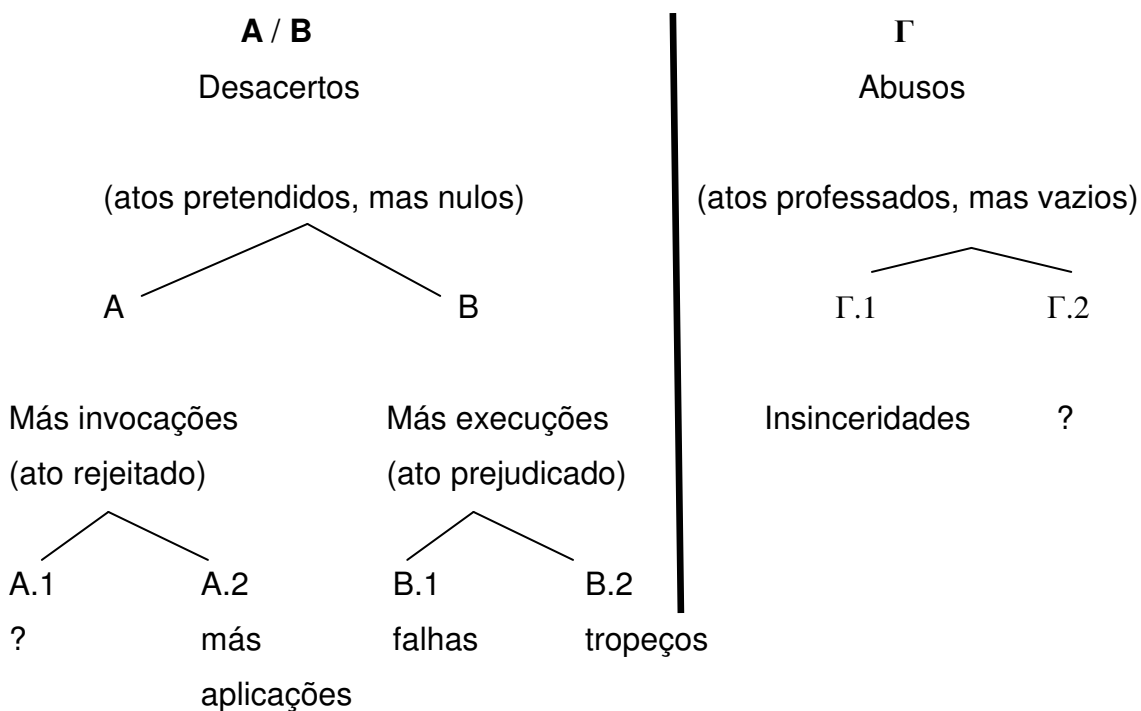
(Γ.2) must actually so conduct themselves subsequently. (Austin, 1970: 14-15)

A violação de qualquer uma das seis regras acima implica, necessariamente, no malogro do proferimento performativo.

Há que se notar que Austin opta por usar três letras de dois alfabetos diferentes, o latino e o grego, e isso não é em vão. Se houver violação das regras **A** ou **B**, ou seja, se a fórmula for incorretamente proferida ou se for dita por pessoas não autorizadas, então o ato não se efetua. Às violações dessas regras Austin dá o nome de *desacertos*.

Situação diferente ocorre quando há violação das regras do tipo Γ . Nesses casos, o ato é realizado, mas com desrespeito ao procedimento. Suponhamos, com Austin, que eu diga “Eu prometo” sem ter intenção de cumprir minha promessa. Para todos os efeitos, o ato foi realizado – porém de maneira insincera. Às violações dessas regras Austin chama *abusos*.

Tem-se, assim, o seguinte quadro (cf. Austin 1970: 18):



Ou seja, ocorre desacerto no proferimento performativo quando sua autoridade é esvaziada, quer seja pelas pessoas envolvidas, quer seja pela situação. Os desacertos implicam na nulidade do ato. Observe-se que as infelicidades A.1 e Γ.2, embora descritas, não são satisfatoriamente nomeadas. Voltarei a isso na última seção deste capítulo.

Para melhor analisar os casos em que o ato não é nulo, mas infeliz por conta de um abuso, Austin cita vários exemplos de insinceridade de sentimentos. Por exemplo, um ato é nulo se agradeço a alguém sem sentir-me agradecido. De modo análogo, posso aconselhar alguém a fazer x sem que meus conselhos sejam os mais benéficos para meu interlocutor (e eu saiba disso). Posso, ainda, apostar algo e não ter a intenção de pagar a aposta. Em todos estes casos (em que houve insinceridade de sentimento, pensamento e intenção, respectivamente) o ato ocorre, mas de maneira infeliz.

Até o momento, a proposta teórica parece funcionar bem. Traçou-se a linha divisória entre enunciados constativos e performativos e, em relação aos últimos, foram divulgadas suas condições de felicidade.

Além disso, deve-se reconhecer o mérito de Austin por trazer, para o campo da análise lingüística, enunciados até então negligenciados pela tradição vericondicional vigente (os performativos). Por outro lado, também se deve reconhecer que, ao propor a análise desses enunciados a partir de critérios outros (criando, portanto, um campo separado para os mesmos), Austin não rompe com a tradição logicista na qual se formou.

Esse não rompimento não perdura até a última das conferências realizadas em Harvard, e certamente não na de Royaumont, proferida em 1958, quando apresenta o trabalho “Performativo-Constativo”. Na segunda metade das conferências de Harvard, bem como na conferência de Royaumont, Austin propõe uma superação da dicotomia performativo/constativo.

[2.2]

austin e a rejeição da distinção performativo / constativo

Para prosseguir, retornemos à tipologia de infelicidades proposta por Austin. Suponhamos que alguém prometa a uma girafa que lhe dará uma rosa, sem a intenção de dar a flor. Não há forma convencional de se prometer a uma girafa (violação de tipo “A”). Ademais, acredita-se que a girafa, por não ser humana, não é um interlocutor adequado para uma promessa (não realizará sua parte no procedimento, violando as regras “B”). Como se não bastasse, o ato é insincero (violação de tipo “Γ”). Nesse caso hipotético, regras dos três grupos estariam sendo violadas, sem que houvesse uma hierarquia de violações. A violação de uma regra não pressupõe nem acarreta necessariamente a violação de uma outra. Além disso, nada impede que violações “somem-se” umas às outras.

Mas os critérios para definir a (in)felicidade dos enunciados performativos não são os únicos que podem se sobrepor. Austin aponta a dificuldade de se estabelecer critérios lingüísticos para definir o que são os tais enunciados performativos. De modo similar, os enunciados constativos também carecem de critérios precisos para sua definição. A exemplo do que acontece com a lista das infelicidades, as fronteiras entre enunciados constativos e performativos são bastante nebulosas.

Por exemplo, ao buscar verbos que fossem utilizados exclusivamente (ou ao menos preferencialmente) em enunciados performativos, nos diz Austin:

Ademais, os verbos que parecem, em termos de vocabulário, ser verbos especialmente performativos servem ao propósito especial de tornar explícito (o que não é a mesma coisa que afirmar ou descrever) precisamente que ação está sendo

performatizada pelo proferimento da sentença (...). (Austin, 1970:61 – tradução livre)¹⁰

Já sobre os enunciados constativos, Austin diz que

A verdade ou falsidade da afirmação não depende meramente dos significados das palavras, mas de qual ato estava sendo performatizado em quais circunstâncias. (Austin, 1970:144 – tradução livre)¹¹

Austin propõe que se estude o enunciado não como uma sentença, mas como uma ação (Austin, 1970: 20). Como consequência, sugere que se deixe de falar em constativos por oposição a performativos e passe-se a falar em *Atos de fala*. O ato de fala pode ser investigado a partir de três “componentes” coocorrentes, quais sejam: (i) como uma fala dotada de sentido na acepção corriqueira do termo; (ii) como uma fala dotada de certa força convencional; e (iii) como uma fala com certo efeito não convencional. Usando a terminologia proposta por Austin, a esses três componentes cabem as seguintes designações: (i) é o ato locucionário, (ii) é o ilocucionário e (iii) é o perlocucionário.

O ato locucionário contém três elementos que também coocorrem. Tomando-se por exemplo a língua oral, o primeiro deles é a produção de sons que são, por assim dizer, o “veículo” da significação. O segundo elemento é a produção de determinadas palavras numa certa estrutura sintática, por meio da produção dos sons. O terceiro e último elemento consiste no uso do segundo para transmitir uma mensagem específica. Austin nomeia tais elementos *fonético*, *fático* e *rétrico*, respectivamente. Cabe sinalizar que, embora os exemplos usados aqui

¹⁰ No original: Moreover, the verbs which seem, on grounds of vocabulary, to be specially performative verbs serve the special purpose of *making explicit* (which is not the same as stating or describing) what precise action it is that is being performed by the issuing of the utterance (...)

¹¹ No original: The truth or falsity of a statement depends not merely on the meanings of words but on what act you were performing in what circumstances.

sejam de língua oral, o autor não desconsidera outros registros lingüísticos, como o escrito, por exemplo.

O ato ilocucionário é o que se realiza *em* dizer algo. Diz respeito à intenção de quem fala, no momento do ato de fala. Uma sentença como “eu vou quebrar a sua cara” pode ser enunciada com a intenção de intimidar o interlocutor. Já uma sentença como “aquele carro é verde” pode ser dita com a intenção de informar o interlocutor sobre a cor do automóvel em questão, assim como também pode ter por intenção demonstrar ao interlocutor que quem fala não é daltônico. Mas e o interlocutor em questão?

Se, por um lado, uma sentença como “eu vou quebrar a sua cara” tem uma forma convencional de ameaça, a reação a ela pode não corresponder ao desejo de quem a enuncia. Aquele que ouve essa sentença pode tanto se sentir intimidado quanto achar ridículo ouvi-la daquela pessoa em específico. O ato perlocucionário, aquele que ocorre *por* se dizer algo — o efeito provocado — é o lugar do não-convencional.

Mas seriam claras as fronteiras entre os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários? Bem, deve-se lembrar que, ao afirmar que o ato rético é um elemento constituinte da locução, Austin traz a dimensão ilocucionária (a intenção do falante) para o campo da locução. Além disso, o referido autor afirma ser difícil identificar onde convenções terminam e começam (cf. Austin, 1970: 119). Conseqüentemente, é difícil ver onde a ilocução termina e a perlocução inicia-se. A distinção entre os atos constituintes do ato de fala não é clara. A esse respeito Halion (1989) afirma que o ato de fala não é uma simples junção de outros atos, mas sim um único ato de várias dimensões que não podem ser claramente separadas.

Bem, mas se a linguagem é ato e se não há diferença qualitativa entre os já abandonados enunciados constativos e performativos, por que temos a impressão de que essa distinção faz sentido? Por que nos parece que certos

enunciados são meras descrições da realidade?

Austin afirma que constativos nada mais são do que performativos bem disfarçados — a distinção performativo/constativo nada mais é do que o resultado de um processo histórico (Austin, 1970: 145). É pela repetição de enunciados que convenções e autorizações são forjadas, de tal modo que após algum tempo nós consideremos certos enunciados como simples descrições de fatos da realidade — coisa que eles, definitivamente, não são. Em *Performativo-constativo*, o filósofo chega mesmo a dizer que

Sob o título de “verdadeiro”, o que temos de fato não é de jeito nenhum uma simples qualidade nem uma relação, nem uma coisa qualquer, mas de preferência toda uma dimensão de crítica. Pode-se fazer uma idéia, talvez não muito clara desta crítica: o que está claro é que há uma porção de coisas a considerar e a pesar nesta única dimensão — os fatos, sim, mas também a situação de quem falou, a finalidade com a qual falou, seu auditório, questões de precisão etc. (op.cit. p. 121)

Ao pensar a linguagem devemos, portanto, conhecer qual a dimensão de crítica que avaliza um enunciado como “verdadeiro” ou “falso”. E isso inclui, como não poderia deixar de ser, aquele para quem o enunciado é proferido (o “auditório”).

Com essas afirmações, sem sombra de dúvida, Austin opera um rompimento radical com a tradição referencialista dos estudos da linguagem. Resta ver se seu rompimento foi compartilhado por outros estudiosos.

[2.3]

fazendo coisas com atos de fala (e com austin também)

Os textos *How to do things with words* e *Performativo-constativo* não foram recebidos sem críticas. Diferentes pesquisadores em diferentes momentos e áreas de estudo empreenderam esforços no sentido de corrigir, emendar e ampliar aspectos do pensamento de Austin.

Pouco antes de falecer¹², em 1960, Austin recebeu duras críticas de Benveniste, que em seu “A filosofia analítica e a linguagem” (1995) aponta que o pensador inglês não conseguiu esclarecer a distinção entre “performativos” e “constativos” devido a um erro simples de raciocínio: esqueceu de separar falante de língua. De acordo com Benveniste, uma coisa é o que se diz e outra é a cena enunciativa. Quando se estuda a cena enunciativa, pode-se concluir, assim como Austin o fez, que todos os enunciados são performativos. Todavia, ao se estudar o que se diz (a substância lingüística), verifica-se a possibilidade de analisar vericondicionalmente os enunciados.

Já John Searle (1969), reconhecido como discípulo legítimo de Austin, decide organizar e “completar” as idéias do mestre, que estavam, na sua visão, flagrantemente inconclusas. A estratégia teórica de Searle (que não difere fundamentalmente da de Benveniste) é postular a existência de um “conteúdo proposicional” sobre o qual se aplicaria uma “força ilocucionária”. O tal “conteúdo proposicional” é passível de verificação de valor de verdade, ao passo que o estudo da “força ilocucionária” da sentença é o lugar onde se localizam as intenções e acordos dos falantes. Estudar a “força ilocucionária” de uma sentença é estar na tríplice fronteira entre lingüística, psicologia e sociologia. A proposta de Searle coloca a Teoria dos Atos de fala como continuísta (e não como

¹² Justamente no período em que realizou um série de conferências em Harvard, em 1955, que resultariam no “How to do things with words” e, pouco depois, um outra conferência em Royaumont, em 1958, onde apresentou o trabalho “Performativo-constativo”.

contestadora) da tradição logicista. Tal visão de continuidade é a leitura oficial da obra de Austin que se tem na Lingüística e é tão forte que a quase totalidade dos livros didáticos que abordam “pragmática” costumam citar Austin, mas fazem referência aos textos de Searle e à Teoria de Atos de Fala do último.

Alguns anos mais tarde, institucionalmente localizado num departamento de Lingüística, Jerrold J. Katz escreve “Propositional structure and illocutionary force”, no qual propõe uma revisão e uma correção dos textos de Austin. No último capítulo do livro, interessantemente intitulado “How to save Austin from Austin”, nos diz Katz:

Nesse capítulo de conclusão, nós passamos em revista uma série de problemas ou de “contra-exemplos” sobre os quais se debruçaram outras teorias da performatividade. Em particular, alguns desses contra-exemplos levaram Austin a abandonar a distinção constativo/performativo em sua forma original. Nós tentaremos mostrar que uma teoria como a que desenvolvemos anteriormente não tem qualquer problema com esses contra-exemplos. (Katz, 1969: 177 – tradução livre)

Mais adiante, Katz diz:

Austin pensava, de maneira errada, que [certos] casos constituíam contra-exemplos simplesmente porque se limitavam a falar de enunciações e ações — porque se limitavam à performance (...). A distinção competência/performance nos fornece os benefícios da idealização. Paralelamente ao uso que se faz da teorização na teoria de gases e na mecânica, nós não precisamos enunciar as leis em termos de objetos reais e de acontecimentos (...) Em vez disso, podemos formular essas leis em termos de acontecimentos e objetos idealizados — em termos de tipos de sentenças, de seu sentido na língua, isso é, de seu sentido em contexto nulo. (Katz, 1969: 184-185 – tradução livre)

Como aponta Rajagopalan (1996), a proposta de Katz (e de outros lingüistas adeptos da “Gramática Gerativo-Transformacional”, nos anos 1970) consistia em postular um nível ainda mais abstrato na análise da estrutura profunda de uma sentença, de tal modo que o “performativo” tivesse lugar logo no início da derivação sintática.

Como bem observa Felman (1980), Katz só consegue “salvar” Austin porque o mata. Para que o “salvamento” ocorra, é necessário excluir da teoria todo o conceito de ato (por oposição a “sentido”) e sua referência à realidade do contexto. A “materialidade incongruente do real” (Felman, 1980: 195) é idealizada por meio da supressão da heterogeneidade, de tal modo que se tenha uma teoria de oposições simétricas que não deixem rebarbas.

Em suma, Benveniste havia desejado pôr Austin em harmonia com uma certa teoria da enunciação; Searle, por sua vez, conforma o filósofo inglês à tradição logicista; Katz o põe em consonância com a Teoria da Gramática.

[2.4]

o que fazer com os atos de fala

Pode-se perguntar, legitimamente, a qual visão das propostas de Austin a presente dissertação se alinha. A resposta será: nenhuma das mencionadas na seção anterior. Não pretendo, aqui, apontar falhas no desenvolvimento da argumentação de Austin ou formatá-lo a essa ou àquela teoria lingüística. O que “ilocuciono” é experimentar uma leitura de Austin dentro de uma chave interpretativa que entende sua “teoria dos atos de fala” não como uma teoria pronta e acabada, mas antes como uma promessa e, por que não, a quase confissão de um desejo. Vejamos se o efeito perlocucionário será o desejado.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que Austin deixa lacunas ao propor sua tipologia das infelicidades na segunda conferência (não encontra

nomes que julga satisfatórios para as infelicidades dos tipos A.1 e Γ.2). O preenchimento dessas lacunas é desejado, porém não realizado. Além disso, a elaboração de listas de atos performativos, num primeiro momento, e de classes de enunciados organizados a partir de sua suposta força ilocucionária (já na décima segunda e última conferência), são incompletas e discutíveis. Como se isso não bastasse, tais listas sempre aparecem após um certo esforço de seu autor no sentido de postergar sua apresentação. Tem-se, portanto, taxonomias que são a um só tempo aparentemente completas e falhas. Seria isso uma prova da imprecisão ou confusão de Austin? Não na interpretação que adoto aqui. Concordo com Veras (1996) quando ela afirma que

(...) a insistência do autor em fazer essa lista, ao mesmo tempo completa e com falhas, é a única maneira de presentificar essa irrepresentabilidade do ato. É tomando os atos de fala um a um que Austin vai permanentemente diferindo, postergando o ato de fala total, transformando-o, afinal, em um objeto de desejo. (Op. cit., p. 95)

Promete-se algo cujo cumprimento é impossível (cf. Felman, 1980). E que objeto de desejo irreduzível seria esse? Nesse momento julgo oportuno trazer algo que foi dito por Kanavillil Rajagopalan na aula inaugural do curso de Semântica em 2006: a palavra “sentido” pode ser entendida como sendo um nome, ou seja, algo estático, descritivo, que se pode consultar num dicionário. Por outro lado, vale lembrar que a palavra “sentido” também pode ser entendida como particípio verbal. É essa segunda acepção que interessa a Austin no momento de quebra das dicotomias.

Entender a significação como algo dinâmico, interpessoal e aberto, negociado a cada ato de fala por sujeitos que ocupam posições diferentes em atos diferentes, tem como consequência abandonar a concepção de sujeito como atômico e linearmente coerente. Além disso, entendendo-se a significação dessa

maneira também se entende a importância que a iterabilidade dos atos de fala tem na proposta de Austin.

Por um lado, justamente porque a significação é dinâmica, interpessoal e aberta, é pela repetição que se constroem convenções: estabelecem-se lugares discursivos, sujeitos aptos a ocupar esses lugares e enunciados apropriados a cada um dos ocupantes de cada lugar.

Por outro lado, também justamente pelo caráter dinâmico, interpessoal e aberto da significação que a repetição é *locus* possível da RE-significação. Pode ocorrer que, numa das muitas reiterações de um ato de fala, ocorra uma significação diferente da esperada, o que abre caminho para a reanálise de uma determinada convenção. Ou seja, a iterabilidade do ato de fala possibilita tanto a instauração de uma convenção quanto a subversão da mesma.

Só se pode criticar a “incompletude” das propostas teóricas de Austin se se rejeitar seus pressupostos. Como apontou Ottoni (1998),

As reflexões de Austin estabelecem já, desde o seu início (...), um rompimento com as dicotomias performativo-constativo, verdadeiro-falso; e conseqüentemente propõem a impossibilidade de se distinguir sujeito e objeto no estudo da linguagem. A visão performativa passa então a dar conta da linguagem e refletir o momento de ruptura destas dicotomias pondo em xeque as condições de verdade. Temos assim o encontro entre o sujeito e o objeto, entre o corpo e a linguagem; e conseqüentemente, a grande dificuldade de se estabelecer parâmetros positivos para identificação e para análise do fenômeno da performatividade. (Op cit, p. 92)

Com essas dicotomias rompidas, as “lacunas” encontradas nos textos de Austin são não mais que coerentes. Sua visão de linguagem não deixa espaço para a identificação e análise do fenômeno da performatividade a partir de parâmetros positivos.

Finalmente, gostaria de retomar algo que foi afirmado por Austin logo

no início do *How to do things with words*:

Em muitíssimos casos, é possível performatizar um ato exatamente do mesmo tipo [=performativo] não pelo proferimento de palavras, tanto faz se escritas ou faladas, mas de alguma outra maneira. (Austin, 1970: 8 – tradução livre)¹³

Em que pese o fato de, a essa altura de sua argumentação, Austin não ter ainda posto por terra o binômio constativo/performativo, chama a atenção o fato de o filósofo mostrar a possibilidade de um ato performativo ser realizado de alguma maneira que não a verbal. Mais tarde, ao introduzir a noção de ato ilocucionário e romper com a oposição inicial, o ato de fala surge de maneira bastante interessante: a fala passa ser encarada como produtora de um ato, ato esse dotado de uma força e produtor de um efeito. Ocorre ação na medida em que o ato é percebido como tal. Esta ação de quem “fala”¹⁴ produz uma RE-ação no interlocutor. Assim, a questão posta por Benveniste não se coloca. A ausência de distinção clara entre enunciação e enunciador não é um equívoco de análise, mas sim um pressuposto teórico.

¹³ No original: In very many cases it is possible to perform an act of exactly the same kind not by uttering words, whether written or spoken, but in some other way.

¹⁴ Coloco as aspas para explicitar que a “fala” a que me refiro aqui não é necessariamente verbal.

[3]

identidades

“Who are YOU?” said the Caterpillar.

This was not an encouraging opening for a conversation. Alice replied, rather shyly, “I--I hardly know, sir, just at present-- at least I know who I WAS when I got up this morning, but I think I must have been changed several times since then.”

“What do you mean by that?” said the Caterpillar sternly. “Explain yourself!”

“I can't explain MYSELF, I'm afraid, sir” said Alice, “because I'm not myself, you see.”

“I don't see”, said the Caterpillar.

“I'm afraid I can't put it more clearly”, Alice replied very politely, “for I can't understand it myself to begin with; and being so many different sizes in a day is very confusing.”

Lewis Carrol, *Alice in Wonderland*.

Como foi dito na introdução, minha pesquisa visa a dialogar com o

pensamento social contemporâneo que põe em xeque a concepção cartesiana de indivíduo. Interessa-me, neste quadro, a vertente *queer* dos estudos de gênero e, mais especificamente, as teorizações de Judith Butler.

[3.1]

sujeitos fragmentados

O debate atual em torno do conceito de identidade, não importa se se fala em identidade de gênero, raça, etnia ou qualquer outra, passa, necessariamente, pela discussão sobre o estatuto do “sujeito”. Stuart Hall (1992; 1998), um dos pensadores contemporâneos mais influentes neste campo, assim coloca a questão:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (1998:7)

Estaríamos, de acordo com Hall (1998), passando por um momento de transição, no qual aquilo que tínhamos por referência está perdendo o sentido. Para o autor, já não faz mais sentido pensar uma identidade “sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (Hall, 1992: 108). As identidades da modernidade tardia, período no qual nos encontramos, são “fragmentadas e fraturadas” (Hall, 1992: 108), construções realizadas a partir de múltiplos discursos, práticas e posições que se cruzam, às vezes de forma antagônica. As

identidades da modernidade tardia, que seriam constituídas por atos de linguagem, estão em constante processo de mudança e transformação (Hall 1992; 1998).

O psicólogo Jerome Bruner (1990), ao pensar sobre o mecanismo lingüístico de construção de identidades, coloca que as identidades não existem no “mundo real”, o que quer que isso signifique¹⁵. Pelo contrário, as identidades se constituem, historicamente, como narrativas. Todas as narrativas são construídas a partir de um pano de fundo, que nada mais é do que um conjunto de outras narrativas (talvez fosse melhor dizer “crenças”) compartilhadas por uma dada comunidade ou grupo. Mas se existe uma grande narrativa-base (no caso que me interessa, identitária) que é compartilhada por um certo conjunto de indivíduos, por que, então, haveria narrativas particulares desviantes?

Ora, as narrativas particulares são construídas porque o ideal da grande narrativa compartilhada não se realiza plenamente. O que existe (sempre em forma de discurso) são apenas versões desse ideal, todas elas mais ou menos desviantes. Nessa perspectiva, o “desvio” do padrão é não só “natural”, como pré-condição para que as narrativas, todas elas, existam. É pelo desvio que a norma se constitui – e vice-versa.

Ora, a afirmação de que as identidades são constituídas por atos de linguagem, como fazem Bruner e Hall, implica, como já apontou Latham (2006), que elas estão sujeitas a algumas das propriedades da linguagem — os processos de significação, especialmente. Pensar as identidades contemporâneas desse modo é bastante produtivo para quem tem uma leitura de Austin como a que sigo nesta dissertação. Como coloca Pinto, a linguagem é um elemento central de garantia de identidades porque

¹⁵ Existe, na proposta de Bruner (1990), espaço para existência de fatos pré-lingüísticos. Contudo, o que me interessa no presente trabalho não é tal espaço — e os objetos que podem, de acordo com o autor, ocupá-lo —, mas sim a hipótese de Bruner segundo a qual as identidades se constroem como narrativas.

(...) as ações não lingüísticas que postulam o sujeito, quando descritas, são ao mesmo tempo repetidas nos atos [sic] de fala que as descrevem. A linguagem não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte desse lugar. Assim, identidade não preexiste à linguagem; falantes têm que marcar suas identidades assídua e repetidamente, sustentando o “eu” e o “nós”. A repetição é necessária para sustentar a identidade precisamente porque esta não existe fora dos atos de fala que a sustentam. (2002: 97)

Dessa forma, a iterabilidade está no centro das ações que garantem a identidade. Afirmar isso significa comprometer-se com um sujeito que não se constitui como auto-determinado, capaz de realizar todas as suas vontades. Pensar a identidade nessa chave nos leva a um conceito que Austin formulou na IX conferência do *How to do things with words*, o conceito de *uptake* (traduzível como “apreensão”). Ao formular tal conceito, Austin não se mostra ingênuo e reconhece a fragilidade que ocupa a intencionalidade dos atos ilocucionários, em sua relação com os atos perlocucionários.

Uptake é a maneira, semelhante a um jogo, na qual se constitui, lingüisticamente, a relação entre interlocutores e, a partir daí, o significado. A noção de *uptake* descentraliza o falante, exige a alteridade, fragmenta sentidos e efeitos, de modo que há espaço para “restos” de atos de fala – que produzem uma polissemia irreduzível (Pinto, 2002: 79).

Está aí a razão da possibilidade de diálogo entre a teoria dos atos de fala tal como a entendo aqui e a teoria social contemporânea que entende que as identidades não são estáveis, mas contingentes e/porque são lingüisticamente constituídas. Cabe, agora, explicitar quais são os autores do campo dos estudos de gênero na companhia dos quais busco refletir.

[3.2]

fazendo gênero

Antes que se fale das propostas dos teóricos chamados *queer*, Judith Butler em particular, cabe passar em revista dois diferentes modelos analíticos pensados para compreender a construção de identidades sexuais (e também de gênero) no Brasil. Tais modelos são interessantes porque as práticas que eles buscam compreender aparecem retratadas no corpus.

Como foi citado no capítulo “Da construção do homossexual à mídia gay”, quando a homossexualidade foi discursivamente criada, ela o foi por oposição à heterossexualidade (e vice-versa). De acordo com essa maneira binária de perceber a sexualidade, o desejo de cada indivíduo pode orientar-se para outros indivíduos do mesmo sexo biológico que o seu (o que caracterizaria a homossexualidade) ou para indivíduos do sexo biológico “oposto” (constituindo a tão valorizada heterossexualidade). Há, ainda, quem considere que não há, necessariamente, preferência por um ou outro sexo. A isso dá-se o nome de bissexualidade.

É inspirado nessa concepção binária de orientação sexual – e de sexualidade – que o movimento homossexual brasileiro buscou e busca constituir (positivamente) uma identidade gay (cf. Facchini, 2005; Fry, 1982; MacRae, 1990; Monteiro, 2000). Tal identidade é constituída sobretudo a partir do modelo norte-americano, nos moldes do que tem sido considerado uma proposta igualitária. De acordo com tal proposta, ninguém é mais ou menos gay, assim como não se é mais ou menos heterossexual. Ou se é gay, ou se é hétero¹⁶. A orientação sexual é vista como um traço definidor de uma identidade perene.

¹⁶ Às vezes, admite-se a possibilidade de alguém ser bissexual, embora freqüentemente considere-se que um bissexual é um homossexual que não quer se assumir. Voltarei a isso no próximo capítulo, ao analisar os textos das *Cartilhas do Mix Brasil*.

Este não é, contudo, o único modelo a partir do qual pode-se pensar as identidades sexuais no Brasil. Numa entrevista concedida à revista *Homens*, a atriz Rogéria, uma travesti famosa, diz o seguinte:

Quem são esses homens?

Meus namorados são advogados que já estão comigo desde os 19, e já estão com 24. Conheci um com 19 e o outro com 30. Não são homossexuais, porque esse negócio de dizer que todo mundo que sai com travesti é porque quer usar o lado masculino, é mentira. Ele quer uma fantasia. Aí você joga o cabelo, pinta a cara, bota um salto alto, um negligê e eles já estão gozando logo na entrada.

Então você sempre se relaciona com héteros?

Sempre, mas já transei com gay, só que eles não gostam de transar com travesti.

(*Homens*, n. 8, p.14)

Na fala de Rogéria, encontram-se três categorias: hétero, gay e travesti, algo diferente do que se observa no modelo binário. Sobre a dinâmica da relação dessas três categorias, Monteiro (2000: 101) diz que “todos constituem parte do mesmo jogo de desejo e não formas excludentes, como as implicadas pela oposição homo/heterossexual convencional”. Na economia desse imaginário, heterossexuais desejam sexualmente mulheres, mas também podem transar com travestis ou gays. Os travestis vestem-se como mulheres e relacionam-se sexualmente com héteros e mesmo com gays ou mulheres. Já os gays relacionam-se preferencialmente com héteros ou outros gays e, mais raramente, com travestis.

Não é de hoje que se tenta compreender a dinâmica das práticas sexuais observáveis no Brasil. Em *Para inglês ver, identidade e política na cultura brasileira* (1982), Peter Fry analisou questões relativas à religiosidade, raça e sexualidade no Brasil. Ao estudar as relações raciais em nosso país, apontou que

o modelo binário negro/branco, tão produtivo nos Estados Unidos, não se aplicava às classes populares tupiniquins. O modelo binário (que Fry chama “bipolar”) estaria presente nas classes médias urbanas. Por outro lado, o que vigoraria entre as classes populares seria o que o autor chama de “modelo múltiplo”. Nesse modelo múltiplo, o que se observa, de acordo com Fry (1982), é um gradiente de cor. O “branco” e o “negro” existem, mas também existem o “mulato”, o “moreno-escuro”, o “moreno”, o “moreno-claro”, o “bronzeador”, o “pardo” etc).

Fry (1982) observa que, a exemplo do que ocorre nas relações raciais, as identidades sexuais no Brasil, ao menos nas ditas camadas populares da população, definem-se sempre relacionalmente, a partir de uma espécie de “índice de masculinidade”. Existiria uma escala de masculinidade, indo do “hétero” ao “travesti”. Entre um extremo e outro, estariam o “bofe” (que pode ser “heterossexual” ou não), os gays e as bichas, por exemplo.

Nessa escala, a tendência seria que os mais masculinos desejassem os mais femininos (e vice-versa). De todo modo, não haveria um padrão fixo, excludente (cf. Monteiro, 2000: 109). Quanto mais “masculino” um indivíduo, mais valorizado ele é. Um modelo de análise de tais práticas poderia ser pensado, então, não apenas como múltiplo, mas também como *hierárquico*. Se alguma oposição binária puder ser pensada aqui, será a oposição “ativo”/“passivo”.

O imaginário hierárquico (e as práticas associadas a ele) não são exclusividade brasileira. Almeida (2000) fez um estudo etnográfico em Pardais, Portugal, no qual investigou a maneira como ocorriam os conflitos de poder e a masculinidade na localidade citada.

Em seus discursos e práticas, os pardalinos fazem muita referência (sempre em tom pejorativo) à homossexualidade e aos homossexuais. A referência ao ato sexual é constante e a parte “feminina” do ato, o indivíduo penetrado, passivo, é também aquele que é subserviente.

Almeida (2000) afirma que os habitantes de Pardais organizam seu

mundo de acordo com uma cosmologia que opõe “masculino” a “feminino”. O binômio “macho”/“fêmea” coincide com a divisão social de gênero, sendo que a oposição “ativo”/“passivo” é de extrema importância para a definição de quem é “masculino” ou “feminino”. Nas palavras de Almeida,

Entre os homens, a masculinidade se assenta fortemente nos aspectos especificamente sexuais. E divisões internas entre os homens estabelecem-se analogamente às divisões entre homens e mulheres. A masculinidade é frágil, em termos sexuais nada se pode mostrar de concreto (de visível, de mais observável que o discurso verbal), pelo que tanto o medo como a forma de agressão mais comum se fazem na linguagem da homossexualidade, enquanto categoria passiva, simbolizada na imagem da penetração anal, feminizando assim o homem. Este recurso retórico é usado em todas as relações competitivas e conflituosas entre homens, seja no trabalho, nos negócios ou no jogo. Por sua vez, a homofobia situa e exorciza o perigo homossexual da homosociabilidade. Nunca é demais referir que uma das características centrais da masculinidade hegemônica, para além da “inferioridade” das mulheres, é a homofobia. (2000: 68-9)

Para alguém que desconheça a possibilidade de vivência de um modelo múltiplo de identidades sexuais, as declarações de Rogéria soariam absurdas. Como pode um homem transar com um travesti e ser considerado heterossexual? Para uma outra pessoa, que esteja mais familiarizada com o modelo “hierárquico”, isso não soa assim tão despropositado.

Deve-se dizer que mesmo em práticas nas quais o binarismo é mais comum a oposição homo/heterossexual vem sendo questionada.

[3.3]

i'm queer, i'm here

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1970 e, sobretudo, na década de 1990, começou-se a questionar com mais força até que ponto as categorias “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “homossexual” e “heterossexual” davam conta dos dados. Mais que isso, as pessoas que começaram a se colocar essas questões, grande parte delas proveniente de movimentos gays e lésbicos, também se perguntavam sobre a eficiência de tais categorias para a promoção de igualdade e liberdade entre os diversos indivíduos da sociedade norte-americana.

Vários teóricos, geralmente abrigados sob o rótulo guarda-chuva “pós-estruturalistas”, vêm questionando dicotomias e procurando entender os mecanismos discursivos de constituição de identidades de gênero. Bastante influenciados pelas idéias de Foucault (2003), tais pesquisadores se valem do conceito de “poder difuso” desse autor, buscando compreender de que maneira tal poder opera nas diversas práticas sociais dos sujeitos.

Dentro dessa onda de reanálise de velhas convicções, talvez a que mais tenha força atualmente seja o movimento teórico que se auto-denominou *queer theory*. O termo *queer*, tão associado ao tratamento pejorativo contra homossexuais (algo semelhante aos brasileiros “bicha”, “viado” ou “sapatão”), foi ressignificado. *Queer*, agora, refere-se a um movimento social e acadêmico que rejeita os parâmetros identitários (e essencialistas) de movimentos precedentes, procurando fazer das diferenças um fator positivo para organização e integração do movimento.

Annamarie Jagose, uma das grandes teóricas *queer*, assim apresenta seu campo de estudo:

Embora não haja consenso crítico sobre os limites definicionais de *queer* — sendo a indeterminação um de

seus charmes mais amplamente divulgados — suas linhas gerais são freqüentemente desenhadas e debatidas. *Grosso modo*, *queer* descreve aqueles gestos ou modelos analíticos que dramatizam incoerências nas supostamente estáveis relações entre sexo cromossômico, gênero e desejo sexual. Resistindo a tal modelo de estabilidade — que afirma a heterossexualidade como sua origem, quando ela é mais apropriadamente seu efeito — *queer* se debruça sobre os desajustes entre sexo, gênero e desejo. Institucionalmente, *queer* tem sido associado mais proeminentemente a assuntos gays e lésbicos, mas seu quadro analítico também inclui tópicos como “cross-dressing”, hermafroditismo, ambigüidade sexual e cirurgia de correção de gênero. Tanto como performance travesti ou desconstrução acadêmica, *queer* também localiza e explora as incoerências naqueles três termos que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade “natural”, *queer* põe em questão até mesmo termos aparentemente não-problemáticos, como “homem” ou “mulher”. (Jagose, 1996: 3 — tradução livre)¹⁷

Um tema no qual a autora toca e que é de fundamental importância para os estudiosos *queer* é a crítica da correspondência entre sexo biológico (o associado aos cromossomos), identidade de gênero (considerado a representação social do sexo biológico) e orientação sexual (homo, bi ou heterossexual) (cf. Monteiro, 2000: 120).

¹⁷ No original: While there is no critical consensus on the definitional limits of *queer* – indeterminacy being one of its widely promoted charms – its general outlines are frequently sketched and debated. Broadly speaking, *queer* describes those gestures or analytical models which dramatize incoherences in the allegedly stable relations between chromosomal sex, gender and sexual desire. Resisting that model of stability – which claims heterosexuality as its origin, when it is more properly its effect – *queer* focuses on mismatches between sex, gender and desire. Institutionally, *queer* has been associated most prominently with lesbian and gay subjects, but its analytic framework also includes such topics as cross-dressing, hermaphroditism, gender ambiguity and gender corrective surgery. Whether as transvestite performance or academic deconstruction, *queer* also locates and exploits the incoherences in those three terms which stabilize heterosexuality. Demonstrating the impossibility of any ‘natural’ sexuality, it calls into question even the apparently unproblematic terms as ‘man’ and ‘woman’.

Tal crítica leva à contestação da existência de qualquer identidade que seja “natural”. Isso vale tanto para a hétero quanto para a homossexualidade, como também para “o homem” e “a mulher”. As identidades sexuais e de gênero são entendidas não como causa de uma dada realidade, mas sim como efeitos de uma certa organização de poder.

As semelhanças dessa proposta com a promessa de uma teoria dos atos de fala de Austin são evidentes. A teoria dos atos de fala, de acordo com a leitura adotada na presente dissertação, não pode ter seu campo claramente definido, já que o ato de fala não é redutível — o mesmo acontece com o campo dos *queer studies*. Mais que isso, os estudiosos *queer* não acreditam que existam identidades “ontológicas”, “naturais”, assim como Austin não acreditava na existência de constativos “puros”.

[3.3.1]

uma autora: judith butler

Num livro publicado primeiramente em 1990 (2003; 2006), *Gender trouble*, a filósofa estadunidense Judith Butler realiza uma discussão sobre seu conceito de “matriz heterossexual” e a relação desta com os sujeitos, tendo em vista a associação corriqueiramente feita no ocidente entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Butler afirma que a oposição masculino/feminino não é natural, mas sim resultado de um processo de naturalização, que institui tal oposição e cria relações necessárias entre os pares opostos. A esse processo a filósofa chama “matriz heterossexual”. É assim que Butler apresenta o caminho a ser seguido em sua reflexão:

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica

genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se — e descentrar-se — nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. (Butler, 2003: 9)¹⁸

Para Butler, pensar a existência d'A Mulher não só não é produtivo para o movimento feminista, como é até mesmo danoso. Pensar a existência da categoria “mulher” é transformar em causa e origem aquilo que é efeito de discursos, que reivindicou sua legitimidade ao se construir como natureza. O que a autora propõe é operar uma inversão, qual seja, considerar efeito o que se apresenta como causa, entender como construção o que se apresenta como natureza. Proceder desse modo, acredita Butler, é expor o mecanismo de funcionamento de instituições repressivas.

Em *Excitable speech*, Butler coloca uma questão profundamente austiniana:

Poderia a linguagem nos ferir se não fôssemos, de algum modo, seres lingüísticos, seres que requerem linguagem

¹⁸ No original, lê-se: To expose the foundational categories of sex, gender and desire as effects of a specific formation of power requires a form of critical inquiry that Foucault, reformulating Nietzsche, designates as 'genealogy'. A genealogical critique refuses to search for the origins of gender, the inner truths of female desire, a genuine or authentic sexual identity that repression has kept from view; rather, genealogy investigates the political stakes in designating as an origin and cause of those identity categories that are in fact the effects of institutions, practices, discourses with multiple and diffuse points of origin. The task of this inquiry is to center on – and decenter – such defining institutions: phallogocentrism and compulsory heterosexuality. (Butler, 2006: viii-ix)

para ser? Nossa vulnerabilidade à linguagem é conseqüência do fato de sermos constituídos em tais termos? (1997: 1-2)¹⁹

Tendo em mente essa constituição lingüística do sujeito, perguntemos a nossa autora como se constrói o gênero. Para Butler, ele se constitui por meio da estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, que se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância (Butler, 2003: 59). As identidades de gênero não pré-existem às expressões que as nomeiam. Muito pelo contrário, a identidade de gênero é performativamente construída pelas expressões que são consideradas seus resultados (2003: 48).

Pode-se dizer que Butler tem uma leitura de Austin compatível com a adotada por mim nesta dissertação. A partir dessa leitura, há a recusa da existência de fatos “naturais” e a concepção da “realidade” como lingüisticamente engendrada (em toda a sua dimensão de crítica, como queria Austin). Na passagem abaixo, a autora ratifica sua concepção performativa dos atos de gênero:

(...) se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização *performativa* em que a platéia mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (2003: 200 – ênfase no original)

Nesta passagem, Butler faz referência a uma crença organizadora das relações sociais, assim como já o fizera Bruner (1990). Além disso, a autora afirma

¹⁹ No original: Could language injure us if we were not, in some sense, linguistic beings, beings who require language in order to be? Is our vulnerability to language a consequence of our being constituted within its terms?

que os atores envolvidos nas performances de gênero podem não se dar conta de que se trata de uma performance. Podem atuar, por assim dizer, “cegamente”.

Dentro dessa perspectiva, os sujeitos nunca são pré-discursivos; constituem-se a partir das relações (de poder) nas quais se inserem. Mas vale lembrar que Butler não é tão determinista quanto esta última sentença pode levar a crer. Para ela, o sujeito tem, sim, liberdade, liberdade que está no caráter de *performance* que tem a existência humana. Essa performance não remete a uma dada essência, mas antes recria e parodia os discursos da matriz, os discursos dominantes, deslocando as relações (de dominação) que tais discursos mantêm e legitimam, como a heterossexualidade compulsória, por exemplo.

Como a liberdade acontece nas *Cartilhas* do Mix Brasil?

[4]

performatizando a diversidade sexual

I have been a child, a girl, a party doll, a mistress, a wife, a mother, a professional woman, a virgin and a grandmother. I have been a woman for more than fifty years and yet I have never been able to discover precisely what it is I am, how real I am. (...)

Mai Zetterling.

Neste capítulo apresentam-se análises dos textos constantes do corpus. Tais textos são analisados tendo em mente a visão performativa da linguagem exposta no capítulo 2 e as teorias sociais contemporâneas comentadas no capítulo 3 (na medida em que se pode estabelecer um diálogo entre estas e aquela). Como já foi dito na Introdução, o objetivo é investigar de que maneira as identidades sexuais abordadas nas *Cartilhas do Mix Brasil* são forjadas, qual a relação que estabelecem entre si – e quais os mecanismos discursivos através dos quais isso ocorre. Interesse-me, ainda, por estudar de que maneira busca-se convencionalizar tais identidades, dando a elas um verniz de constativo.

Para fins de organização, agrupei os textos do corpus de acordo com sua temática e não sua data de publicação. Cada uma das seções deste capítulo apresenta as análises de um desses grupos temáticos.

A seção **4.1** aborda o texto fundante das *Cartilhas* e outro texto mais recente. Em comum, ambos buscam definir o “gay” por oposição a outras categorias, como “homossexual” e “homens que fazem sexo com homens”. Em **4.2** o foco volta-se a um texto no qual a categoria “gay” não se contrapõe a outras categorias nas quais podem ser enquadrados homens que se engajam em atividades homoeróticas. Em **4.3** analiso o texto sobre um segmento em específico dos gays: as barbies. Tamanha é a complexidade e a importância das questões que traz, que tal texto merece aqui uma seção própria. Em seguida, em **4.4**, são analisados os textos que discutem a bissexualidade e seus praticantes — os bissexuais. Em **4.5** são discutidos os textos que falam sobre homens que se sentem atraídos por outros homens (e efetivamente se engajam em atividades sexuais com estes), sem que necessariamente se auto-classifiquem como “gays”, “homossexuais” ou “bissexuais”. Nesta seção privilegio os homens que se auto-definem como heterossexuais e não descartam a possibilidade de sexo com outros homens. Em **4.6** comento um texto que discute um novo movimento: o “retrossexualismo”. Aqui há um ponto de semelhança e outro de diferença em relação à seção precedente. Trata-se de falar sobre homens que se identificam como heterossexuais, mas que, diferentemente dos heterossexuais da seção anterior, não fazem sexo com outros homens. Na seção **4.7** analiso o único texto das *Cartilhas* dedicado à reflexão sobre a letra L. Nas seções seguintes, 4.8 e 4.9, penso o T de GLBT. Em **4.8** reflito sobre os “muxhe”, identidade sexual presente em uma comunidade mexicana, que se caracteriza por uma performance de gênero construída a partir de um modelo feminino. Em **4.9** as travestis aparecem, mas não exatamente em primeiro plano (diferentemente do que ocorreu com todas as outras letras). Elas surgem na discussão da categoria na qual poderiam ser

localizados os homens que as desejam. Finalmente, em **4.10**, após todas as letras da sigla GLBT terem sido exploradas, volto-me à letra S, da sigla GLS, sigla essa que, se por um lado é bastante incomum nos movimentos militantes atuais, por outro é muito cara ao site.

[4.1]

eu, tu, eles

Como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho, as cartilhas do MixBrasil afirmam ter uma função claramente didática. Trata-se de explicar o que significam cada uma das letras da sigla LGBTT e, por que não, outras mais.

O texto fundante desse esforço (auto-proclamado) pedagógico é “Gay é sinônimo de homossexual? Não necessariamente”. Seu intuito é, simplesmente, desambiguar dois termos, a saber, “homossexual” e “gay”.

Ora, discursos lexicográficos tendem a ver-se como “neutros”, “objetivos”, “técnicos” (Cf. Andrade, 2001; Barbosa, 1990); meras listagens de palavras e seus significados, por meio de sentenças afirmativas e descritivas. Definições de dicionário são constativos paradigmáticos.

Em “Gay é sinônimo...”, Regina Facchini, antropóloga, é chamada a dar sua contribuição à questão. Regina insiste na necessidade de diferenciação entre desejo²⁰, prática e identidade. De acordo com ela, um sujeito pode desejar algo, mas “barrar” tal desejo. Pode, ainda, exercer o desejo e recusar a identidade. Há também a possibilidade de pôr o desejo em prática e assumir uma identidade.

²⁰ Escrevo aqui “desejo” porque, em sua contribuição ao site, é esta a palavra utilizada por Regina. Parece-me que a antropóloga utiliza tal termo em uma acepção bastante cotidiana. Ao longo de todo este capítulo, sempre que falar em “desejo” estarei usando o termo no sentido empregado pelas pessoas consultadas para elaboração dos textos do *corpus*. Vale lembrar que mesmo os colaboradores identificados como “psicólogos” ou “psicanalistas” parecem utilizar tal termo num sentido um tanto quanto leigo, distante da discussão levantada em Bersani (2000), por exemplo.

Observa-se, então, na fala de Regina, a existência de três “graus” de vivência do desejo: (1) apenas desejo; (2) desejo + prática e (3) desejo + prática + identidade. Ainda há casos em que prática e desejo não coincidem (por exemplo, mulheres casadas com homens que não desejam seus maridos).

Ao longo de todo o texto, usam-se reiteradamente sentenças declarativas e consultam-se diferentes fontes, algumas delas apresentadas como científicas (fala-se em duas antropólogas e uma psicóloga), mostrando haver consenso a respeito da diferença de referente dos termos citados. O texto é didático (no sentido escolar do termo) e o único momento em que seu autor explicitamente toma a palavra para si próprio, já no penúltimo parágrafo, é para engrossar o coro do consenso: “homossexuais” são aqueles que têm apenas uma determinada prática (ou desejo) sexual, ao passo que “gays” são aqueles que têm uma prática *identitária*. Tem-se a impressão, portanto, de que estamos falando de constativos.

Um dos convidados a falar, Beto de Jesus, membro da *International Gay and Lesbian Association*, afirma o seguinte sobre o gay:

Ele alcançou outro estágio. Além da orientação sexual, ele luta para acabar com o preconceito. Já o homossexual pode ter dificuldades de se identificar. Aqueles que dizem que não querem sair com quem não é do meio não pode [sic] ser chamado de gay. Esse tipo não se preocupa com o avanço da legislação, por exemplo.

O comentário de Beto de Jesus chama muito a atenção e, após lê-lo, há a necessidade de repensar toda a “constatividade” espreitada pelo texto. Antes que se conclua que a diferença entre os termos “homossexual” e “gay” é uma mera questão de dicionário, é preciso atentar a certas características da cena enunciativa do ato de fala selecionado.

Como já foi dito no capítulo 1, o *Mix Brasil* é um portal que não só dá

ampla divulgação às lutas pela conquista de direitos civis por gays como também se engaja nessas lutas. É, portanto, um site militante. Ao menos duas das pessoas que aparecem citadas no texto como representantes da ciência (as antropólogas Isadora Lins França e Regina Facchini) são militantes²¹.

Quanto ao conteúdo, vale lembrar que o MixBrasil conta não só com textos esclarecedores, mas também com farto material pornográfico. Há fotos de homens nus, fotos de homens fazendo sexo com homens, contos eróticos (nos quais narram-se episódios de sexo entre homens) e anúncios pessoais (de homens procurando homens). Fica difícil imaginar quem seria o leitor “fora do meio” que navegaria por esse site em busca de esclarecimento sobre a diferença entre os termos “homossexual” e “gay”.

Ao longo do texto, existe uma clara preferência pelos gays (apresentados como “assumidos”) em detrimento dos homossexuais (apresentados como “enrustidos”), como mostra o depoimento de Beto de Jesus. Aliás, vale lembrar que um *insider*, a drag queen Paulete Pink, chega mesmo a dizer que alguns homossexuais são hipócritas, enganando outras pessoas no trabalho, na família e até a si próprios.

O desfecho do texto não poderia ser mais significativo: o texto é finalizado com uma citação do antropólogo Massimo Canevacci, que propõe que a categoria “homossexual” seja abolida.

Como colocou Regina Facchini no texto que ora se analisa, há quem tenha uma prática associada a seu desejo, sem a identidade correspondente (e aqui esse alguém é chamado de homossexual). Há, ainda, aqueles que exercem seu desejo em sua prática sexual e vivem a identidade correspondente. Estes são seres completos, mais plenos, pessoas que, nas palavras de Beto de Jesus,

²¹ Regina Facchini já participou da direção da “Associação da Parada de São Paulo” e atualmente coordena o “Espaço B”, grupo de discussão sobre a diversidade sexual do qual também participa Isadora.

alçaram “outro estágio” – algo muito distinto dos hipócritas que pararam no estágio anterior. Mas qual o interesse do site em divulgar tal concepção?

Ora, é muito difícil fazer um movimento político gay (ou LGBTT, ou GLS, como queiram) com “pessoas hipócritas que não se assumem”. Entende-se, portanto, por que é tão importante que a categoria “homossexual” deva ser apagada e por que a categoria “gay” deva ser enaltecida. Na verdade, não se trata meramente de abolir uma entrada lexical, mas uma prática identitária que não convém aos interesses manifestos no site.

O que há aqui, apresentada como se fosse um fato, é a expressão de um desejo do movimento gay. O desejo de construção de uma identidade gay que viabilize o movimento reivindicatório.

O ato ilocucionário presente no texto é duplo: apresentar-se como neutro, didático e, além disso, promover uma identidade considerada ideal. Performatiza-se uma ordem. O texto que, dado seu contexto de circulação, é dirigido a quem está dentro do “meio GLS” estabelece uma normatividade a ser seguida por aqueles que desejem o nobre título de “gay”. E faz isso de maneira bastante interessante.

Tanto “homossexuais” (não assumidos) quanto “gays” (assumidos) opõem-se a “heterossexuais”. Ou seja, aqui a orientação sexual é o traço mais importante e indica a identidade sexual a ser idealmente adotada. Com esse movimento, o texto compromete-se com o modelo igualitário, tal como exposto em Fry (1982). Por outro, ao estabelecer “graus” de prática identitária, reinterpreta o modelo hierárquico, deslocando algumas de suas convenções.

No modelo hierárquico “tradicional”, tem mais valor aqueles que, numa dada relação, são considerados mais masculinos que os outros. No modelo hierárquico “reinterpretado”, tem mais valor aquele que é mais “gay” que o outro. A categoria “homossexual” não é criada aqui com os mesmos objetivos que levaram à sua produção (tal como exposto no capítulo 1). Ela é criada para ser destruída

pela categoria “superior” (e também inventada), de “gay”.

Embora os usuários do MixBrasil possam postar seus comentários aos textos, no momento em que consultei o texto acima citado ninguém havia se manifestado ainda. Isso não ocorreu com um outro texto que também aborda o que é ser gay, intitulado “Gays e HsH”.

O texto “Gays e HsH” foi escrito por ocasião do lançamento, em março de 2008, do “Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DSTs entre gays, homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis”, do Ministério da Saúde. De acordo com o texto, muitos usuários do site tinham dúvidas acerca da distinção entre “gay” e “HSH”, o que justificaria um texto explicativo (novamente, a necessidade pedagógica é o mote).

Há semelhanças com o texto “Gay é sinônimo de homossexual? Não necessariamente”, na medida em que os gays compartilhariam de uma certa gama de códigos e linguagem próprios, ao passo que os HSH teriam, tão somente, a prática sexual. O interessante é que, aqui, é introduzido um fato novo em relação ao texto anterior: os espaços de circulação de cada grupo. Os gays do MixBrasil circulam por “clubes, saunas, lojas etc”. Os HSH, por seu turno, podem ser encontrados em “salas de bate-papo, saunas e pontos de pegação, por exemplo, onde as abordagens precisam ser mais discretas”.

Dois elementos mencionados no parágrafo anterior merecem comentário. Ao colocar “lojas” como espaço de circulação gay, o site indica, pela primeira vez, ao menos explicitamente, que ser gay implica um padrão de consumo²².

Além disso, é indicado um lugar onde tanto gays quanto HSH se encontram: a sauna. Esse espaço intersticial não havia sido mencionado no texto

²² Embora a análise dos padrões de consumo (e seu inevitável recorte de classe) não seja o objeto desta pesquisa, não poderia deixar de comentar sua existência. Para uma análise mais desenvolvida, indico a leitura de França (2006) e Nunan (2003).

anterior, nos quais gays e HSH estavam “cada um no seu quadrado”, para usar uma expressão atualmente em voga.

Em que pesem as semelhanças nas definições entre “HsH” e “homossexual”, os atos ilocucionários do texto “Gays e HsH” parecem diferir bastante dos do texto precedente. Aqui, o objetivo não é instaurar uma categoria abjeta (os “homossexuais” de outrora), mas sim divulgar a campanha do Ministério da Saúde, até mesmo pela justificativa da classificação presente no título de sua campanha. Todas as populações têm de ser alcançadas por essa política de saúde pública, então compreende-se o porquê de a categoria “HSH” não ser tão criticada quanto a categoria “homossexual”.

Em texto de 2004, Júlio Assis Simões, professor de antropologia na USP, aponta que há controvérsias nas formas de categorização utilizadas para referir e classificar as “práticas erótico-sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. O autor propõe o uso da expressão “homens que fazem sexo com homens” como tentativa de neutralizar a carga política e cultural de termos como “homossexual” e “gay”. Simões parece estar ciente, contudo, de que a designação proposta não é isenta de tais cargas e não resolve a questão da nomeação das práticas citadas. Bem, a julgar pelos comentários enviados por alguns dos usuários do site, a neutralidade parece não ser algo tão desejado assim.

“Gays e HsH” foi publicado em 26 de março de 2008. No mesmo dia, foram enviados nove comentários. No dia seguinte, outros nove, além de mais três comentários enviados nos meses de abril e maio. A diferença de participação, quando comparada à reação ao texto “Gay é sinônimo de homossexual? Não necessariamente”, é gritante. Os comentários que mais me chamaram a atenção foram três dos publicados em 26 de março, um logo após o outro. Nesses comentários, aparece uma única manifestação defensora do modelo hierárquico²³:

²³ Reproduzo os comentários *ipsis literis* e, ao seu final, o codinome com o qual o autor assina sua contribuição.

É pessoal. Só que a realidade é mesmo igual ao que tá sendo dito aí no texto. Eu mesmo transo com um cara a mais de 10 anos. Casado e pai de filho. Que diz que não é viado. Diz que tem tesão demais. E tudo bem. Vai entender né.
Antonio

O *post* de Antonio, publicado às 19h37'39" de 26/03/2008 gerou respostas inflamadas. Uma delas foi publicada às 19h52'03" do mesmo dia:

Como meu avô já dizia, homem que faz sexo com homem é viado, não importa se gosta, se não gosta, se for passivo, se for ativo, se gosta de mulher, se não gosta, se está fazendo por dinheiro, se está fazendo de graça mas se o pau subiu, meu chapa, de qualquer maneira é VIADO ou no mínimo bissexual, se é que isso realmente existe!!!
Ali G

Observa-se, nos comentários reproduzidos, uma clara disputa em torno de qual seria a narrativa geral organizadora das narrativas particulares, para usar os termos de Bruner (1990). Qual seria a "verdade". Antonio não vê problemas em um homem que transa com outro homem não se assumir "viado". Ali G, ao contrário, vê na prática sexual a condição identificadora e unificadora da categoria "viado". O modelo presente no comentário de Ali G é o igualitário. A oposição ativo/passivo não faz sentido, já que tanto uma "posição" sexual quanto a outra são igualmente caracterizadoras da condição de "viado".

Às 20h03'19" de 26 de março de 2008, é postado o seguinte comentário:

Gay é um estilo de vida, é uma identificação de uma cultura que valoriza determinados aspectos, entre eles: um corpo sarado, tatuado, depilado, tirar a camisa na balada, pool party. Homossexual é qualquer homem que se relaciona e sente tesão APENAS com pessoas do mesmo sexo, e aí entram o clã dos ursos, os nerds, os mauricinhos, os chubbys, os modernos etc etc etc. Ou seja, eles são

homossexuais, mas não são gays. Já os caras casados (com mulher), não são gays e nem homossexuais, são NO MÍNIMO, bissexuais.

Fernando

Antes que se comente a contribuição de Fernando, é preciso que eu corra o risco da atividade lexicográfica e, a exemplo do que fez o MixBrasil, explique aos que estão “fora do meio” quais os traços (comumente) tidos como caracterizadores de cada um dos grupos elencados. Desculpo-me antecipadamente pelas ilocuções involuntárias.

O gay depilado, sarado, tatuado e descamisado, freqüentador de *pool parties* ao qual refere-se Fernando é também conhecido como “Barbie”²⁴. Trata-se de um gay que busca viver sua identidade sexual com uma corporalidade exageradamente masculina. O objetivo é ter um corpo que seja belo nos padrões clássicos: sem pêlos, com os músculos destacados. As “Barbies”²⁵ são marcadas, além da conformação física, também pela idade. Considera-se (quase) inconcebível uma “Barbie” acima de 40 anos.

Os “ursos” são homens mais peludos do que a média (o que quer que isso signifique) e não se depilam. Geralmente – mas não necessariamente – estão acima do peso considerado proporcional para sua altura. Os pêlos são o principal marcador de diferença entre “ursos” e “chubbies”. Um “chubby” é um gay (bastante) acima do peso considerado aceitável pelos padrões das “Barbies” (por exemplo). Tanto “ursos” quanto “chubbies” podem ser homens “mais velhos” (acima de 30 anos e, muitas vezes, acima de 40 ou 50).

“Nerds”, “mauricinhos” e “modernos” gays diferenciam-se de suas contrapartes “não-gays” unicamente pela identidade sexual. “Nerds” gostam de estudar e, via de regra, gostam também de computadores e jogos interativos,

²⁴ Voltarei a esse subgrupo gay em **4.3**.

²⁵ A referência a esse segmento é feita com o artigo feminino.

como os RPGs, além de geralmente não terem os corpos definidos. Mauricinhos são homens que gostam de roupas e acessórios de marcas famosas (e caras), mantêm seu cabelo sempre alinhado e freqüentam locais considerados sofisticados. Os “modernos” têm um visual que, em certa medida, poderia ser caracterizado como “andrógino”. Em geral, o cabelo é liso ou *black power*, as roupas são justas, os calçados são coloridos e os óculos têm armação grossa, preta e quadrada. “Nerds”, “mauricinhos” e “modernos” não deixam necessariamente de existir após os 30 anos de idade, embora não seja freqüente observar um “moderno” gay de mais de 40 anos de idade andando pela Rua Augusta, em São Paulo (tradicional ponto de encontro de “modernos”)²⁶. A todas as categorias citadas por *Fernando* correspondem padrões de consumo (cf. França, 2006).

O que é interessante, nessa definição de “gay”, é que ela refere-se a somente um dos segmentos dos que costumam definir-se como gays. Os segmentos “urso”, “nerd”, “mauricinho”, “chubby” e “modernos” têm suas diferenças apagadas ao ser colocados – todos – na categoria “homossexual”. Na classificação de Fernando, diferentemente da classificação de Ali G, a prática sexual não é o elemento definidor e unificador da condição gay. Na escala de valores de Fernando, o corpo é um marcador de diferença que traça a fronteira entre o “gay” e o “homossexual”.

O que mais me parece interessante destas três contribuições é o seguinte: quando se trata de definir o que é ser gay, por oposição a outras identidades que porventura venham a ser atribuídas a homens que fazem sexo com homens mas não se vêem como gays, exige-se do site uma postura militante. A esmagadora maioria dos leitores contribuintes estão longe de tolerar uma

²⁶ Acredito que a quase inexistência de “barbies” ou “modernos” com mais de 40 anos de idade não se deva ao fato de ser impossível ser “barbie” ou “moderno” após essa idade. Parece-me que tal “inexistência” seja devida ao fato de que a invenção de tais categorias ocorreu mais recentemente, de modo que a primeira geração que a vivenciou ainda não chegou na “casa dos 40”.

postura “permissiva” por parte do *Mix Brasil*. Se o Mix não der tal definição, os próprios leitores se encarregam da empreitada.

Parece haver, então, outro deslocamento. A exemplo da heteronormatividade, tal como discutida por Butler (2003), ocorre aqui a solicitação da instauração de uma “homonormatividade” — coisa que não se dá de maneira tranqüila. Nos atos de fala dos *posts* reproduzidos, fica claro que as identidades gays (aí incluídos os “viados”) não são reflexo de uma realidade estável, mas as armas usadas na luta pela forja de tal realidade. Tal como Butler (2003) afirmara, os termos nos quais o debate acontece não são pré-existentes a ele, mas antes seus produtos — e a arena na qual se dá o embate pela convencionalização de tais termos é um local privilegiado para se flagrar o processo de disfarce dos performativos.

[4.2]

identificando uma espécie

Na seção anterior, os textos comentados insistiram na distinção entre “homossexual” e “gay”, afirmando que tal diferença consistiria na adoção, por parte dos “gays”, de uma prática identitária – e não apenas uma prática sexual. E quando a questão é diferenciar “gays” de “héteros”? Será que é fácil identificar a prática sexual diferenciadora dos grupos? Sobre esse assunto, há nas *Cartilhas* o texto “Gaydar”.

A dificuldade de traçar a linha divisória entre as categorias “gay” e “hétero” é enunciada no parágrafo de abertura do texto:

Não é fácil detectar quando um cara é gay ou não. A coisa ficou ainda mais difícil quando o termo metrossexual surgiu e passou a definir um “novo conceito” de homem urbano, bem mais vaidoso e preocupado com a aparência. Quem nunca duvidou da sexualidade de David Beckham, Robbie Williams,

Brad Pitt?

Ou seja, parece que, embora com práticas sexuais claramente distintas, “gays” e “héteros” compartilham de outras práticas que, de tão semelhantes, dificultam a identificação clara dos grupos.

Diferenciar “gays” de “héteros” pode ser difícil, mas não é impossível. Especialmente se você for gay, já que, de acordo com Leandro César, 28, radialista, entrevistado para o texto,

É aquela velha história: a espécie se reconhece. Os héteros se prendem a detalhes como ser efeminado, como se vestir “de homem” ou “de mulher”. Então, se o hétero for depender de pequenos detalhes, eles não conseguirão detectar nenhum caso.

A fala de Leandro traz dois elementos bastante interessantes: (i) o auto-reconhecimento do gay como “espécie”, do qual decorre a maior facilidade de detecção recíproca; (ii) a suposição de uma “natureza gay” que existe para além das aparências, razão pela qual prender-se a “detalhes” (como a indumentária e os trejeitos) não é suficiente para reconhecer um exemplar da espécie.

Mas, se não está nos detalhes a possibilidade de reconhecimento seguro do “gay”, onde ela está? O ato de fala normatizador do texto performatiza que é possível reconhecer um “gay” pela maneira que ele tem de olhar para os outros e os assuntos sobre os quais fala. As contribuições dos entrevistados, quer tragam outros elementos ou não (como a indumentária e uma suposta feminilidade, por exemplo), reiteram as duas características previamente enunciadas. Por mais controverso que seja o campo, as *Cartilhas do Mix Brasil* parecem ter conseguido construir um lugar no qual se possa constituir um ato de fala convencional sobre o que é ser “gay”.

Bem, mas se é assim, como olham os gays? Do que falam? Sobre isso,

o texto (com todas as suas vozes) silencia. Não há um único momento em que sejam fornecidos “dados empíricos” que dêem suporte à identificação inequívoca de um gay. Rodrigo Orion, 21, chega a dizer, entre outras coisas: “Não creio em uma característica física, por exemplo, parece mesmo algo sensitivo”. Ou seja, mesmo que não seja palpável, mesmo que não possa ser dita em termos de exemplos, a diferença existe – e é reconhecível.

O ato de fala das *Cartilhas* que tenta ilocucionar o gay parece encontrar seu calcanhar de Aquiles, aquilo que poderá implicar sua falha. Um “gay” se diferencia de um “homossexual” porque, ao contrário deste, aquele se assume. Todavia, quando falta o gesto de assumir-se, a ilocução da identidade fica comprometida. É com uma vagueza um tanto incômoda para seu empreendimento político-identitário que este texto das *Cartilhas* localiza a “essência gay” no plano do sensível, não do observável. Existe aqui uma dualidade análoga a outra dualidade com a qual o Ocidente está bastante familiarizado: o “ser gay” é mais uma questão de alma que de corpo.

E é aí que o calcanhar de Aquiles passa a ser o “ponto forte” da performatização identitária: o texto usa a falta de evidências empíricas a seu favor. Ao enunciar que o gay é identificável a despeito da ausência de fatos observáveis a “olho nu”, ilocucionam-se uma natureza (ou alma) gay. Algo tão forte que transcende o plano do material. Ao transformar em trunfo o que parecia ser uma fraqueza, o argumento fica fortalecido. Trata-se de um artifício retórico bastante eficaz, capaz de garantir a felicidade do ato de fala.

Mas será que realmente não existem critérios mais materiais para identificar um “gay”? Vejamos a resposta que o *Mix Brasil* nos fornece no próximo texto analisado.

[4.3]

o corpo fala. mas o quê?

Na seção 4.1, ao comentar a contribuição do usuário Fernando, falei brevemente sobre alguns subgrupos gays. Entre esses subgrupos, discorri rapidamente sobre as barbies – que, aliás, foram a razão de minha pequena empreitada léxico-etnográfica. A esse segmento as *Cartilhas do Mix Brasil* dedicam um texto intitulado “A política do corpo”.

Quando comentei a existência das barbies, disse que elas se caracterizavam por um determinado corpo (musculoso e depilado) e também pela necessidade de mostrá-lo (é freqüente que as camisetas não cubram o tronco durante festas). Mas dizer isso não é dizer tudo. O que se convencionou chamar de “cultura barbie” engloba códigos de diversas ordens. Como colocam Ferdinando Martins e Marcelo Cia em “A política do corpo”:

Esses códigos englobam um jeito bem especial de dançar, um estilo de música (o hard house e o tribal house), festas (as circuit parties: todas inspiradas nas White Parties americanas), roupas (vale cueca Calvin Klein, camiseta grudadíssima, calça justa e de cintura baixa, óculos enormes no rosto e tênis, mas a camiseta é só para chegar e ir embora do clube, na pista ela deve estar presa na cintura, ou na chapelaria). Grifes também importam, claro: as preferidas são Calvin Klein, D&G, Foch, Armani, Osklen, Abercrombie & Fitch, Diesel, Diesel e Diesel. Os óculos são Gucci, D&G, Dior ou Prada.

Para ser “homossexual”, basta ter uma prática sexual. Para ser “gay”, é necessário, além da prática sexual, uma prática identitária. Para ser “barbie”, é preciso, além da prática sexual, um prática identitário-corporal específica – que inclui explicitamente hábitos de consumo. Na escala das *Cartilhas do Mix Brasil*, ser barbie significa exercer o conjunto mais complexo e facilmente identificável de

práticas.

Integrar a chamada “cultura barbie” é custoso. Além do custo financeiro óbvio com todas as festas, roupas, acessórios e mensalidade de academia, também há um custo de outra ordem: o investimento pessoal para que o corpo adquira a forma desejada. Às vezes, são necessários anos de atividades físicas diárias e cada vez mais intensas. Outras vezes, pegam-se alguns atalhos (anabolizantes e cirurgias plásticas, por exemplo). Vale (quase) tudo para atingir um certo ideal de beleza e masculinidade.

E o que as barbies falam? Em primeira pessoa do singular, nada. Absolutamente nada, o que é diferente do que se observou até o momento nos demais textos das *Cartilhas*. Isso não significa, contudo, que esse subgrupo não seja falado por outros. A explosão discursiva em torno da categoria “barbie” é tão intensa que este é o único segmento da letra **G** a ter um texto inteiramente dedicado a ele. Bem, mas se as barbies não dizem nada em primeira pessoa, o que é dito sobre elas?

Após partir da “constatação” de que as barbies existem e podem ser descritas nos termos supracitados, as *Cartilhas* tentam responder a duas perguntas: (i) de onde vêm as barbies? e (ii) por que elas são assim?

A pergunta pela origem do modelo encontra respostas múltiplas, nenhuma delas satisfatória. Citam-se um famoso cartunista finlandês (Tom of Finland) e seus desenhos de homens ultra-masculinos, uma produtora de filmes pornográficos gays (a Colt) e o padrão corporal dos homens que participam de seus filmes, a mídia em geral e o modelo de beleza por ela eleito, a necessidade de sentir-se desejado (inerente à natureza humana, de acordo com o texto) etc. Enfim, não é possível identificar com precisão a origem da estética barbie. De todo modo, tal impossibilidade não impede que se responda a segunda pergunta.

O texto lembra o momento em que a estética barbie começou a ganhar mais adeptos: o final da década de 1980 e o início da década de 1990 –

justamente quando os casos de AIDS ganharam visibilidade na mídia. O corpo aidético era mostrado frágil, magérrimo, sempre à beira da morte. Como um simétrico oposto do corpo aidético, o corpo das barbies substituiu a fragilidade pela virilidade, a magreza pelos músculos, a morte iminente pela celebração da vida em festas e outros eventos sociais. Penso que o corpo de uma barbie performatiza um ato de uma força tal que não é encontrado em nenhum outro estereótipo corporal presente no site: a vitória sobre a morte.

Tal vitória não vem de graça. De acordo com o diretor teatral Carlos Maco Mendonça, trata-se de “um cuidado de si quase doloroso”. E aqui aparece a grande contradição da construção do corpo da barbie: é um corpo que aparenta força, vitalidade e saúde, mas que é feito, com alguma frequência, ao custo de cirurgias plásticas e anabolizantes. Além disso, o consumo de drogas sintéticas é uma prática comum em espaços de socialização de barbies. Em outras palavras, o corpo da barbie enuncia a saúde sem ser necessariamente saudável.

Dentre os diversos subgrupos que compõem o grupo gay, o das barbies é o que conta com códigos mais bem convencionalizados. A identidade da Barbie pode ser descrita em termos de “essência”, uma vez que as barbies são gays, mas também pode ser inequivocamente descrito por sua corporalidade. Bastaria olhar para para a realidade para que se identificasse uma barbie. As barbies estariam, portanto, no topo da hierarquia de um ato de fala que coloca o performativo mais bem disfarçado no lugar mais valorizado de uma dada escala.

Por outro lado, por mais forte que seja a enunciação do corpo da barbie (na minha análise, a vitória sobre a morte), sua performatização não consegue ocultar-se completamente. As *Cartilhas* não conseguem chamar de “saudável” um corpo feito com auxílio de anabolizantes. Ou seja, o mesmo corpo que atinge o tão almejado ideal clássico de beleza e fornece critérios positivos para identificação de um “corpo gay” é aquele que mostra o preço a se pagar para atingir tal ideal. Ao fazer isso, expõe suas estratégias de construção – “desconstatiza-se”.

O corpo das barbies enuncia que, para vencer a morte, pode ser necessário colocar a vida em risco. Austin já havia dito que um ato de fala não é necessariamente verbal; não é de se estranhar que as barbies falem tanto. Mesmo quando suas bocas são mantidas fechadas, o resto de seus corpos grita.

[4.4]

preto+branco, cinza ou colorido?

No capítulo 3 da presente dissertação foi dito que, numa matriz de categorização igualitária, a orientação sexual pode ser homo ou heterossexual. O lugar da bissexualidade, embora muitas vezes existente, é bastante mais indefinido do que os lugares da homo e da heterossexualidade. Sobre o tema da bissexualidade foram publicados dois textos nas Cartilhas do Mix: “Total flex autêntico” e “Preconceito bi”.

O primeiro destes textos começa narrando a polêmica em torno do estatuto da bissexualidade (e do bissexual) dentro do movimento GLBT. Note-se que os bissexuais não são bem aceitos até mesmo num movimento que consagra a eles uma letra. Esta situação de marginalidade, exclusão até, é muito bem posta na fala do pai de um bissexual, reproduzida no texto “Total Flex Autêntico”, que certa vez teria dito ao filho: “Pára com essa sacanagem. Filho gay eu aceito, agora essa putaria de ficar com homem e mulher já é demais”.

O que aparece aqui é uma interessante confluência de narrativas. Na seção 1.1, ao discorrer sobre a invenção da categoria “homossexual”, mencionei que ela havia sido precedida pela categoria “sodomita”. O sodomita não era alguém que tinha uma “essência”, mas sim uma prática sexual. Sodomita era aquele que não conseguia controlar seus desejos e se entregava a práticas moralmente condenáveis. O homossexual, por outro lado, era uma espécie (para usar os termos de Foucault (2003)); dotado de uma personalidade própria. Pois

bem, ao caracterizar seu filho como praticante de “sacanagem” e “putaria”, o pai não confere a ele um estatuto identitário, mas o critica com base em seu comportamento. Para esse pai, o bissexual, a exemplo do que Foucault (2003) afirma sobre o sodomita, não tem uma identidade sexual – coisa complicada em tempos onde isso é exigido. De todo modo, o pai, que não consegue elaborar ou produzir um discurso capaz de fabricar uma “natureza bissexual”, oferece ao filho um outro discurso no qual ele pode ter uma identidade: seu filho pode ser gay; será aceito assim. A necessidade de dizer o outro em termos essencialistas faz com que a bissexualidade acabe ocupando um não-lugar dentro de um modelo que se pensa igualitário. Os que se identificam com a letra B, entretanto, não aceitam ser enquadrados na lógica binária igualitária.

Renato Marques, militante do *Grupo Diversidade Niterói*, coordena um grupo de discussão próprio para bissexuais e, ao ser entrevistado pelo Mix, lembra que, até 2005, ocorria o “Encontro Nacional de Gays, Lésbicas e Transgêneros”. Ou seja, os bissexuais não existiam em nível federal. Tal existência só se tornou discursiva (e, nos termos deste trabalho, “real”), a partir do ano seguinte, quando a letra B foi incluída na sigla (que passou de GLT para GLBT).

Renato, junto de outros militantes, incluindo a antropóloga Regina Facchini (entrevistada para um dos textos sobre identidade gay), fundou o “Conselho Nacional de Bissexuais”. Este conselho, além de lutar pelo direito dos bissexuais à existência (no lugar de “gays enrustidos” ou “gente sem-vergonha”, por exemplo), também luta pela existência dos bissexuais no programa nacional de DST/AIDS.

Renato aponta que os bissexuais, por não serem gays, estariam identificados, no plano do Ministério da Saúde, como “HSH”, nomenclatura que ele rejeita (talvez a reação dos leitores, anteriormente comentada, dê uma pista do porquê da rejeição). A luta é para que haja políticas públicas voltadas para “gays, bissexuais e homens que fazem sexo com homens”. Dito de outra maneira, a um

discurso que exige a inclusão de indivíduos dentro de categorias, algumas mais nobres que outras, os bissexuais (ao menos os homens) respondem criando um categoria própria, que não é nem a celebrada categoria “gay” nem a aviltada categoria “HSH”.

O segundo texto publicado pelo MixBrasil na seção Identidade, intitulado “Preconceito bi”, tem como mote uma entrevista dada pela cantora Ana Carolina à revista Veja, na qual se assumiu bissexual²⁷.

Roberta Standerski, aromaterapeuta e jornalista entrevistada pelo site, diz que pode ser conveniente se assumir como bi e não como homossexual. Segundo Roberta, a afirmação da bissexualidade deixaria as relações sociais mais fáceis, uma vez que as pessoas poderiam considerar o bissexual como passível de voltar ao normal. Trata-se de uma declaração claramente valorativa e excludente. Se o bissexual pode, como Roberta afirma, “ficar normal de novo”, é porque o homossexual é visto como um anormal, um caso perdido. Outro aspecto interessante é que, desse ponto de vista, a bissexualidade não tem um estatuto próprio, mas é uma espécie de zona de transição entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Trata-se de uma maneira de pensar bastante dualista.

Outro ponto interessante aparece na fala de Cátia Oliveira, psicanalista ouvida para a elaboração do texto, diz o seguinte:

Quem sabe do desejo da Ana Carolina é ela mesma. Mas, na mídia, foi construída uma imagem de lésbica pra ela. O que a repercussão demonstra é que há um massacre para os bi, acusados de não existirem ou de encobrirem sua verdadeira orientação”.

Ana Carolina parece não ter direito a ser bissexual. Teve uma imagem construída na mídia que não corresponde à verdade de seus desejos. Expressar

²⁷ Edição 1936, de 21 de dezembro de 2005.

tais desejos, após ter sido identificada como lésbica, pode “pegar mal”; Ana Carolina pode ser lida como alguém que está encobrindo a realidade dos fatos.

Aos bissexuais o MixBrasil dispensa tratamento muito distinto do dispensado aos homossexuais e HSH. Ao fim de “Total flex autêntico” lê-se: “São esses os novos tempos? Certamente”. Já a última frase de “Preconceito bi” é:

De qualquer maneira, o problema está – novamente – lançado e o debate só tende a ser benéfico. Pelo menos, a bissexualidade não fica escondida.

O portal demonstra uma postura relativamente aberta e amigável aos bissexuais, o que de certa forma autoriza sua constituição e permanência junto aos gays, lésbicas e transgêneros.

Cabe pensar, acerca dos textos sobre bissexuais e bissexualidade, a fluidez de fronteiras entre os atos ilocucionário (convencional) e perlocucionário (não convencional). Embora a categoria “gay” ainda não esteja totalmente convencionalizada (se é que isso é possível), há vários discursos que a ilocucionam. Tais discursos não prevêm um lugar para os bissexuais. O ato perlocucionário (e não convencional) desse grupo é buscar, nas brechas não convencionalizadas do discurso dominante (e não sem certo consentimento deste), um espaço para a instauração de um novo discurso, uma nova convenção. Tal convenção instaura a categoria bissexual como diferenciada de outras já existentes e, assim, garante a possibilidade de existência aos sujeitos por ela engendrados. Ou seja, o bissexual passa a existir como espécie.

[4.5]

sorry... i'm not gay OU sorry... you're a homo ?

Nas *Cartilhas* do Mix há o texto “Héteros que fazem”, sobre homens que se vêem como heterossexuais e fazem sexo com outros homens.

Os “héteros que fazem”, na definição do *Mix Brasil*, são os homens que se definem como heterossexuais e que, independentemente de sua auto-proclamada identidade sexual, eventualmente mantêm relações sexuais com outros homens.

O curioso na fala desses “héteros que fazem” é que todos os entrevistados atribuem os episódios de interação sexual à “bebida” ou ao “tesão”. Afirmam que o sexo ocorre em momentos de “curtição”, “farra”, sem envolvimento. São homens e, como tal, têm um grande desejo sexual que precisa ter vazão. Almeida (2000) havia notado que os pardalinos vêem-se a si próprios da mesma maneira: o desejo sexual masculino é da ordem da natureza, e tem de ser exercido (preferencialmente com mulheres, claro).

Os “héteros que fazem” consultados declaram que seu envolvimento com outros homens não compromete sua heterossexualidade. Não há, em nenhum momento, qualquer declaração explícita de que o envolvimento sexual com outro homem só ocorre se o “hétero” puder penetrar o companheiro sem ser por ele penetrado. De todo modo, esse não-dito não cala a exposição de toda uma gramática de licenças e interditos.

Algum grau de envolvimento afetivo é tolerado, mas o envolvimento afetivo pleno deve ser vivido apenas com mulheres. Idealmente, o encontro sexual com outro homem deve ser “só sexo”. Embora algumas carícias sejam permitidas (como abraços), beijos são interditados. Os “héteros que fazem” só beijam mulheres. Sexo oral é outro tabu. Ser hétero é não fazer sexo oral no parceiro, apenas receber. Em se usando os termos de Mary Douglas (1976), dir-se-ia que

há locais de perigo no corpo masculino, lugares que devem ser evitados.

Na fala de Henrique Oliveira, a dicotomia hétero/gay fica explícita, especialmente quando ele diz “(...) Desde que eu não tenha tanto envolvimento com o gay, não vejo problema”. Ou seja, mesmo com toda a gramática de práticas citada no parágrafo anterior, o envolvimento com outro homem só é possível se o outro for gay. É necessária uma assimetria; o envolvimento entre “iguais” não pode ocorrer.

Tal visão parece ser bastante tolerada pelos que se auto-identificam como gays e afirmam já ter mantido relações sexuais com “héteros”. O escritor e roteirista Stevan Lekitsch diz o seguinte:

Eu acho super válido. A humanidade está chegando a um ponto em que todo mundo está livre para experimentar o que quer. Não sou da opinião de que hétero que faz é gay. Penso que hétero que faz é hétero que tem experiências com outro homem. Vou dar um exemplo muito parecido: não é porque você comeu salada no almoço, que pode ser chamado de vegetariano.

Stevan não reconhece na assimetria necessária à interação “hétero que faz”/“gay” um comportamento retrógrado, muito pelo contrário. Chega mesmo a justificar seu ponto de vista com um exemplo vindo do campo das dietas alimentares. Um ato isolado (ou mesmo uma sucessão deles) não faz com que uma pessoa possa ser inequivocamente ligada a uma identidade. Na fala de Stevan o modelo igualitário professado pelo *Mix Brasil* teve seu caráter de vanguarda ameaçado – e o site responderá prontamente.

Cristiane Mendes, psicóloga, é convidada a falar sobre o tema e, num parecer profissional em que cita Lacan (quando este diz que “no mais escondido dos desejos, é ali que está o sujeito”), afirma que os “héteros que fazem” escondem sua bissexualidade. Para Cristiane, portanto, a bissexualidade é uma orientação sexual ao lado da homossexualidade e da heterossexualidade.

Sua colega Cátia Oliveira (a mesma pessoa ouvida em “Preconceito bi”) é novamente consultada. Cátia concorda com sua colega quando afirma que, se ser bissexual for uma questão de prática sexual, então os “héteros que fazem” são bissexuais. Por outro lado, Cátia também afirma que, no momento em que estão fazendo sexo com outros homens, os “héteros que fazem” são gays, embora possam não sê-lo em outros momentos de sua vida.

Ou seja, a um ato de fala que ilocuciona um espaço para existência de homens que fazem sexo com homens — sem que tais sujeitos se enquadrem nas classes previamente fornecidas pelo site — o Mix apresenta um outro ato de fala (efeito perlocucionário do primeiro e resposta ilocucionária a este) que reitera as categorias anteriormente expostas, quais sejam, “gay” e “bissexual”, organizando nelas e por elas os sujeitos. Pela reiteração imediata do ato de fala normatizador das *Cartilhas* o modelo igualitário do MixBrasil está, mais uma vez, a salvo.

Contudo, tal modelo não parece ser tão fácil de “salvar” em dois outros textos que falam sobre homens que fazem sexo com homens sem se considerar “gays”: “As meninas” e “Homens de calcinha”.

Em “As meninas” são apresentados homens que se consideram heterossexuais e gostam de ser passivos na relação sexual com outros homens — desde que usem calcinha. É assim que Paulo, um desses homens, apresenta-se:

Sou um cara estranho com fetiches estranhos. (...) No dia-a-dia sou um cara normal, trabalho com roupa social, um cara super sério. Mas na realidade, amo de paixão usar calcinhas. Como sou casado, pego as da minha esposa, escondido. Digo que é pra ficar lembrando dela, mas acabo vestindo eu mesmo. Também adoro brincar com vibradores e plugs anais. (...) Viro menina para os meus machos.

Na fala de Paulo, vemos que os momentos em que sua identidade de gênero é alterada (por meio de uma indumentária específica e determinada prática sexual) não comprometem o sucesso de sua “carreira heterossexual”. Afinal,

Paulo é um “cara normal” no dia-a-dia, que usa roupa de homem e é casado com mulher. Os “machos” das “meninhas” tampouco vêem-se a si mesmos e a seus parceiros como “gays”. Em geral são homens casados com mulheres que afirmam sentir tesão por outros homens apenas se estes estiverem usando calcinha.

Se não se definem como “gays”, “machos” e “meninhas” também não se definem como “bissexuais” e, via de regra, nem como “heterossexuais”. Afirmam ser homens que gostam de suas esposas e do sexo com mulheres – além de, eventualmente fazerem sexo com outros homens desde que a calcinha esteja envolvida.

Ora, existe, no ato de fala dos homens ouvidos para este texto, um ato ilocucionário interessante, que performatiza dois lugares e práticas. No primeiro desses lugares, o mais duradouro deles, todos os homens são iguais: são casados, gostam de suas esposas, têm um comportamento facilmente identificável como heterossexual. No segundo dos lugares, o mais fugaz, há uma clara oposição ativo/passivo que se coloca não nos termos dos “héteros que fazem”, de acordo com os quais um “hétero faz um gay”, mas em termos nos quais um “macho” penetra uma “meninha”. Ao contrário dos “héteros que fazem”, a diferença aqui se dá não num gradiente de masculinidade, mas na oposição clara entre o elemento masculino e o feminino – oposição esta nitidamente marcada no corpo, por meio da indumentária.

Em outras palavras, o que a fala desses homens enuncia é uma diferença de aspecto em termos identitários. Para eles, é perfeitamente possível *ser* “normal” e *estar* “macho” ou “meninha”. Os atos de fala instauradores de tal lógica conhecem uma iterabilidade bastante efetiva, a ponto de, ao menos aparentemente, a pergunta do site pela identidade sexual dos entrevistados não os abalar.

Já ao final do texto, ao comentar sobre a quantidade de comunidades na internet dedicadas aos interessados no sexo entre homens quando um deles

usa calcinha, o texto do Mix nos diz que a popularidade de tais comunidades, entre outras coisas, “mostra também que os padrões historicamente estabelecidos sobre o que é orientação sexual e gênero são bastante fluidos”. E finaliza com um incomum “Ainda bem”. O texto “As meninas” foi publicado em 11/05/2006. Pouco mais de dois meses depois, quando se publica “Homens de calcinha”, o ato de fala que naturaliza tal prática sexual parece ter sua felicidade ameaçada.

Se, em “As meninas”, os homens entrevistados puderam “simplesmente falar sobre” suas preferências sexuais, os ouvidos para “Homens de calcinha” têm de justificá-la. No parágrafo de abertura do último texto citado, lê-se:

O desejo segue caminhos nem sempre fáceis de detectar. É compreensível que um homem queira mudar de sexo ou assumir uma identidade feminina, como fazem transgêneros e travestis. Mas o que dizer de homens que gostam simplesmente de usar calcinhas, sem querer “virar fêmea”? E aqueles que se sentem atraídos por esses homens? O Mix Brasil foi investigar essa sexualidade alternativa.

O primeiro entrevistado, representante legítimo da categoria “macho” da “sexualidade alternativa” em escrutínio, reitera os atos de fala de seus companheiros de “As meninas”. Dessa vez, porém, o entrevistador não é condescendente e confronta Diego, o entrevistado, com o “fato” de o seu parceiro sexual ser um homem. O entrevistado, por seu turno, diz “mas o comportamento não é de homem”.

No ato de fala de Diego, assim como nos atos de fala anteriormente comentados, a indumentária performatiza a identidade de gênero. O “homem” deixa de ser “homem” e passa a ser “menininha” no momento em que veste calcinha.

Também é entrevistado o enfermeiro Leandro, cujo ato de fala reitera o de Diego, que, por sua vez, já era reiteração de atos de fala anteriores. Quando

tudo parece caminhar rumo à constatividade – a despeito do esforço inicial do texto no sentido de exotizar a prática dos entrevistados – há um corte.

O perlocucionário presente no *Mix Brasil* não é de aceitação dos “fatos”, mas de questionamento. Como os homens ouvidos parecem não cooperar para a legitimidade de tal questionamento, são convocadas outras vozes capazes de fazê-lo. E o fazem reiteradamente.

O ápice do esforço do site no sentido de exotizar os praticantes do sexo com calcinha ocorre no parágrafo em que é consultada a psicanalista Cátia Oliveira. Ela diz:

(...) É uma cabeça muito complicada, tanto para quem usa quanto para quem gosta de sair com homens que usam. No primeiro caso, pode ser que haja medo de se assumir ou ter de enfrentar o que a sociedade faz com os transgêneros. Fica só uma lembrança, de um desejo que não se realiza completamente (...) Não sei se vai ser possível um dia descobrir o porquê, mas certamente é uma cabeça complicada. Por que precisa desse elemento feminino para se excitar? O que isso significa? Pode também estar presente o desejo de subjugar outro homem, fazê-lo “mulherzinha” no sentido pejorativo.

A contribuição de Cátia traz uma série de questões, das quais opto por comentar duas. A primeira delas é a hipótese de acordo com a qual os homens que usam calcinha seriam, na verdade, transgêneros que reprimem seu desejo. A identificação do outro como “não-assumido” já apareceu anteriormente, também quando os entrevistados se recusavam a tomar para si uma das letras da sigla GLBT. Ou seja, no ato de fala normatizador das *Cartilhas* não há simplesmente a performatização de um ato que enuncia a existência de diversidade sexual, mas sim de *uma* determinada diversidade sexual. Idealmente haveria um sistema fechado de práticas sexuais e identitárias que não permite exceções. Qualquer elemento desviante de tal sistema será caracterizado como “não-assumido” e,

dessa maneira, classificado em um dos grupos disponíveis.

Outro aspecto interessante da fala de Cátia é sua reiteração do sintagma “cabeça complicada”. A reiteração de tal ato de fala realiza uma performance bastante interessante: está a um passo de patologizar o outro. Nada muito diferente dos atos de fala que, anos atrás, enunciaram – e criaram – o “homossexual”.

O desfecho de “Homens de calcinha” difere do de “As meninas”. Aqui, vemos que “como diz a música, ‘qualquer maneira de amor vale a pena’ – até as mais difíceis de entender”. Com este proferimento, bastante menos celebratório que o do texto anterior, fecha-se um texto que buscou fechar portas, ao invés de abri-las.

[4.6]

renascimento masculino: o que é e como se faz

Nas *Cartilhas do Mix Brasil* há um texto que explora um movimento recente: o “movimento retrosssexual”. É assim que se inicia tal texto, intitulado “Macho man”:

Retrosssexual é todo e qualquer homem que possui preocupação mínima com sua imagem e estética, ou seja, o oposto do metrossexual. O termo criado por Mark Simpson em um artigo para a Salon.com em 2003 foi apenas o início de um movimento que vem ganhando cada vez mais força: o manliness (masculinidade, na tradução). Ou ainda, como definiu a revista Time, “menaissance” (referência à renascença do gênero masculino).

Trata-se de uma maneira incomum de se iniciar um texto das *Cartilhas*. Os “retrosssexuais” contam não só com uma definição positiva, mas também com um *pedigree* e sinônimos. A definição positiva se dá não por uma prática sexual

específica, mas por uma prática corporal em sentido mais amplo: o menor cuidado com a estética pessoal. Do *pedigree* constam o nome do pai (Mark Simpson), local (Salon.com) e ano de nascimento (2003). São ainda oferecidos dois sinônimos em língua estrangeira, o que identifica o movimento como internacional.

Um dos sinônimos oferecidos, *renaissance*, merece comentário em separado. O movimento renascentista surge por oposição à Idade Média e busca na Antigüidade seus modelos iniciais. Só podemos falar em RE-nascimento se considerarmos que houve uma morte ou algo ao menos metaforicamente associável a isso. O renascimento é o momento em que, na visão de seus proponentes, o Homem RE-nasce, volta a ocupar o centro das preocupações humanas após um período de mil anos de trevas, superstição, obscurantismo. Em que consistiria, então, a *renaissance* proposta pela *Time*? O trocadilho não é gratuito.

De acordo com os teóricos do movimento retrosssexual, a humanidade haveria chegado a um ponto em que dizer o que é masculino e o que é feminino já não seria simples. Harvey C. Mansfield, professor de filosofia política da Harvard e teórico retrosssexual, chega mesmo a falar que viveríamos numa sociedade “comum de dois gêneros”, algo bastante indesejável já que confunde os papéis de gênero e provoca o que ele chama de “ansiedade do macho”. O movimento retrosssexual enuncia-se, portanto, como uma resposta à situação confusa que vivemos, como cura à “ansiedade do macho”. O que este movimento ilocuciona é *resgatar* as diferenças entre os gêneros. Mas como?

Preocupado que está em garantir a felicidade de seu ato de fala, Mansfield mostra-se disposto a levar suas idéias ao limite, de modo a deixá-las claras. O professor diz que “para enfatizar uma idéia, às vezes, é necessário exagerar um pouco”. No caso específico das propostas de Mansfield, tal “exagero” poderia incluir o machismo.

Ao longo do texto vemos que o outro do “retrosssexual” não é apenas o

“metrossexual”, como afirmado no primeiro parágrafo; são também as mulheres. Afinal, trata-se de performatizar o corpo masculino, e parece não haver maneira mais eficaz de se fazer isso do que a contraposição explícita ao corpo feminino.

Seguem-se listas com celebridades que são identificadas como “portadoras” de uma estética “retrossexual”, assim como filmes e seriados de TV apropriados a esse público. Se lido com cuidado, “Macho man” oferece, passo-a-passo, instruções de como agir para efetuar a performance “retrossexual”.

O ato perlocucionário da retrossexualidade é bastante interessante. De acordo com Mark Simpson – o mesmo que cunhou o termo *retrossexual*,

(...) a retrossexualidade está se expandindo tanto que até começa a ser absorvida pelo território oposto, sendo utilizada como ferramenta estética para os metrossexuais. É o famoso “largado arrumado”.

Se pensarmos nos termos de Butler, é possível dizer que a retrossexualidade é um pastiche da masculinidade, uma imitação exagerada desta. A adaptação de tal pastiche à metrossexualidade leva tudo a um grau ainda mais elevado. São homens imitando homens que querem parecer inequivocamente masculinos. No processo de apreensão (*uptake*) do ato ilocucionário original, há tanta resignificação que chega-se ao pastiche do pastiche.

E esse processo de resignificação não ocorre apenas no terreno da heterossexualidade. A estética masculina também é algo caro aos gays – e isso é muito bem lembrado pelo texto em sua frase final, que afirma que “‘Macho man’ ainda é uma das músicas mais gays da história”.

Por um lado, o ato de fala retrossexual parece falhar na medida em que não consegue estabelecer uma performance corporal exclusiva aos retrossexuais. Por outro lado, justamente porque falha, o ato de fala retrossexual é bastante feliz; é ele que dá o norte a outros atos de fala que buscam uma performance corporal

indubitavelmente masculina (os metrossexuais e gays). Assim, se a sucessão de “meta-pastiches” nem sempre consegue performatizar corpos específicos a cada um dos três segmentos, ela consegue performatizar uma “essência” (ou seja, ter aparência constativa) comum às performances do gênero masculino.

[4.7]

coisa de mulher

Nas *Cartilhas do Mix Brasil* há um único texto dedicado a falar sobre o lesbianismo²⁸. Tal texto, intitulado “As mulheres e seus brinquedos”, difere bastante dos textos estudados nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, todos sobre identidade(s) gay(s), fundamentalmente por duas razões. Vejamos quais.

Em primeiro lugar, as lésbicas são definidas como “mulheres que amam mulheres”. A identidade lésbica não é apresentada como local de disputa – não há, em nenhum momento sequer, discussão em torno do elemento caracterizador de tal identidade. Aqui, as lésbicas não se opõem a categorias outras, como “homossexuais” ou “mulheres que fazem sexo com mulheres”. Lésbicas são lésbicas e ponto final.

Em segundo lugar, há que se considerar o assunto do texto, enunciado já em seu título: trata-se de falar sobre o uso de brinquedos sexuais (notadamente os “dildos”, vibradores e afins) no ato sexual praticado entre mulheres. Mas por que tal tema interessa?

Logo no primeiro parágrafo, há uma referência ao filme *Fucking different*, no qual homens gays falam sobre a sexualidade lésbica e vice-versa. Em um dos quinze “episódios” em que o filme é dividido, os entrevistados gays manifestam seu estranhamento com o sexo lésbico, uma vez que, de acordo com eles, faltaria alguma coisa. Pois bem, é este único episódio (entre quinze) que vai

²⁸ Até a última data de consulta.

servir de mote ao único texto das *Cartilhas* (entre vinte) sobre as lésbicas. O ponto é mostrar como as mulheres lidam com a “falta” apontada pelos homens.

Após introduzir o tema e iniciar seu desenvolvimento, o texto já comunica ser consenso entre as mulheres que “não falta nada”. Comunica isso para logo em seguida perguntar: “No entanto, por que será que os dildos e outros brinquedos sexuais fazem tanto sucesso entre elas?” Ou seja, ao discurso daquelas que se auto-definem como lésbicas é imediatamente contraposta uma suposta evidência empírica.

São citados exemplos de três casais de mulheres que organizam a relação de duas maneiras distintas: dois casais têm uma relação classificada pelo texto como “igualitária” e outro tem uma relação que é descrita pelo site, mas não é por ele nomeada.

As relações ditas igualitárias caracterizam-se pelo fato de ambas as parceiras penetrarem-se mutuamente com o auxílio de brinquedos sexuais. A consultora de *hardware* Cláudia Martins lembra que, quando uma das parceiras se recusa a penetrar a outra, podem ocorrer problemas. Nas palavras de Cláudia: “quando isso acontece, geralmente uma delas reclama”.

Aquela que reclama é encontrada no parágrafo seguinte e é apresentada com o nome de Helena. Antes, porém, que Helena seja identificada como a insatisfeita (no texto fala-se mesmo em “frustração”), é feita uma observação interessante sobre sua corporalidade: ela é masculinizada, por oposição à sua companheira. No arranjo do relacionamento de Helena – ao menos do ponto de vista de sua companheira –, no qual há uma parceira com um ato corporal, para usar os termos de Butler (2003), identificado como masculino, há uma única pessoa autorizada a ocupar o lugar de penetradora.

Aqui, a semelhança com a matriz heteronormativa de que fala Butler (2003) não poderia ser mais óbvia. Há, na economia deste relacionamento, um sujeito que performatiza o papel de gênero masculino (autorizada a penetrar) e

outro que performatiza o feminino (a quem cabe ser penetrada). O ato de fala que constitui esses dois lugares de performance de gênero não é verbal, mas corporal e é reiterado a cada intercurso sexual.

Aqui há uma semelhança e uma diferença em relação aos “machos” e “meninhas”: ambos performatizam gênero pela posição no ato sexual e a utilização de um artefato ou peça de vestuário. Por outro lado, os homens estabelecem, por meio do ato da nomeação, uma distinção lingüística entre os papéis de gênero – fato não observado entre as mulheres. Além disso, o homem como que deixa de ser homem no momento em que veste calcinha, ao passo que isso não parece ocorrer na experiência lésbica. Uma mulher continua sendo mulher mesmo que esteja penetrando sua parceira com um pênis de borracha. Aliás, vale também notar que, se Helena reclama, é porque sua corporalidade “masculinizada” não é capaz de sobrepor-se à sua condição feminina inerente e suprir sua necessidade de ser penetrada.

Na seqüência do texto são ouvidas uma antropóloga, uma psicanalista e uma socióloga. Embora todas falem que há diversas maneiras de sentir prazer, e nomeiem tais maneiras, sempre que a palavra volta ao “autor” do texto, o tópico volta a ser o uso de brinquedos sexuais para penetração.

As *Cartilhas do Mix Brasil* performatizam um lugar estável para as lésbicas, lugar no qual não há disputas em torno do elemento caracterizador de sua identidade. Aqui vale lembrar que a identidade “gay” se afirma por uma combinação de prática sexual e prática identitária, opondo-se portanto a outras identidades (como os “homossexuais” ou “HSH”) que carecem da prática identitária. Ora, em nenhum momento fala-se, em “As mulheres e seus brinquedos”, qual seria a prática identitária caracterizadora do ser lésbica. A única prática referida é a sexual — prática esta que padece de uma falta de origem. O lugar discursivo reservado pelo Mix Brasil às mulheres lésbicas é, assim, bastante diferente daquele reservados aos homens gays.

[4.8]

quem são os *muxhe*?

Existe homossexualidade entre os povos indígenas? Em “O arco e o cesto”, o antropólogo Pierre Clastres aborda o tema a partir de um estudo etnográfico entre os índios Guayaki, do Paraguai, por meio do estudo contrastivo de dois casos: os de Chachubutawachugi e Krembegi. Para os Guayaki, de acordo com Clastres (2003), aos homens é reservado o arco (e as atividades a ele relacionadas, como a caça) e às mulheres cabe o cesto (e a colheita de legumes e cereais, por exemplo). No sistema Guayaki, o homem que, por alguma razão, perde seu arco ou não pode mais utilizá-lo, passa a ser mulher. Pois bem, tanto Chachubutawachugi quanto Krembegi carregavam cestos quando do estudo de Clastres.

Chachubutawachugi era o que os Guayaki chamavam *pane*: um homem sem arco e que, como tal, não podia caçar senão com as mãos (um tipo menor de caça). O outro Guayaki é apresentado por Clastres da seguinte maneira:

Krembegi era na verdade um sodomita. Ele vivia como as mulheres e, à semelhança delas, mantinha em geral os cabelos nitidamente mais longos que os outros homens, e só executava trabalhos femininos (...)
(Clastres, 2003: 126).

Chachubutawachugi fazia alguns dos trabalhos reservados às mulheres, mas também caçava, o que era tarefa masculina. Além disso, recusava-se a portar o cesto à maneira feminina. Não encontrava lugar nem em um gênero, nem em outro. Era desrespeitado por todos em sua aldeia.

Krembegi, por sua vez, estava perfeitamente adaptado ao papel de gênero relacionado ao cesto. Não era desrespeitado em sua aldeia e era alvo, juntamente com as mulheres, do interesse sexual dos que portavam arcos.

Discordo de Clastres (2003) quando este afirma que Krembegi era sodomita. Correndo o risco de ser tão anacrônico quanto o foi o etnólogo francês, diria que, em se utilizando as letras da cartilha da diversidade do Mix, Krembegi poderia ser considerado transexual – jamais “homossexual” (ou “gay”, ou “sodomita”). Afinal, Krembegi não exercia qualquer performance de gênero que o localizasse, mesmo que problematicamente, a exemplo do que ocorria com Chachubutawachugi, no espectro do arco.

Mas por que trazer o artigo de Clastres (2003)? Nas *Cartilhas do Mix Brasil* há um texto, intitulado “Muxhe”, que comenta a diversidade sexual na comunidade mexicana de Juchitán. O fenômeno já foi abordado em um filme intitulado “Juchitán de las locas” e, de acordo com o texto publicado no site,

O filme conta que, segundo uma lenda local, um dos maiores santos da região andava com uma sacola cheia de gays (ou muxhes) e os ia deixando em cada parte do mundo. Mas, quando chegou em Juchitán, a entidade tropeçou, deixando cair o saco inteiro. Desde então, a homossexualidade passou a ser aceita sem maiores questionamentos pela tradicional população zapoteca da região.

Mas seria mesmo de homossexualidade que estamos falando? Como fonte para a elaboração do texto é entrevistada Amaranta Gómez Regalada, *muxhe* que trabalha como “ativista de saúde” e “investigador social”, além de ter razoável projeção política (Amaranta foi candidata a deputada federal e obteve votação expressiva). Ao falar sobre as tarefas que cabem a um *muxhe*, Amaranta elenca algumas atividades tradicionalmente tidas como masculinas, outras como femininas e outras, ainda, exclusivas dos *muxhe*, como a condução de rituais específicos.

Amaranta deixa claro que não se pode pensar o *muxhe* a partir do conceito de gay. Diz, ainda, que o *muxhe* é “uma terceira identidade, além de homem e mulher, que se constrói com base no gênero feminino”. Diante da fala de

Amaranta, que ilocuciona um lugar próprio para os *muxhe* diferente do lugar do “gay” e pensado em relação ao homem e à mulher, espera-se que o efeito perlocucionário no leitor seja a constatação de que, entre os zapoteca de Juchitán, há um sistema de três gêneros e não de dois.

Ora, o ato de fala de Amaranta parece falhar a se julgar pelo que sai da pena do redator do artigo do *Mix*. Embora, a certa altura do texto, a referência aos *muxhe* nos termos em que Amaranta os performatiza seja corrente, ela não o é sempre. Vale lembrar que, ao citar o filme e a cosmologia fornecida por ele, fala-se em “sacola cheia de gays”.

Este texto suscitou duas intervenções por parte dos leitores do site. A primeira delas é a seguinte:

Cá nessas terras antes dos Portugueses tomarem posse, inumeras tribos indigenas tinham função semelhante para o homossexual. Na África tbm. O oriente não é diferente tinha a função social reservadas a essa cota da população. Os onogatas (atores japoneses travestidos), Eunucos e outras denominações. A única cultura que não aceitou o homossexual foi a judaica. Infelizmente justamente essa que desdobrou-se em conceitos e bases para o cristianismo, catolicismo e protestantismo.

Emerson Ricardo da Silva (emersonrikardo@ig.com.br)

O ato de fala de Emerson reitera a ilocução do site que identifica os *muxhe* com homossexuais. Na viagem que o leitor faz ao longo de tempos e espaços, são performatizadas realidades nas quais o homossexual tinha seu lugar delimitado e, supõe-se, era respeitado. Especificamente no Brasil, o idílio chegou ao fim com a vinda dos portugueses e sua religiosidade. O ato de fala da segunda leitora a contribuir é outro:

Isso nada mais é do que o reconhecimento dos transgêneros como um terceiro gênero. Masculino e feminino em um só

corpo! Em outras culturas são chamados de “dois espíritos”. Que maravilha, é o mínimo que eu posso dizer, quando uma cultura agrega as diferenças sexuais. Abraços a tod@s!

Claudia Wonder (claudiawonder@uol.com.br)

O efeito perlocucionário presente na contribuição de Claudia mostra uma resposta não convencional. Seu ato de fala reinterpreta as falas de Amaranta e do site para constituir o *muxhe* como alguém que traz, num só corpo, o homem e a mulher.

Amaranta insistiu na distinção entre *muxhe* e “gay”, distinção essa que não é muito levada em conta na contribuição de Emerson nem, em alguma medida, no texto publicado no site. Claudia, por sua vez, identifica os *muxhe* a uma outra identidade, igualmente rejeitada por Amaranta. Em suma, na apreensão (ou “uptake”) do ato de fala de Amaranta, diferentes ilocucionários são proferidos e o ilocucionário “original” não é reiterado o suficiente para que se constitua um “constativo” (=performativo disfarçado) sobre a identidade *muxhe*. Todos os atos de fala parecem falhar quando o assunto é definir positivamente um *muxhe*. De todo modo, todas essas “falhas” são felizes na medida em que conseguem garantir aos *muxhe* um lugar de existência, aceitação até.

Pode-se dizer, desse texto e das contribuições a ele, que abrem múltiplas significações, sendo um exemplo interessantíssimo da incompletude inerente ao processo de significação.

[4.9]

mas por que você gosta disso mesmo?

Ainda sobre o “T” de GLBT, há um texto nas *Cartilhas* intitulado “T-Lovers”. Não é com tranquilidade que se pode dizer que tal texto é sobre as travestis porque, como o título já anuncia, ele fala sobre os homens que amam as

travestis.

São inicialmente entrevistados três homens: Alberto, Cândido e Gonçalo, sendo todos estes nomes fictícios. Todos eles são casados com mulheres, declaram-se heterossexuais e recusam veementemente o título de “gay” (dizem que nem passa pelas suas cabeças a possibilidade de sair com outro homem). Além disso, ostentam signos de masculinidade, como o corpo (“Alberto é um garotão sarado do Rio Janeiro. Bem no estilo bad-boy”), a posição no ato sexual (“os três também se declaram ativos no ato sexual”) e a postura de provedor (“Tão apaixonado que é, ele [=Gonçalo] mantém um apartamento para sua amada na Praça Roosevelt”). Ademais, exigem a presença marcada de signos de feminilidade em suas parceiras (“Elas precisam ser bem femininas, senão não rola”).

Em nenhum momento o texto se pergunta pelo que caracteriza uma travesti. Exigir que a parceira seja “bem feminina” para que o ato sexual ocorra implica a existência de uma escala de feminilidade, de modo que ocupantes de graus diferentes dessa escala exerçam diferentes graus de atração em seus parceiros potenciais. De qualquer maneira, independente da posição na escala de feminilidade, é fato que todas são vistas pelos homens que as desejam como femininas.

A feminização do corpo da travesti é performatizada no ato de fala dos homens que se sentem atraídos por elas por meio da nomeação. As travestis não têm pênis, mas “grelo”, assim como não têm ânus, mas “cuceta” ou mesmo “buceta”. O mesmo ato de fala que feminiza o corpo da travesti masculiniza o corpo do enunciador: cabe a ele, o enunciador, possuir um pênis, assumir a função de penetrador.

Esse jogo de masculinização e feminização do corpo é algo bastante interessante, porque explicitamente discursivamente construído – contrariamente ao que primeiro possa pensar alguém que reflita sobre o travestismo na chave da

observação das “características físicas” das travestis. Dado o esforço das travestis em compor um corpo feminino, em geral com seios e nádegas fartas, formas bastante arredondadas, cabelos longos e lisos, maquiagem, uso de vestidos ou calças bastante justas, estratégias para esconder o pênis e simular uma genitália feminina²⁹, poder-se-ia pensar que dizer de uma travesti que ela é feminina não passa de um constativo. Mas será mesmo? Faço aqui uma digressão.

Em *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*, Marcos Renato Benedetti (2005) fala, entre outros assuntos, sobre a dinâmica da atividade de prostituição entre travestis em Porto Alegre, RS. De acordo com Benedetti, as travestis que se prostituem fazem uma distinção entre clientes que as pagam para sexo e solicitam ser penetrados e outros homens, com as quais praticam a “boiação”. O ato de “boiação” consiste em engajar-se em atividades sexuais com homens sem que haja compensação financeira para tanto. As travestis estudadas por Benedetti (2005) fazem sexo com tais homens não por dinheiro, mas puramente pelo prazer que tal atividade proporciona. Quando o fazem, são exclusivamente passivas.

Ao grupo dos homens que pagam e querem ser penetrados as travestis reservam um tratamento bastante sarcástico, jocoso, desrespeitoso. Quando nomeiam tais homens, chamam-nos de “mariconas”. De outro lado, os homens viris que as possuem sem precisar pagar por isso são chamados de “machos” e, em circunstâncias mais específicas, podem tornar-se seus “maridos”. O feminino surge no ponto mais baixo da escala de valores dos proferimentos de nomeação do outro das travestis, ao passo que o masculino ocupa o posto mais alto.

Ao que me parece, as travestis não reservam tratamento injurioso aos homens que querem ser passivos simplesmente porque ocupar uma posição feminina seja um demérito em si. Ora, a posição feminina é o que as travestis

²⁹ Na verdade, trata-se da constituição de um “ultra-feminino.

querem para si – e tentam marcá-la em seus corpos. O que ocorre, parece-me, é que, ao exercer a performance passiva, os homens pagantes enunciam o lugar das travestis como sendo o de ativo, masculino – justamente aquilo contra o que as travestis lutaram e lutam por meio de intervenções corporais. Nesse sentido, os atos de nomeação injuriosos dos quais tais homens são alvo seriam o ato perlocucionário de recusa das travestis; recusa a acatar o ilocucionário dos homens referidos.

Por outro lado, os homens que dispõem (ou podem dispor) de sexo gratuito enunciam-se a si mesmos como o elemento masculino da relação, permitindo (e mesmo impondo) às travestis que seu corpo seja investido de sentido feminino. Para estes últimos homens, as travestis não têm pênis ou ânus, mas “grelo” e “cuceta”.

Mas em que medida o trabalho de Benedeti (2005) é útil à análise do texto “T-lovers”? Num dado momento do texto do *Mix*, lê-se:

Se formos pensar em rótulos para a sexualidade humana ou, ao menos, em verificar a repetição de comportamentos padrões em determinados grupos, a pergunta que surge a partir das histórias acima é: quem gosta de travesti é o quê?

A resposta a esta pergunta se mostra inconclusiva. Ao esforço dos entrevistados em enunciar a feminilidade das travestis é contraposto outro esforço no sentido de enunciar a masculinidade das mesmas. Em um dado momento, utiliza-se o sintagma “mulher com pinto” para referir-se às travestis. Em que pese, no emprego deste sintagma, o reconhecimento de uma certa feminilidade (“mulher”), não se pode negar a presença do elemento masculino (“pinto”). E é justamente o elemento masculino que vai prevalecer em todas as falas que não as dos “t-lovers” ouvidos.

Diferentemente de tudo o que se viu nos outros textos das *Cartilhas*, a atração pelas travestis é algo que precisa ser justificado. Se os “t-lovers” gostam

de corpos com pênis, por que não são “gays”? Se gostam de um corpo feminino, por que não saem com mulheres “de verdade”? Nenhum dos entrevistados soube responder a essas perguntas, nem os “t-lovers”, nem a psicóloga, nem o sociólogo.

Gays, bissexuais, lésbicas e transgêneros (se assim considerarmos os “muxhe”, o que não é isento de problemas) ocupam, todos, algum lugar na chamada diversidade sexual. As travestis não têm o direito de proferir seus próprios atos de fala identitários. Ouve-se apenas aqueles que as desejam e que, aliás, têm seu desejo desautorizado.

Um dos traços caracterizadores de uma matriz heteronormativa é diferenciar os corpos em dois gêneros: o masculino e o feminino. Ao longo de todos os textos das *Cartilhas* analisados até aqui, tal distinção existiu (embora nem sempre de forma explícita), o que permite afirmar que a heteronormatividade é a narrativa organizadora das narrativas particulares do site – o que não é de se estranhar, uma vez que tal matriz parece organizar quase todos os aspectos da vida em nossa sociedade. Pois bem, em se utilizando a nomenclatura de Butler (1993), as travestis, ao serem performatizadas como a reunião, em um só corpo, de traços de identidade dos dois gêneros, tornam-se “corpos abjetos” – corpos que não se conformam ao modelo hegemônico. Entende-se, assim, a razão do questionamento, por parte do site, dos motivos que levam homens a sentir-se atraídos por travestis.

Os “gays”, “lésbicas”, “bissexuais” (e até os “muxhe”) das *Cartilhas* têm nome, sobrenome e profissão (às vezes mais de uma), ao passo que os “t-lovers” são unanimemente identificados por pseudônimos (e as travestis, nem isso). E mais, seu desejo tem de ser justificado. Afinal, o que leva alguém a desejar um corpo abjeto?

[4.10]

simpáticos ou antipáticos?

Atualmente, nos movimentos organizados que militam em prol dos direitos civis para aqueles que não são heterossexuais, a sigla GLBT é a utilizada, fazendo referência a **G**ays, **L**ésbicas, **B**issexuais e **T**ransgêneros. Algumas variações dessa sigla são comuns, como GLBTT, na qual os dois “T” diferenciam **T**ravestis e **T**ransexuais (agrupados sob o rótulo guarda-chuva “Transgêneros” na sigla anteriormente comentada). Também tem se tornado bastante freqüente a grafia da letra L no início das siglas, quer elas tenham um ou dois T’s (**L**GBT ou **L**GBTT). Com o deslocamento da letra L, busca-se dar maior visibilidade às mulheres. Seja como for, os heterossexuais parecem ter sido postos para fora dos movimentos políticos, ao menos em suas siglas.

Nas *Cartilhas do Mix Brasil* – e no site como um todo – as coisas são diferentes. Aqui, as “novas” siglas convivem com a “antiga” GLS (**G**ays, **L**ésbicas e **S**impatizantes). Os dois últimos textos que analiso nesta dissertação dizem respeito à letra **S**.

No primeiro deles, publicado em 30/03/2006 e intitulado “Simpatizantes do Equê”, trata-se de fazer uma crítica àqueles que se aproximam de GLBTTs mas mantêm seus preconceitos. “Equê” é definido na subseção *Nossa Língua* da seção **Identidade** (mesma seção das *Cartilhas*) como “falso”. O texto inicia-se da seguinte maneira:

Está na moda ser amigo de gay. Tanto que tem gente que se sente na obrigação de ter amigo homossexual ou de dizer aos quatro ventos que não se importa com o que as pessoas fazem entre quatro paredes. Aliás, os simpatizantes são bem-vindos e contribuem para aceitação e tolerância da diversidade.

No entanto, alguns simpatizantes desconhecem o próprio preconceito e acabam atrapalhando a vida de GLBTs.

Vejamos alguns casos:

E seguem-se, em tom de denúncia, vários episódios nos quais contam-se como pessoas que se consideravam simpatizantes (e de fato aparentavam sê-lo) “pisaram na bola”.

Os atos de fala de “Simpatizantes do Equê” enunciam interditos ao descrever tudo o que alguém não pode fazer se quiser ser um simpatizante de fato. A performatização da identidade do simpatizante passa pela prática sexual – assim como as outras identidades performatizadas nas *Cartilhas*. Para ser identificado com a letra S é preciso não ser indentificável a qualquer outra letra de qualquer outra sigla. Além disso, é preciso ser genuinamente despido de preconceitos – coisa que o texto reconhece, pela voz da antropóloga Regina Fachinni, ser difícil mesmo para os que estão na letra G.

Quando, pelos atos de fala do texto, os simpatizantes que “dão mancada” estão prestes a ser excomungados, o tom muda e vem a seguinte afirmação: “ao invés, porém, de crucificar o simpatizante preconceituoso, há outras soluções mais integrativas”. Listam-se, agora, maneiras de incluir o “simpatizante preconceituoso” de forma que, ao longo do tempo e devido ao contato constante com GLBTs, o preconceito gradativamente diminua até desaparecer.

Tenho uma razão bastante precisa para usar o termo “excomungado” e não qualquer outro. Explico-me. O enunciatório performatizado pelo texto que comento agora não são os simpatizantes, mas sim os GLBTs. O efeito perlocucionário almejado pelo ato de fala do texto é que os GLBTs passem a adotar as posturas mais “integrativas” apresentadas no site e tragam, para o seio de sua comunidade, os “simpatizantes preconceituosos”. Em outras palavras: pede-se aos GLBTs que sejam missionários da causa. Toda a argumentação é religiosa e o emprego do verbo “crucificar” não ocorre em vão. Esse ato de fala só será feliz se os leitores GLBTs de fato puserem em prática as ações enunciadas

no texto.

Em 25/04/2006 publica-se “Os simpáticos”, segundo texto sobre aqueles que se identificam com a letra S. Aqui, o ilocucionário é outro desde o primeiro parágrafo:

A letra S, da sigla GLS, foi inventada por André Fischer há mais de uma década. Na época, por ocasião da organização do 1º Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual. Era uma forma de englobar todos aqueles que poderiam se interessar pelos filmes, sem necessariamente ser homossexual.

De lá pra cá, a sigla passou a ser utilizada em vários lugares, de casas noturnas e restaurantes a hotéis e agências de turismo. Mas quem é exatamente o simpatizante?

Se, em “Simpatizantes do Equê”, havia listas de comportamentos reprováveis, em “Os simpáticos” há listas de atitudes louváveis. A identidade do simpatizante é, neste segundo texto, performatizada pelo positivo. O “S” ideal é aquele que se identifica com os homossexuais, freqüenta os mesmos lugares, vai a Paradas, carrega bandeiras (inclusive literalmente) e resiste às especulações sobre sua própria sexualidade. No espírito do “não basta ser simpatizante, tem que participar”, são contadas as histórias do assessor parlamentar Alexandre Youssef e da vereadora paulistana Soninha Francine, ambos simpatizantes e militantes. Importante dizer que, neste texto, as práticas dos simpatizantes são conhecidas a partir de depoimentos dados pelos mesmos. Tudo em primeira pessoa do singular.

Os sujeitos construídos nos dois textos das *Cartilhas* consagrados à letra S são bastante distintos. No texto de março, os simpatizantes consistiam num grupo a ser resgatado e modificado por meio dos GLBTs. Em se mantendo o tom religioso do discurso missionário presente naquele texto, pode-se dizer que os simpatizantes de outrora eram como que pecadores.

Em abril as coisas mudaram – e muito. O ato ilocucionário de “Os simpáticos” constrói, na figura dos simpatizantes, verdadeiros heróis. Sua importância é reconhecida e sua presença é mais que bem vinda.

Parece-me haver, na verdade, a performatização de dois grupos de simpatizantes. Nenhum deles deve ser afastado do convívio com os GLBTs, mas um dos grupos precisa passar por um processo de reeducação.

Em se tratando de grupos diferentes, há efeitos perlocucionários ideais distintos. O ato de fala de “os simpáticos” será feliz se os simpatizantes aproximarem suas práticas das práticas-modelo fornecidas. É uma argumentação pelo bom exemplo (não pelo mau) – uma estratégia de sedução que pode dar certo. Afinal quem não gostaria de ser enaltecido e ouvido, como é o caso dos entrevistados de “Os simpáticos”?

[5]

perspectivas

Publicamos para não passar a vida toda corrigindo rascunhos.

Jorge Luis Borges

Concordo com Miguel Vale de Almeida quando ele diz que “a expressão ‘conclusão’ conjura os piores receios” (2000: 241). Considerando que uma “conclusão” representa um fechamento, prefiro falar em “perspectivas”, dada a abertura que o termo evoca — e que, aliás, é mais coerente com o conceito de linguagem por mim adotado ao longo do trabalho.

Se apresento esta dissertação agora é porque o prazo se esgotou — e não porque não há mais nada a ser dito sobre as questões trabalhadas aqui. Aliás, além de sempre haver algo “novo” a ser dito, também sempre haverá rascunhos a corrigir, a reescrever. Nesse sentido, finalizar este trabalho me traz uma insatisfação estranhamente confortável. Por um lado, há a consciência da incompletude — e a frustração que daí decorre. Por outro, perceber que um trecho

do caminho está percorrido, mesmo que com tropeços, conforta, alegra. É bom perceber que a trilha começou a ser desbravada e é igualmente bom ter no horizonte algo ainda a ser alcançado. Feitas as considerações iniciais às considerações finais desta dissertação, passemos às perspectivas abertas pelo trabalho.

[5.1]

pardais é aqui

Almeida (2000), no trecho citado no capítulo 3 do presente trabalho, afirma que, em Pardais, a masculinidade é frágil e a homofobia é uma das maneiras de garantir sua hegemonia. Anos antes, Agnes Heller já havia dito que “o sistema de preconceitos não é imprescindível a qualquer coesão social enquanto tal, mas apenas à coesão internamente ameaçada” (Heller, 2004: 54). Como pensar os textos comentados no capítulo anterior a partir da contribuição desses dois pensadores?

Assim como naquela aldeia portuguesa, as masculinidades das *Cartilhas* do Mix também são frágeis – é preciso reiterar continuamente os atos de fala que as performatizam para que elas continuem existindo. Esses atos de fala são claramente corporais, uma vez que é nos e pelos corpos dos sujeitos enunciados que se constituem identidades – quer elas sejam enaltecidas ou aviltadas.

Aparentemente, apenas três grupos conseguem, em alguma medida, estabelecer convenções mais estáveis: as barbies, os metrossexuais e os retrosssexuais (sendo os dois últimos subgrupos do grupo dos homens heterossexuais). As masculinidades são performatizadas, por esses segmentos, com reiterações de atos verbais (a afirmação da própria sexualidade) e, sobretudo, corporais (conformação física, cuidados corporais e indumentária). É

um complicado jogo de espelhos, no qual as estilizações de gênero de cada grupo interagem, muitas vezes sobrepondo-se e apagando traços que foram, um dia, marcas de diferença. Por um lado, há a construção gradativa de uma “única” masculinidade (que nada mais seria do que um performativo que fica disfarçado como resultado de um processo histórico). Por outro lado, trata-se de construir masculinidades distintas, capazes de garantir a cada segmento supracitado sua especificidade.

A masculinidade (ou as masculinidades, como queiram) é tão frágil que sua performatização corre o risco de ir por terra, mesmo que apenas temporariamente, por causa de uma única peça de roupa: a calcinha. Nas *Cartilhas* do Mix, a misoginia parece ter função análoga à da homofobia em *Pardais*: garantir aos homens a existência e o exercício de sua masculinidade. Na lógica das *Cartilhas*, é preciso localizar as performances de gênero femininas num ponto mais baixo da escala de valores. Assim, as travestis estão no mais baixo dos lugares não só porque abriram mão de sua masculinidade, mas porque escolheram performatizar a feminilidade em tempo integral – o que torna explícita a fragilidade da masculinidade. Nesse ponto, cabe um comentário sobre a economia das identidades nas *Cartilhas*.

Nos textos constantes do corpus, percebe-se a enunciação afirmativa do modelo igualitário. Todavia, tal modelo não opera de maneira tão “eficaz” quanto Fry (1982) afirma ocorrer no contexto norte-americano. Parece que, ao menos nos textos analisados, a inserção do modelo igualitário se dá de maneira traduzida – e não transposta. As categorias desse modelo (“homossexual”, “heterossexual” e, talvez, “bissexual”), ao entrar em contato com categorias próprias a um modelo hierárquico (“viado”, “hétero que faz”, “macho”, “menininha” etc), mudam, adquirem novas formas, constituem novos sujeitos, categorias e, por que não, realidades. Explico-me:

A enunciação de uma vivência igualitária da sexualidade como sendo a

ideal é ameaçada por outros atos de fala que concebem a possibilidade de um heterossexual e um gay fazerem sexo SEM que o hétero tenha sua orientação sexual alterada. Ou seja, vivências próprias a uma estrutura rejeitada pelo site (a hierárquica) conseguem, em alguma medida, ressignificar convenções e adentrar a estrutura do Mix, inclusive utilizando-se da nomenclatura igualitária (“hétero” e “gay”).

O site responde a isso construindo uma hierarquia que se organiza não nos termos hierárquicos tradicionais, mas sim de maneira reinterpretada. Na nova hierarquia, iguais se relacionam entre si e há uma escala valorativa desses “iguais”. Pensando apenas as identidades que poderiam ser identificadas com uma das letras de GLBT, apresento, em caráter mais experimental que teórico, minha leitura de como se organizaria tal escala.

Na posição superior da escala, estão os “gays”. Os que se identificam com a letra G conseguem coordenar códigos de masculinidade (por mais frágil que a manutenção de tais códigos possa ser às vezes), prática sexual e uma identidade social específica. Dentro desse grupo, as “barbies” se destacam, dada a eficácia de suas performances corporais – inclusive sendo capazes de enunciar a possibilidade de vitória sobre a morte.

Em um degrau abaixo do anterior, pelo sucesso de seu esforço no sentido de naturalizar uma identidade própria, estariam os “bissexuais”. Vale lembrar que os bissexuais, ao essencializarem sua identidade, conseguiram garantir para si um espaço institucional e, senão estão junto dos gays, é porque (i) homens bissexuais se interessam sexualmente por mulheres e (ii) também há mulheres bissexuais.

Pode-se hipotetizar que os *Muxhe*, se puderem ser considerados nessa escala, ocupam uma posição após os bissexuais. Este grupo realiza performances de gênero que podem ser identificadas ora com códigos de masculinidade, ora com práticas consideradas femininas. Apesar de tal categoria ser própria a um

contexto sociocultural muito específico, os *Muxhe* são eventualmente referidos como “gays”. Se não estão em posição mais alta, é por conta de sua feminilidade. Aliás, os muxhe parecem ocupar a fronteira simbólica entre o masculino e o feminino, embora pareçam, na interpretação do site, pender para o lado masculino (daí a referência a tal grupo como “gays”).

Em seguida, encontramos as “lésbicas”. Essas mulheres são caracterizadas por uma falta original e seu ato sexual só é “admissível” na medida em que introduzem-se elementos masculinos: os brinquedos sexuais utilizados para penetração.

Se os “T-lovers” ocupam algum lugar nessa escala, é o penúltimo. Embora tal categoria identifique-se com códigos de masculinidade, o Mix exige deles que justifiquem seu desejo por um corpo considerado abjeto.

Em último lugar, estariam as amadas pelos T-lovers: as “travestis”. Donas de corpos abjetos, constituem uma ameaça à hegemonia gay na medida em que seus corpos evidenciam a fragilidade das performances de masculinidade.

Como já apontou Mead (2001) em seu brilhante estudo etnográfico, sempre há elementos desviantes. Apresento, agora, minha proposta de quais seriam os elementos desviantes tendo em mente a hierarquia que propus acima. Mais uma vez, a apresentação se dá em caráter experimental.

À margem da escala na qual as identidades das *Cartilhas* parecem se organizar, há outras identidades que podem mesmo por em xeque a lógica interna previamente sugerida. São elas: os “héteros que fazem”; as “meninhas” e seus pares (os “machos”).

Os “héteros que fazem” exibem códigos de masculinidade e apresentam uma determinada prática sexual que poderia identificá-los aos “gays” ou aos “bissexuais”, mas não apresentam a prática identitária que poderia operar tal identificação de maneira inequívoca. Mais do que isso: rejeitam identificar-se como “gays” ou “bissexuais” e afirmam que fazem sexo com “gays” de acordo com

uma certa gramática que interdita o contato mais íntimo (reservado apenas às mulheres). Trata-se de uma maneira de pensar cara a um estilo de vivência da sexualidade (o modelo hierárquico mais tradicional) que absolutamente não se enquadra no modelo performatizado pelo site. Aliás, ao afirmarem que são “heterossexuais” e fazem sexo com “gays”, os “héteros que fazem” identificam os “gays” ao feminino, a uma posição mais baixa na hierarquia. Tal “rebaixamento” é considerado inadmissível.

Por seu turno, “as meninas” deixam de ser homens, ao menos temporariamente, performatizando o papel de gênero feminino tão bem que seus pares, os “machos”, chegam a dizer que não sentem atração por homens. A possibilidade de deixar de exercer uma performance de masculinidade com tamanha facilidade e, mais do que isso, a explicitação de tal ato são de uma estranheza tal que não encontram um lugar próprio nas categorias das *Cartilhas*. Parece lógico que, ao tentar classificar “meninhas” e “machos” em suas categorias, o site falhe. Considera-se a possibilidade de que tais sujeitos sejam “gays não assumidos” ou “bissexuais não assumidos” ou “transexuais não assumidos” – ou seja, eles são e não são tudo e nada que um homem não-heterossexual pode ser. Diante de uma prática tão difícil de entender (de acordo com a lógica do site), parece compreensível que a única coisa que realmente se possa dizer sobre esses indivíduos é que eles têm “cabeça complicada”.

Cabem aqui alguns comentários. Digo que algumas categorias estão fora da escala proposta pelo site, mas é preciso reconhecer que tais categorias estão presentes nas *Cartilhas*. Além disso, embora coloque os *Muxhe* e os “t-lovers” na escala de acordo com a qual, em minha opinião, o site se organiza, questiono o pertencimento de tais grupos à referida escala. Como apontara Mead (2001), sempre há o elemento desviante e, como dissera Bruner (1990), as narrativas particulares e a narrativa geral constituem-se complementarmente – uma exige a existência da outra, quer seja para afirmá-la, quer seja para

questioná-la.

Antes de expor as considerações anteriores, disse que as faria em caráter mais experimental que teórico. Há uma explicação para isso. As identidades se constroem performativamente – o que implica sua instabilidade e constante possibilidade de reinterpretação. Isso significa que, embora seja possível teorizar sobre a maneira como as identidades de nosso tempo engendram-se, só se pode pensar identidades específicas de maneira experimental – já que é assim, experimentalmente, que tais identidades são vividas: como contingentes.

Minhas proposições anteriores têm caráter aberto porque são construídas a partir de algo igualmente aberto. As *Cartilhas* do Mix continuam a ser escritas e nada impede que as posições da escala proposta sejam reinterpretadas, que categorias sejam forjadas e extintas, assim como nada impede que a própria idéia de uma hierarquia passe a ser considerada absurda. E isso me leva a uma outra questão: como fazer um movimento político tendo em vista esse quadro tão movediço?

[5.2]

sobre essências e estratégias

Para que se faça um movimento político com o objetivo de reivindicar políticas públicas e direitos civis a um dado segmento da população é preciso que tal segmento esteja muito bem identificado e demarcado. Numa palavra, essencializado. Isso é possível no movimento gay?

O esforço no sentido de essencializar não só a categoria “gay”, mas outras, certamente existe. O que ocorre é que, por maiores que sejam os esforços no sentido de ilocucionar convenções que garantam às categorias GLBT(T) uma aparência de essência, tais esforços esbarram na própria dinâmica do mecanismo de construção de identidades: a possibilidade de resignificação.

De todo modo, por mais que os movimentos de essencialização de cada uma das letras de GLBT(T) busquem afirmar suas particularidades, todas essas identidades se comungam por serem marginais dentro de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa. Para utilizar a nomenclatura estadunidense atualmente em voga, trata-se de um conjunto *queer*.

Tendo em vista que os movimentos reivindicatórios desse grande conjunto são feitos não pela crítica radical da heteronormatividade (aquela que questionaria a própria existência de uma narrativa hegemônica, qualquer que ela seja), mas sim pela criação de normatividades outras, fica uma questão: De que maneira um movimento pode ser realmente contestador se opera nos mesmos termos do regime tido como opressor, pressupondo a existência de identidades (mesmo que, em alguns momentos, as entenda como estratégicas)?

Rajagopalan (2006) apontou os perigos do essencialismo estratégico, alertando que muitas vezes identidades são ontologizadas após terem sido criadas para fins específicos.

Falando em primeira pessoa do singular, não me parece que o risco da ontologização deva inibir o engendramento estratégico de identidades coletivas. No caso específico das populações que se identificam com alguma letra da sigla GLBT(T), a ontologização já está dada e convenções já estão estabelecidas – por agentes que não se identificam com quaisquer das letras. Trata-se, pois, de ressignificar a ontologia imposta, de escolher a qual identidade queremos nos filiar e, a partir disso, elaborar as reivindicações políticas do movimento. Trata-se de aproveitar-se da irredutibilidade do ato de fala para deslocar e criar convenções novas e próprias – inclusive convenções que não se apoiem na misoginia.

Afinal, o que me parece ser o risco que não podemos correr é o de considerar “normal” que pessoas sejam ofendidas, espancadas e mortas por conta de sua orientação sexual. E, nesse ponto, o Rajan e eu concordamos.

Acta est fabula.

[6]

referências

[6.1]

referências bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século: 2000. 2ª ed. 272p.

ANDRADE, Maria Margarida de. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais In ISQUERDO, Aparecida Negri e OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires (orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2001. 2ª ed.

ARIÉS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In ARIÉS, P. & BEJIN, A. (orgs.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 77-92.

- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. New York: Harvard University Press, 1970. 167p.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer** — palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUSTIN, John Langshaw. Performativo-Constativo. Tradução Paulo Ottoni. In OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p 107-144.
- BADINTER, E. **XY**: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação In **II Simpósio latino-americano de terminologia, I Encontro brasileiro de terminologia técnico-científica: anais**. Brasília: s/ editora: 1990.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p. (Gênero e sexualidade; Homossexualidade e cultura).
- BENVENISTE, Émile. A filosofia analítica e a linguagem. In **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes, Unicamp, 1995. p. 294-305.
- BERSANI, Leo. Societé et sexualité. **L'Unebévue**. Paris: EPEL, nº 15, p. 9-27, 2000.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. **Macho vs. Macho** – práticas homoeróticas não-conjugais entre homens em São Paulo. Campinas: inédito. 2006. (Monografia de conclusão de curso para a disciplina HS131 – Teorias de Gênero I).
- BRUNER, Jerome Seymour. **Acts of meaning**. Cambridge, Massachussets: Cambridge University Press, 1990. 182p.

- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993. 288p.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech**. A politics of the performative. New York: Routledge, 1997. 188p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p. (Sujeito e História)
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Feminism and the subversion of Identity. 2 ed., 1a reimpressão. New York: Routledge, 2006. 236 p. (Routledge Classics).
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003. 158p.
- CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In **A sociedade contra o estado**. Pesquisas de antropologia política. Tradução Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 280p.
- COSTA, J. **A face e o verso**: Estudos sobre homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas ?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304p.
- FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes**: o movimento glbt e o mercado gls na cidade de São Paulo. 2006. 264p. Dissertação (Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social)) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- FRY, Peter. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de

- Janeiro: Zahar Editores, 1982. 136p.
- FELMAN, Shoshana. **Le scandale du corps parlant**. Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues. Paris : Éditions du Seuil, 1980. 219p.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. 152p.
- GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 1999.
- HALION, Kevin. **Deconstruction and speech act theory**: a defence of the distinction between normal and parasitic speech acts. Sem cidade, 1989. Disponível em <http://www.e-anglais.com/thesis.html> [acesso em 14/07/2008].
- HALL, Stuart. The question of cultural identity. In HALL, S., HELD, D. & MCGREW, T. (orgs). **Modernity and its future**. London: Open University Press, 1992.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7ª ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 122p. (Interpretações da História do Homem, 2).
- JAGOSE, Annamarie. **Queer theory**; an introduction. New York: New York University Press: 1996.
- KATZ, Jerrold J. **Propositional structure and illocutionary force**. New York: Thomas Y. Cromwell, 1977.
- KRONKA, Graziela Zanin. **A encenação do corpo**: o discurso de uma imprensa

(homo)erótico-pornográfica como prática intersemiótica. 2005. 192p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LATHAM, Eneida Esteves Martins. **Linguagem, identidade e gênero na comunicação mediada por computador**: um estudo de *web pages* pessoais de mulheres. 2006. 190 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas políticos da alta Birmânia**: um estudo da estrutura social Kachin. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [1954]. 376p. (Clássicos, 6).

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MEAD, Margareth. **Sex & temperament** in three primitive societies. New York: Perennial, 2001. 312p.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves. **Masculinidade em revista**: um estudo da *VIP Exame, Sui Generis e Homens*. 2000. 196p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3ª ed. 428p.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. 364p.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da

Unicamp, 1998. 144p.

PINTO, Joana Plaza. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**. 2002. 237p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Pós-modernidade e a política de identidade. In RAJAGOPALAN, Kanavillil & FERREIRA, Dina Maria Martins. **Políticas em linguagem**. Perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 61-80.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a lingüística tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de estudos lingüísticos** Campinas, v.30, p.105-116, Jan/Jun 1996.

SEARLE, John R. **Speech acts**. An essay in the philosophy of language. 27 ed. New York: Cambridge University Press, 2005 [1969]. 204p.

SIMÕES, Júlio de Assis. Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais. In PISCITELLI *et alii* (orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

VERAS, Viviane. *Our word is our bond*: o compromisso de Austin. **Cadernos de estudos lingüísticos** Campinas, v.30, p.93-97, Jan/Jun 1996.

[6.2]

referências eletrônicas (textos constantes do site *mix brasil*³⁰)

LLISTÓ, Paco. **Gaydar**. Disponível em:

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_60_48428.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **As meninashas**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_49079.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **As mulheres e seus brinquedos**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48410.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Gay é sinônimo de homossexual? Não necessariamente**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48414.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Héteros que fazem**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48406.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Homens de calcinha**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48412.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Muxhe**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_50900.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Os simpáticos**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48408.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Preconceito bi**. Disponível em

<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_55430.shtml>.

³⁰ Salvo indicação explícita em contrário, todos os textos elencados foram acessados pela última vez em 14 de janeiro de 2007. Aqui estão elencados apenas os textos analisados na dissertação.

MARTINS, Ferdinando. **Simpatizantes do equê**. Disponível em
<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48409.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **T-lovers**. Disponível em
<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48413.shtml>.

MARTINS, Ferdinando. **Total flex autêntico**. Disponível em
http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48405.shtml.

MARTINS, Ferdinando; CIA, Marcelo. **A política do corpo**. Disponível em
<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_48411.shtml>.

MIX BRASIL. **Gays e HsH**. Disponível em
<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_66004.shtml> [acesso em
03/07/2008]

MONETTI, Tino. **Macho man**. Disponível em:
<http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_57_51200.shtml>.

[6.3]

bibliografia consultada

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998.

JOSÉ FILHO, Antônio. **A performatividade na linguagem da resistência Kaiowa/Guarai**. 2005. 178p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347p. (Coleção Origem, 22).

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. In **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Brahma Kumaris: a construção performativa de identidades de gênero**. 2005. 128p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução André Villalobos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. 536p.